

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

JAIR FABIO DE SOUZA JUNIOR

ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DAS MPE'S DO SEGMENTO DE CONFECÇÕES
DE SANTA CATARINA NO MERCADO EXTERNO

Florianópolis – SC

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DAS MPE'S DO SEGMENTO DE CONFECÇÕES
DE SANTA CATARINA NO MERCADO EXTERNO

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Por: Jair Fabio de Souza Junior

Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio Ferraz Cario

Palavras-chave: Micro e pequena empresa
 Setor têxtil/confecções
 Competitividade externa

Florianópolis, Novembro de 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao aluno Jair Fabio de Souza Junior na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Silvio Antonio Ferraz Cario
Presidente

Prof. Dr. Luiz Carlos de Carvalho Júnior
Membro

Pablo Bittencourt
Membro

Florianópolis, Novembro de 2008

**Dedico este trabalho a minha mãe, por todo o empenho,
carinho, dedicação e amor incondicional, durante toda minha vida.
Fica aqui registrada minha profunda admiração por você!**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, e principalmente, à minha mãe, por além de ter sido fundamental na minha criação, foi companheira, conselheira, amiga, soube ajudar nas horas difíceis, sobre vibrar comigo nas horas de alegria, enfim, sempre viveu intensamente cada momento da minha vida, em especial os anos de faculdade. Você é a principal responsável pela realização deste sonho.

Ao meu pai, apesar da distância nos últimos anos, agradeço pela educação que me deu. Obrigado por me educar para ser uma pessoa confiante, íntegra, honesta, e com determinação para seguir meus objetivos.

Agradeço a toda minha família, que são a base da minha vida, o principal motivo para eu querer seguir em frente. Sempre farei tudo que for possível por vocês, para vocês!

Não poderia deixar de lembrar do pessoal da CASSI, uma empresa que trabalhei boa parte da faculdade, onde as pessoas me ensinaram muito, por muitas vezes compreenderam meus momentos difíceis, quando tive que me ausentar, ou não pude me entregar integralmente ao trabalho, por causa da faculdade. Fora isso, os bons momentos ao lado de todos da CASSI ajudaram a superar os momentos difíceis com mais alegria, mais vontade de ir em frente. Guardo de vocês importantes conselhos, grandes momentos! Muito obrigado!

Na última fase da faculdade tive oportunidade de obter ainda mais conhecimento em outra empresa, na Komlog. Lá fiz grandes amizades, obtive também importantes conselhos. Agradeço a todos, em especial à Adriana Rosar, Gabriele Ferreira, Micheli Rudolf, Letícia Andriani, e Polyanna Junckes pelos momentos importantes, momentos nos quais vocês me deram forças para não desistir, para ir em frente. Agradeço enormemente também aos meus chefes, Rodrigo Muller e Ana Lucia Baggio, pois tiveram a compreensão de que eu teria que me ausentar por alguns dias para que este trabalho fosse concluído. Se não fosse a compreensão de vocês, não teria conseguido. Muito obrigado!

Agora vai um agradecimento especial a quatro pessoas que me acompanharam desde o início da faculdade, em momentos diversos, sejam eles bons e ruins. Agradeço muitíssimo especialmente aos meus grandes AMIGOS, André Paganella, Carolina Oliveira, Rafael Moro Muller, e Rodrigo Silveiro. Vocês estiveram presentes em todos os momentos da minha vida nestes últimos cinco anos. Foram companheiros de sala de aula, de estudos antes das provas, de estudos nos fins de semana, de trabalhos acadêmicos... Foram excelentes companhias para

as diversas (duzentas) festas que fizemos. Foram amigos importantíssimos em momentos diversos, seja para rir, seja para chorar, seja para ouvir, seja para orientar. Vocês são pessoas que estarão para sempre na minha memória, e espero tê-los sempre em minha vida. Vocês são demais!

Agradeço também aos muitos, mas muitos amigos que fiz durante a faculdade. Os mais diversos motivos, como os diferentes círculos de amizades, ou o tempo que demoramos para nos conhecer, impossibilitaram que estivéssemos juntos durante toda a faculdade, mas, seja por um mês, seja por quatro anos e seis meses, vocês foram extremamente importantes para mim. Menciono aqui pessoas que considero muito, e estarão para sempre em minha memória e coração, como Adilson, Cíntia, Edivânia, Gabriela Caffé, Giann, Giseli, Juarez, Leandro Franz, Maria Antonieta, Maikel, Matheus, e Raphael! Muito obrigado pela oportunidade de ter conhecido vocês.

Fica um agradecimento especial à Carol e Matheus, pois muito me ajudaram nos momentos finais desta monografia, e à Giseli, que durante todo o curso emprestou sua inteligência para ajudar diversos alunos, em especial à mim.

Agradeço também a Sabrina, que durante quase toda a faculdade, desde o vestibular até quase a conclusão do curso, esteve presente ao meu lado, sempre me dando força, vibrando por mim. Por todo o tempo, você foi o principal motivo para eu querer seguir em frente! Obrigado, sempre!

Ao meu orientador, Professor Silvio Antônio Ferraz Cário, fica um agradecimento mais que especial. Primeiramente pelo excelente profissional que você é, por representar da maneira mais precisa possível o “Mestre” que todo professor tem que ser. Obrigado pela ajuda, pelas orientações, pela dedicação, pela paciência, pela amizade, por não medir esforços para que meu trabalho fosse feito com a melhor qualidade possível. Enfim, por me guiar nesta importante etapa da minha vida. Fica aqui registrada minha profunda admiração por você.

Por último, e mais importante, agradeço a Deus. Obrigado por me guiar, por me dar saúde, inteligência, por me dar todas as condições que me possibilitaram atingir essa importante etapa da minha vida. Muitos pedem resultados, eu peço que o Senhor sempre me dê condições, conforme sempre me deu, para que eu possa sempre buscar meus objetivos.

Se esqueci de alguém, desculpe pela falha. Mas além do que está aqui escrito, tenho a certeza de que todos àqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste sonho têm conhecimento do meu carinho, gratidão, e respeito. A todos vocês meu muito obrigado!!!

“O pensamento é condutor de idéias, idéias são condutoras de mudanças”.

Unidade Punho Forte

RESUMO

SOUZA JR, Jair Fabio de. **Estudo sobre a atuação das MPE's do segmento de confecções de Santa Catarina no mercado externo**. Florianópolis, 2008. 127 p. (Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina).

O presente estudo trata sobre a atuação das micro e pequenas empresas MPE's da indústria têxtil/confecção frente ao mercado externo. O objetivo é apontar quais são as principais vantagens e dificuldades da inserção das empresas catarinenses deste porte no comércio internacional, uma vez que a configuração desta indústria se caracteriza por um grande número de pequenas empresas. Para tanto, procura-se fazer uma radiografia das micro e pequenas empresas situadas no estado de Santa Catarina, a fim de identificar onde se encontram localizadas e quais as principais atividades desenvolvidas. A diante, tem-se um quadro do setor têxtil/confeccionista em nível de Brasil e Santa Catarina, para por fim identificar o panorama de inserção internacional destas empresas, já que estas estão regidas sob um padrão de concorrência internacional, bem como inseridas em uma indústria que apresenta como uma de suas características a inserção de pequenas empresas nas Cadeias Globais de Valor. Os principais resultados foram formulados através de relatórios de pesquisa, bases de dados oficiais, bem como a partir de dados primários coletados junto a empresas do estado, através da aplicação de questionário feita em uma amostra aleatória de empresas. Como resultado verificou-se uma forte dependência dos padrões impostos pelo mercado mundial de têxteis/confecções, regidos pelos países que possuem os novos diferenciais de competitividade desta indústria, como marca, design e diferenciação. Entretanto, a situação na qual as MPE's catarinenses se encontram frente ao mercado externo, é muito melhor que as empresas em nível nacional. Verifica-se como resultado que um apoio estrutural às MPE's é de importância fundamental para que estas possam se inserir no mercado mundial nos elos de maior valor agregado.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: MPE's de acordo com a região natural do Brasil – 2000 a 2005	43
Tabela 2: MPE's por setor de atividade em SC – 2000 a 2005	47
Tabela 3: MPE's da Indústria por microrregião de SC – 2000 a 2005.....	50
Tabela 4: MPE's do Comércio por microrregião de SC – 2000 a 2005.....	51
Tabela 5: MPE's do Serviços microrregião de SC – 2000 a 2005	52
Tabela 6: MPE's da Indústria por cidade de Santa Catarina – 2000 a 2005	53
Tabela 7: MPE's do Comércio por cidade de Santa Catarina – 2000 a 2005.....	55
Tabela 8: MPE's do Serviços por cidade de Santa Catarina – 2000 a 2005.....	55
Tabela 9: Principais atividades das MPE's da indústria catarinense – 2000 e 2005.....	57
Tabela 10: Principais atividades das MPE's do comércio catarinense – 2000 e 2005	58
Tabela 11: Principais atividades das MPE's do serviços catarinense – 2000 e 2005	59
Tabela 12: Principais países produtores da indústria têxtil/confecções – 2003 (em toneladas)	81
Tabela 13: Principais países exportadores da indústria têxtil/confecções – 2003 (em milhões de US\$)	83
Tabela 14: Principais países importadores da indústria têxtil/confecções – 2003 (em milhões de US\$)	84
Tabela 15: Número de estabelecimentos e trabalhadores em SC, SP e Brasil - 2000 e 2005 ..	85
Tabela 16: Estabelecimentos e trabalhadores têxteis em SC por atividade econômica - 2000 e 2005	89
Tabela 17: Estabelecimentos e trabalhadores de confecções em SC por atividade econômica - 2000 e 2005	90
Tabela 18: Estabelecimentos têxteis por porte em SC - 2000 e 2005	91
Tabela 19: Estabelecimentos de confecções por porte em SC - 2000 e 2005	92
Tabela 20: Exportações, importações e o saldo do setor têxtil/confecções no Brasil desagregado por tipo de produto, entre os anos de 1996-2006. (em milhões de US\$ - FOB)	97
Tabela 21: Exportações, importações e o saldo do setor têxtil/confecções no estado de Santa Catarina desagregado por tipo de produto, entre os anos de 1996-2006. (em milhões de US\$ - FOB).....	98

Tabela 22: Principais países de destino das exportações de produtos dos setores têxtil-confeção de SC, 1996 e 2006. (em milhões de US\$ FOB).....	99
Tabela 23: Exportações de produtos do setor têxtil-confeção de SC por blocos econômicos regionais, 1996-2006. (em milhões de US\$ FOB)	100
Tabela 24: Características de atuação no mercado externo das MPE's do segmento de confecções em SC - 2008	103
Tabela 25: Características dos produtos exportados das MPE's do segmento de confecções em SC - 2008	104
Tabela 26: Entraves à expansão das exportações das MPE's do segmento de confecções em SC - 2008	105
Tabela 27: Aspectos operacionais de maior dificuldade para as MPE's do segmento de confecções em SC - 2008	106
Tabela 28: Dificuldades de financiamento para as MPE's do segmento de confecções em SC - 2008	107
Tabela 29: Medidas governamentais para as MPE's do segmento de confecções em SC - 2008	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura da CNAE 1.0 e critérios utilizados na análise	21
Quadro 2: Matéria-prima da indústria têxtil/confecção, segundo a NCM	22
Quadro 3: Produtos do segmento têxtil, segundo a NCM	22
Quadro 4: Produtos do segmento de confecção, segundo a NCM	23
Quadro 5: Critérios de enquadramento de MPE's	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição das MPE's por região natural do Brasil – 2005	43
Figura 2: Evolução da quantidade de MPE's por região natural do Brasil – 2000 a 2005	44
Figura 3: Variação na evolução da quantidade de MPE's por região natural do Brasil – 2000 a 2005	45
Figura 4: Número de estabelecimentos por porte em SC – 2005	46
Figura 5: Estabelecimentos de MPE's por setor de atividade em SC – 2005	48
Figura 6: Estabelecimentos de MGE's por setor de atividade em SC – 2005	48
Figura 7: Distribuição das MPE's da indústria por microrregião em SC – 2005.....	51
Figura 8: Distribuição das MPE's da indústria por cidade em SC – 2005	54
Figura 9: Cadeia produtiva do setor têxtil/confecção	73
Figura 10: Evolução do número de estabelecimentos em SC e BR - 2005	86
Figura 11: : Evolução do número de trabalhadores em SC e BR - 2005.....	86
Figura 12: Distribuição de estabelecimentos têxteis por microrregiões do IBGE em SC - 2005.	87
Figura 13: Distribuição de estabelecimentos confeccionistas por microrregiões do IBGE em SC - 2005	88
Figura 14: Estabelecimentos têxteis por porte em SC - 2005.....	92
Figura 15: Estabelecimentos de confecções por porte em SC - 2005	93
Figura 16: Exportações, Importações e o saldo comercial do setor têxtil-confecção no Brasil entre 1996 e 2006. (US\$ FOB).....	96
Figura 17: Exportações, Importações e o saldo comercial do setor têxtil-confecções no estado de Santa Catarina entre 1996 e 2006. (US\$ FOB).....	98
Figura 18: Principais entraves à expansão das exportações - Brasil (2002).....	101

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMÁTICA	14
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	18
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	18
1.3 METODOLOGIA	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO ANALÍTICO.....	24
2.1 INTRODUÇÃO	24
2.2 NOVO PARADIGMA PRODUTIVO.....	24
2.3 REGIMES FORDISTA E PÓS-FORDISTA	26
2.4 FLEXIBILIZAÇÃO E DESVERTICALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	27
2.5 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL.....	29
2.6 INSERÇÃO DA PEQUENA EMPRESA NA ATUAL DINÂMICA ECONÔMICA	31
3. MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	33
3.1 INTRODUÇÃO	33
3.2 CONCEITUAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS MPE'S NO BRASIL.....	33
3.2.1 <i>Constituição das MPE's no Brasil</i>	33
3.2.2 <i>Classificação brasileira de micro e pequena empresa</i>	35
3.2.3 <i>Características básicas das MPE's</i>	37
3.3 A IMPORTÂNCIA DAS MPE'S PARA A ECONOMIA BRASILEIRA	38
3.3.1 <i>Nível de emprego</i>	38
3.3.2 <i>Reestruturação produtiva</i>	40
3.3.3 <i>Desconcentração de renda</i>	41
3.4 MAPEAMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL.....	42
3.4.1 <i>Localização geográfica das MPE's no Brasil</i>	42
3.4.2 <i>Comparações entre MPE's e MGE's em Santa Catarina</i>	45
3.4.3 <i>Localização das MPE's nas microrregiões catarinenses</i>	49
3.4.4 <i>Localização das MPE's nas principais cidades catarinenses</i>	53

3.4.5 As MPE's em Santa Catarina de acordo com a atividade	56
4. INDÚSTRIA TÊXTIL/CONFECÇÃO	61
4.1 INTRODUÇÃO	61
4.2 HISTÓRICO DA INDÚSTRIA TÊXTIL/CONFECÇÕES	62
4.2.1 Formação e desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil.....	62
4.2.2 Reestruturação da indústria brasileira nos anos 1990	65
4.2.3 Formação da indústria têxtil em Santa Catarina.....	68
4.3 CONFIGURAÇÃO ATUAL DA INDÚSTRIA TÊXTIL/CONFECÇÃO.....	71
4.3.1 As tendências do mercado mundial de têxtil/confecção.....	75
4.3.2 Padrão de competitividade da indústria têxtil/confecção.....	76
4.3.3 Principais países participantes da indústria têxtil/confecção internacional.....	81
4.4 CARACTERIZAÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL/CONFECÇÕES	84
4.4.1 Estabelecimentos e mão-de-obra na indústria têxtil/confecção.....	85
4.4.2 Localização dos estabelecimentos têxteis/confecção nas microrregiões catarinenses.....	87
4.4.3 Estabelecimentos e trabalhadores de acordo com a atividade econômica.....	88
4.4.4 Distribuição dos estabelecimentos de acordo com o porte da empresa	90
5. ATUAÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL/CONFECÇÃO DE SANTA CATARINA FRENTE AO MERCADO EXTERNO	94
5.1 INTRODUÇÃO	94
5.2 INDÚSTRIA TÊXTIL/CONFECÇÃO FRENTE AO MERCADO EXTERNO.....	94
5.2.1 Comércio externo do setor têxtil/confecção no Brasil	95
5.2.2 Comércio externo do setor têxtil/confecção no estado de Santa Catarina	97
5.2.3 Destino das exportações da indústria têxtil/confecção de Santa Catarina.....	99
5.3 PRINCIPAIS ENTRAVES À EXPORTAÇÃO PARA AS EMPRESAS BRASILEIRAS.....	100
5.4 ANÁLISE AMOSTRAL DAS MPE'S DE SANTA CATARINA DO SEGMENTO DE CONFECÇÃO	102
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
ANEXOS	115

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problemática

Desde o início da década de 90, com a abertura comercial do Brasil e maior intercâmbio comercial entre todas as nações, o comércio de mercadorias ganhou uma nova dinâmica, que vem sendo modificada a cada dia. A abertura comercial exigiu das empresas brasileiras uma adequação de tecnologias e processos de produção, além de uma maior produtividade. Sendo esta adequação um processo de médio/longo prazo, no início dos anos 90 muitas empresas brasileiras encontraram sérias dificuldades para sobreviverem, sendo que, com isso, muitas tiveram que fechar suas portas. Com o passar dos anos as empresas nacionais foram se modernizando, melhorando a qualidade de seus produtos, obtendo maior produtividade e conseqüente diminuição de seus preços; ou seja, houve uma melhora da competitividade das empresas brasileiras frente ao comércio mundial.

Com o setor têxtil/confecção não ocorreu de forma diferente. Muitas empresas catarinenses deste segmento industrial eram responsáveis por grande parte da oferta nacional antes da abertura comercial brasileira. Após a abertura, entretanto, muitas destas empresas não conseguiram se adequar às novas condições impostas pela concorrência mundial, fato que fez com que perdessem seu espaço no mercado. Paulatinamente, assim como ocorreu com diversas indústrias brasileiras, com o passar dos anos o setor de confecções catarinense obteve melhoras de competitividade, e com isso pode galgar um maior espaço no comércio internacional. Nos dias atuais o setor de confecções é a segunda atividade industrial mais importante de Santa Catarina, com participação de 16% no valor total da indústria catarinense. Foi a atividade industrial que mais criou empregos em 2005, apresentando um saldo positivo de 5.791 vagas, ou seja, 46% do total de vagas abertas na indústria catarinense (SEBRAE, 2005).

O início da industrialização brasileira se deu no segmento de têxtil/confecções, a partir de 1840, de forma lenta a gradativa, podendo ser considerado o período de 1844 até 1913 como a fase de implantação da indústria no Brasil. De 1840 até o fim dos anos 80, a indústria têxtil experimentou um período de consolidação e crescimento, apesar das diversas crises econômicas mundiais, que posteriormente teve sua estrutura completamente modificada devido à abertura comercial do Brasil para o mundo. A indústria têxtil/confecção teve durante

sua consolidação um caráter migratório, iniciando-se no sudeste brasileiro, passando para o nordeste, e por fim encontrando suas características que lhe possibilitaram maior competitividade no sul do país. Este caráter adveio principalmente da relevância do pagamento de salários (pagamentos de salários mais baixos aumentam a competitividade de qualquer indústria), treinamento relativamente simples requerido pela força de trabalho deste setor, além de poucos requisitos para a instalação da infra-estrutura de uma indústria têxtil, principalmente com o surgimento posterior das micro e pequenas empresas.

No caso do setor têxtil/confecção catarinense, os imigrantes europeus vieram no final do século XIX com capacidade empreendedora e conhecimento técnico, fatos que lhes serviram de base para a vocação na fabricação de artigos deste segmento. A região do Vale do Itajaí hoje é o principal pólo catarinense da indústria têxtil, sendo inclusive um dos principais também no Brasil. A indústria conta com uma infra-estrutura tecnológica de padrão internacional e com uma mão-de-obra muito especializada, sendo que a tradição desta cultura na região fez com que houvesse um grande empenho na busca pela qualificação. Entretanto, destacam-se também alguns pontos negativos, como por exemplo, fracos investimentos em P&D, design pouco desenvolvido, pouca articulação com instituições de ensino e pesquisa, além de fraca cooperação com fornecedores.

A década de 90 marcou a indústria têxtil, pois foi nesta época que ocorreu a maior crise da indústria têxtil brasileira, ocasionada pela abertura comercial, expondo o país ao novo padrão de concorrência mundial, que não havia afetado a indústria nacional devido ao protecionismo até então existente.

Impulsionado pela abertura comercial no início da década 90, o setor têxtil-confecção passou por profundas transformações, expondo a esta indústria um novo padrão de concorrência, desde o surgimento, até a consolidação como importante segmento industrial catarinense e brasileiro. Observa-se o fechamento de unidades fabris, desverticalização de segmentos produtivos, maior destaque às estratégias voltadas a incorporar valor agregado (destaque para a qualidade, comercialização e design), ampliação da terceirização através da formação de redes de sub-contratação, dentre outras mudanças. O final da cadeia têxtil hoje é composto principalmente pelo segmento de confecções. Segundo Antero (2006, p. 62), o segmento de confecção:

É caracterizado por uma grande heterogeneidade dos ramos e elevado grau de atonicidade das firmas, particularmente aquelas nos ramos do vestuário. Uma vez que se trata do elo que agrega mais valor, este deve ser o foco principal das ações na cadeia (ANTERO, 2006, p. 62).

Este segmento torna-se, portanto, o principal elo da cadeia têxtil, sendo o principal arrecadador de receitas e alocador de recursos. É também o elo mais intensivo em mão-de-obra, com grande variedade de produtos e processos produtivos, e formado em sua maioria por empresas de pequeno porte, muitas na informalidade (ANTERO, 2006).

Este segmento é hoje composto basicamente por micro e pequenas empresas, já que na dinâmica dessa indústria, grandes varejistas mundiais demandam a produção das micro e pequenas empresas periféricas. Com isso, a situação na qual as empresas catarinenses encontram é um cenário de sérias dificuldades para inserir-se no comércio mundial sem a ocorrência de dependência dos grandes varejistas internacionais. Inicialmente sugere-se, portanto, que grande parte da produção local é destinada ou ao mercado nacional, ou a encomendas internacionais já estabelecidas contratualmente.

Na configuração atual da cadeia têxtil, a segmentação é muito grande, sendo que existem vários setores, e cada um é composto por grande número de segmentos diferenciados, conforme se verifica na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), onde são consideradas 905 diferentes categorias de produtos têxteis, a oito dígitos.

Hoje, o Brasil se apresenta como um dos principais produtores do setor têxtil no mundo, possuindo auto-suficiência no algodão, sendo esta uma das principais matérias-primas da indústria. No entanto, no grupo dos principais exportadores de produtos têxteis e confecções, predominam países asiáticos, devido a sua forte competitividade internacional.

Apesar do quadro relativamente positivo em que se encontra a indústria têxtil/confecções brasileira, ainda são diversos os obstáculos à expansão das exportações apontados pelas empresas. Algumas medidas governamentais, como maior acessibilidade aos principais mercados (EUA e Europa), desenvolvimento de uma capacidade exportadora plena e estruturada, desoneração tributária, e principalmente investimentos pesados no setor, são vistas como fundamentais para que haja um grande impulso para a indústria têxtil/confecções. Entretanto, principalmente para as micro e pequenas, os obstáculos vão além, estão normalmente relacionados às etapas finais do processo de exportação, como a burocracia alfandegária, os custos portuários e dos fretes internacionais, além da dificuldade de acesso ao financiamento das exportações, burocracia tributária e aduaneira.

Diante do novo paradigma produtivo, julga-se importante fazer uma análise da inserção da indústria têxtil/confecção no mercado externo, principalmente referente as micro e pequenas empresas, uma vez que trata-se de um setor de grande importância, fundamentalmente em Santa Catarina.

Frente a este panorama, esse trabalho tem por objetivo analisar quais são as principais dificuldades que as micro e pequenas empresas do setor de confecções de Santa Catarina encontram para exportar seus produtos para outras nações. Seria a concorrência mundial; o atraso das tecnologias nacionais frente ao mercado internacional; a dificuldade de acesso a financiamento por parte do governo; a falta de conhecimento nos trâmites burocráticos do processo de exportação por parte das empresas; a atual dinâmica de comércio mundial do setor de confecções, que impossibilita a inserção de empresas que não se sujeitem às regras impostas pelo mercado (caso das Cadeias Globais de Valor). O levantamento destas informações visa obter uma melhoria do quadro atual em que se encontram as empresas de confecções de Santa Catarina, passando de uma posição submissa para uma posição onde o setor seja mais dinâmico e com maior competitividade frente ao mercado internacional.

Diante deste contexto, este trabalho tem por objetivo responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como se dá a atuação das micro e pequenas empresas de confecções de Santa Catarina no mercado externo? Quais são as principais dificuldades para este nicho empresarial exportar seus produtos para o comércio mundial? A resposta para estas perguntas de pesquisa visa propor sugestões para melhorar a competitividade deste segmento industrial catarinense no comércio mundial.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a atuação das micro e pequenas empresas do segmento de confecções de Santa Catarina no mercado externo, levantando os determinantes de competitividade deste segmento industrial, a fim de identificar as principais dificuldades das MPE's catarinenses para exportar.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar um referencial teórico analítico que identifique quais são as principais características do novo paradigma produtivo que se encontra a economia, e o papel das MPE's no mesmo;
- Realizar um levantamento de dados que possibilitem a caracterização das micro e pequenas empresas do Brasil e de Santa Catarina;
- Caracterizar a formação da indústria têxtil/confecções no Brasil e Santa Catarina, analisando sua nova dinâmica produtiva e o padrão de concorrência;
- Avaliar a dinâmica de exportação das micro e pequenas do segmento de confecções localizadas em Santa Catarina, identificando as condições competitivas e principais dificuldades para inserção destas no comércio mundial.

1.3 Metodologia

Diversos são os modelos de pesquisa que um trabalho acadêmico de conclusão de curso pode realizar. Para alcançar os objetivos deste trabalho, verifica-se a necessidade de realizar uma pesquisa exploratória, pois GIL (2002) considera que neste tipo de pesquisa são utilizados recursos como a entrevista, o levantamento bibliográfico, a análise de dados, o estudo de caso; ou seja, recursos que unidos e analisados poderão auxiliar na reposta de alguns pontos que este trabalho procura responder.

Segundo Gil, as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais explícito, ou a construir hipóteses. Então, para a construção deste trabalho, serão utilizados diversos meios que nos possibilitem explorar o problema apresentado, tais como livros, revistas, entrevista, monografias, dissertações e teses, internet.

Para realização do primeiro objetivo foi feito um levantamento bibliográfico, principalmente através de livros, a fim de discorrer sobre a estrutura das micro e pequenas empresas. Objetiva-se com isso, obter um aporte teórico que possibilite analisar de que forma se dá a relação de micro e pequenas empresas no bojo do cenário mundial atual. Pretende-se, portanto, analisar qual a estrutura organizacional e produtiva das micro e pequenas empresas.

Para atingir o segundo objetivo, que é a realização de uma pesquisa exploratória sobre as micro e pequenas empresas do Brasil e de Santa Catarina foram utilizadas fontes de informação como relatórios, livros, jornais, que possibilitaram verificar como se comportam as micro e pequenas empresas catarinenses.

Para a realização desta pesquisa partiu-se dos dados disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), dos anos de 2000 a 2005, disponíveis no sítio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A RAIS é um relatório preenchido anualmente, principalmente pelos estabelecimentos inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), no ano a que se refere à informação. Foi utilizado como baliza desta pesquisa o estudo publicado pelo SEBRAE-SP (2004), onde é feita uma radiografia bastante semelhante à que se propõe esta pesquisa.

Foram analisados todas as seções, divisões, grupos, e classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), relacionadas às atividades privadas. O CNAE é um sistema utilizado pelo IBGE para a classificação das atividades econômicas no Brasil. Para a análise dos estabelecimentos que são objeto desta pesquisa foram desconsiderados os

estabelecimentos que claramente não correspondem às atividades de caráter privado (por exemplo: condomínios) e/ou do serviço público (por exemplo: órgão de administração pública). Portanto, as informações aqui apresentadas correspondem ao conjunto do setor privado formal da economia. A empresa será analisada como “estabelecimento”, que pelo SEBRAE é considerado como uma unidade espacialmente separada da empresa (SEBRAE, 2004). Portanto, particularmente no caso das MPE’s, utilizou-se a variável estabelecimento como *proxy* do conceito de empresa. Estudos anteriores do SEBRAE-SP (2004) mostraram que esse procedimento permite chegar a bons resultados em termos de análise, quando são trabalhados grandes bancos de dados, se comparado à opção de agregar individualmente os estabelecimentos por CNPJ, uma vez que o uso das duas variáveis permite chegar a resultados similares.

Os dados sobre os estabelecimentos aqui apresentados têm como referência 31 de dezembro de 2000 a 31 de dezembro de 2005.

De acordo com o critério operacional do sistema SEBRAE, foram considerados como MPE’s os estabelecimentos com até 49 empregados no comércio e serviços, e com até 99 empregados na indústria. Portanto, os estabelecimentos com 50 ou mais empregados no comércio e serviços, e 100 ou mais empregados na indústria, foram considerados como estabelecimentos de médias e grandes empresas (MGE’s).

Foram processados, conjuntamente, os estabelecimentos com empregados registrados e os estabelecimentos sem empregados registrados (ou “zero empregado”), pois se julga que estes últimos são formados formalmente apenas pelo proprietário, que conta com a participação de familiares e empregados sem registro em carteira. Existe também o caso dos consultores e corretores de seguros, por exemplo, que são registrados como empresa mas a natureza da atividade não requer nenhuma contratação de funcionário.

As agregações referentes aos setores da indústria, comércio e serviços, utilizadas nesta pesquisa, correspondem àquelas definidas no CNAE 1.0. O Quadro 2 apresenta a estrutura básica da CNAE 1.0, assim como os critérios utilizados no processamento das informações. Basicamente, a CNAE 1.0 é dividida em 17 seções (de A a Q) e 59 divisões de atividade. Quase todas as seções e divisões da CNAE foram objeto de análise desta pesquisa, com as seguintes exceções:

- Divisões relacionadas à agropecuária (1, 2 e 5), devido ao fato deste setor encontrar-se sub-representado na RAIS¹;
- Divisões 40, 41, 64, 75, 91, 95 e 99, por se tratarem de atividades de utilidade pública, com participação expressiva de capital estatal (por exemplo: água, luz, gás e correios), administração pública, ou não serem atividades específicas realizadas por empresas privadas (por exemplo: órgãos de classe e organismos internacionais);
- Divisões 80 (Educação) e 85 (Saúde), devido ao fato de que preponderam nessas categorias estabelecimentos da rede pública de ensino e saúde, não sendo possível separar tais unidades dos estabelecimentos privados.

Quadro 1: Estrutura da CNAE 1.0 e critérios utilizados na análise

Seções da CNAE	Divisões excluídas	Divisões incluídas
A. Agropecuária	1 e 2	
B. Pesca	5	
C. Indústria extrativa		10, 11, 13 e 14
D. Indústria da transformação		15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37
E. Eletricidade, gás e água	40 e 41	
F. Construção		45 (*)
G. Comércio		50, 51, 52
H. Serviços de Alojamento e Alimentação		55
I. Transporte, Armazenagem e Comunicações	64	60, 61, 62 e 63
J. Intermediação financeira	65 (**)	66, 67
K. Serviços prestados às empresas		70 (***), 71, 72, 73, e 74
L. Administração pública	75	
M. Educação	80	
N. Saúde	85	
O. Outros serviços	91	90, 92 e 93
P. Serviços domésticos	95	
Q. Organismos internacionais	99	

Fonte: Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

(*) Nota 1: a divisão 45 (Construção) foi enquadrada no setor da indústria, utilizando o mesmo padrão utilizado pelo SEBRAE-SP.

(**) Nota 2: a divisão 65 (Intermediação Financeira), por tratar-se de estabelecimentos do Sistema Financeiro Nacional, segmento que opera com grande número de filiais, foi considerada como exclusivamente MGE's.

(***) Nota 3: exclusive código 70.4 (Condomínios Prediais).

¹ Parte expressiva dos produtores rurais não necessita registrar seu empreendimento como pessoa jurídica, bastando para realizar sua atividade, registrar-se na Secretaria Estadual da Fazenda.

Referente ao terceiro objetivo, que é fazer um estudo da dinâmica produtiva e do padrão de concorrência da indústria têxtil/confeccções, além do levantamento bibliográfico que permitiu a revisão da literatura, também foram utilizados os dados da RAIS.

Por fim, para alcançar o quarto e último objetivo, também serão analisados diversos relatórios, livros e jornais, buscando identificar quais os principais entraves para que as empresas catarinenses de confeccções possam ofertar seus produtos no cenário mundial. Importante mencionar a aplicação de um questionário, que se encontra em anexo, junto às empresas deste setor, para que possamos cruzar as respostas destes aos dados obtidos nas pesquisas bibliográficas.

Para analisar os dados referentes à exportação dos produtos da indústria têxtil/confeccção brasileira, se adotou como aspectos de amostragem a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM. Seguindo esta classificação, foram considerados como matéria-prima da indústria têxtil/confeccção os capítulos mencionados no Quadro 1.

Quadro 2: Matéria-prima da indústria têxtil/confeccção, segundo a NCM

Capítulo NCM	Descrição
51	Lã e pêlos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina.
52	Algodão
53	Outras fibras têxteis vegetais; fios de papel e tecido de fios de papel.
54	Filamentos sintéticos ou artificiais
55	Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas.

Fonte: SECEX

Como produtos do segmento têxtil, foram considerados os integrantes dos capítulos NCM mencionados no Quadro 2.

Quadro 3: Produtos do segmento têxtil, segundo a NCM

Capítulo NCM	Descrição
56	Pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos; fios especiais; cordéis, cordas e cabos; artigos de cordoaria.
57	Tapetes e outros revestimentos para pavimentos, de matérias têxteis
58	Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados.
59	Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis.
60	Tecidos de malha

Fonte: SECEX

Por fim, seguindo a classificação NCM, considerou-se como produtos do segmento de confeccção, a relação constante no Quadro 3.

Quadro 4: Produtos do segmento de confecção, segundo a NCM

Capítulo NCM	Descrição
61	Vestuário e seus acessórios, de malha.
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha.
63	Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos; artefatos de matérias têxteis, calçados, chapéus e artefatos de uso semelhante, usados; trapos.

Fonte: SECEX

A partir destes procedimentos, realizou-se uma pesquisa exploratória, a fim de alcançar os objetivos do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO ANALÍTICO

2.1 Introdução

Para que seja analisada de forma completa e sustentada a atuação das micro e pequenas empresas, torna-se necessário buscar um referencial teórico analítico que sirva de diretriz para este estudo.

O objetivo deste capítulo é construir um referencial teórico que permita analisar as micro e pequenas empresas do setor têxtil e de confecções catarinense, na ótica apresentada na introdução, qual seja, analisando a atuação deste porte de empresa frente ao mercado externo. Para tanto o presente capítulo será dividido em oito seções, iniciando por esta, e posteriormente abordando o novo paradigma produtivo industrial, posterior ao século XVIII. Posteriormente, faz-se uma análise dos paradigmas fordista e pós-fordista, para que na quarta seção possam ser analisados fatores fundamentais na nova dinâmica, a especialização e desverticalização. O capítulo encerra apresentando a inserção das micro e pequenas empresas na nova dinâmica mundial.

2.2 Novo paradigma produtivo

Para que seja possível conhecer e entender o paradigma produtivo no qual a economia capitalista se encontra nos dias atuais, torna-se necessário remontar ao princípio do molde de produção que conhecemos hoje.

A análise deve-se iniciar a partir da Revolução Industrial ocorrida no século XVIII na Inglaterra, que posteriormente se espalhou por toda a Europa para ter sua máxima expressão nos Estados Unidos a partir da década de 30 do século XX. A Revolução Industrial marca o início da expressão que conhecemos hoje da economia capitalista e industrial. É essencial este entendimento para que possamos compreender como se deu a evolução do processo produtivo, das condições de trabalho e do próprio trabalhador, pois foi nesse período que ocorreram diversas transformações que tiveram impacto direta e/ou indiretamente sobre a vida da sociedade e do homem. A principal mudança ocorrida foi a divisão do trabalho no processo

produtivo, implicando inicialmente, a perda do controle por parte do trabalhador do produto de seu trabalho, e posteriormente, do controle sobre o processo de seu trabalho. Marshall coloca:

A primeira condição de uma organização eficiente da indústria é que se mantenha cada empregado no trabalho para que esteja capacitado por suas aptidões e preparo a desempenhá-lo bem e que o equipe com as melhores máquinas e os melhores instrumentos para sua tarefa. (MARSHALL, 1982, p. 219).

A Revolução Industrial, portanto, foi essencialmente uma transformação no modelo de produção, mas que causou em uma extrema transformação social, econômica, política e cultural, ocorrendo, entretanto, de forma gradativa.

A principal mudança que a Revolução Industrial trouxe para a dinâmica econômica foi o uso intensivo de maquinaria na produção. A introdução da maquinaria trouxe diversos benefícios para as economias, em especial benefícios inerentes a produção. O processo produtivo passou a ser acelerado, passando de uma produção artesanal para uma produção em série. Isso proporciona diminuição no tempo de produção, redução de trabalho humano necessário à produção, com isso os custos de produção também são reduzidos, e conseqüentemente se os preços tendem a cair. A idéia inicial é, portanto, que a introdução da maquinaria viria por tornar mais fácil a vida do trabalhador, além de proporcionar um maior acesso ao consumo de bens produzidos nas indústrias, pois os preços seriam reduzidos. Entretanto, efeitos perversos puderam ser vistos logo no início da revolução industrial.

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força. Aí temos a máquina, mas apenas como elemento simples da produção mecanizada (MARX, 1996, p. 9).

Para Marshall (1982, p. 222), “a maquinaria substitui a habilidade simplesmente manual”, sendo que ele reforça tal idéia quando postula que:

A extensão dos mercados, a crescente procura de grande número de coisas da mesma espécie e, em alguns casos, de coisas fabricadas com grande precisão são as principais causas da subdivisão do trabalho; o efeito principal do progresso da máquina é baratear e tornar mais preciso o trabalho que, de qualquer sorte, seria subdividido (MARSHALL, 1982, p. 222).

Na atual dinâmica da economia mundial, observamos a transição que ocorre com as economias capitalistas em direção a um novo modo de desenvolvimento. Novos diferenciais

figuram dentre os mais importantes para a competitividade das empresas e estados, a saber, a crescente complexidade tecnológica, as novas características de organização dos processos produtivos, a centralização do capital em grupos econômicos com estratégias globais, e o acirramento da concorrência em dimensão mundial. Temos, portanto, um conjunto de transformações na dinâmica e na estrutura da economia.

Um momento de transição, assim como já houve outros, mas cada vez com mudanças mais aceleradas, onde é cada vez mais constante a obsolescência de equipamentos, técnicas, processos e produtos, a instabilidade dos mercados, o surgimento de novas necessidades, a criação de novas atividades para que as novas necessidades sejam supridas, a modificação no padrão de consumo, a diluição de barreiras comerciais, e o aumento da concorrência e incerteza.

2.3 Regimes Fordista e Pós-Fordista

O Fordismo foi a grande expressão industrial do século XX. Teve seu início aproximadamente em 1920/45, nos Estados Unidos, e leva esse nome por ser a forma de produção que se iniciou na empresa Ford, e posteriormente tornou-se a forma de produção predominante na economia capitalista.

Segundo Arienti (1999, p. 2) o fordismo pode ser utilizado para caracterizar não apenas o processo de produção, mas também a organização do trabalho, o tipo de relação capital-trabalho na fábrica, a organização industrial das empresas, o regime macroeconômico de acumulação, além das várias formas de regulação econômica e social existentes nas sociedades neste período. Verifica-se, portanto, uma nova organização das estruturas econômicas e sociais de forma a garantir a acumulação de capital.

Para Sandroni, o fordismo é um:

[...] conjunto de métodos de racionalização da produção elaborado pelo industrial norte-americano Henry Ford, baseado no princípio de que uma empresa deve dedicar-se apenas a produzir um tipo de produto. Para isso, a empresa deveria adotar a verticalização, chegando a dominar não apenas as fontes das matérias-primas, mas até os transportes de seus produtos. Para reduzir os custos, a produção deveria ser em massa, e dotada de tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade de cada trabalhador. O trabalho deveria ser também altamente especializado, cada operário realizando apenas um tipo de tarefa. E para garantir elevada produtividade, os trabalhadores deveriam ser bem remunerados e as jornadas de trabalho não deveriam ser muito longas. [...] Os princípios do Fordismo foram amplamente difundidos não apenas nos Estados Unidos, mas em todo o mundo, tornando-se uma das bases da organização do processo de produção nas indústrias durante muito

tempo, e, embora de maneira modificada, mantendo-se até hoje em muitos países (SANDRONI, 1999, p. 249).

O fordismo, como modo de regulação das economias capitalistas avançadas no período de pós-guerra entra em crise no começo da década de 1970. Por várias causas conjunturais e estruturais, como estagflação e crises das dívidas nas economias centrais, as décadas de 70, 80 e 90 foram período prolongado de crescimento baixo e inflação. Isto indicou que as estruturas fordistas, que geraram por um longo tempo taxas de lucro elevadas, proporcionalidades entre os departamentos e realização da produção, encontraram obstáculos para cumprir o papel de contra-tendência das crises inerentes às economias capitalistas. Neste contexto de crise do regime de acumulação e do modo de regulação fordista deve-se entender o pós-fordismo.

Entretanto, o pós-fordismo não significa simplesmente o que vem depois do fordismo. Novos elementos, estruturas e relações caracterizam o modo de desenvolvimento pós-fordista. A tecnologia da informação e comunicação, a produção flexível, a terceirização, a ampliação das cadeias mundiais, o trabalho flexível e o trabalhador múltiplo, a nova relação capital-trabalho que agora é dada de acordo com produtividade e competitividade; são as expressões deste novo padrão produtivo da economia do final do século XX e início do século XXI.

A utilidade do termo está em indicar as novas estratégias e formação de novas estruturas que apontam para superação da crise do fordismo. De forma diferente do fordismo, o pós-fordismo não se refere a um regime de acumulação e modo de regulação, mas sim um período de transição onde novas estratégias promovem mudanças qualitativas nas estruturas capitalistas e em suas relações, mas sem definição ainda de uma forma hegemônica que venha garantir, ainda que temporariamente, uma estabilidade na acumulação de capital. Pós-fordismo ainda é um período de gestação de uma nova fase do Capitalismo, com mudanças qualitativas nas estruturas econômicas e sociais, mas permanecendo a relação capitalista básica.

2.4 Flexibilização e desverticalização da produção

O processo de produção flexível, mais comumente chamado de *especialização flexível* é uma resposta à crise do fordismo, tratando-se, portanto, de uma nova forma de produção na reestruturação industrial.

Segundo Sandroni, o conceito de especialização é:

Processo mediante o qual um empregado se dedica a realizar apenas um tipo de tarefa ou atividade, de tal forma que seu rendimento esperado aumente. O termo pode ser aplicado também no comércio internacional, no qual alguns países se especializam na produção e exportação de determinados tipos de mercadorias (SANDRONI, 1999, p. 219).

Entretanto, quando esta especialização se torna flexível, a produção não fica restrita a um tipo de tarefa apenas, mas sim ao amplo conhecimento da produção, de forma ao trabalhador poder sugerir melhoras no modo de produção, já que o mesmo não está restrito ao conhecimento de apenas uma máquina ou etapa da produção.

Schmitz (1989) destaca a existência de uma grande mudança na organização industrial. Para o autor, o caminho a ser seguido baseia-se na especialização flexível, com a existência de um distanciamento da rigidez da produção em série onde se utilizam trabalhadores semi-especializados para produzir bens padronizados, e uma aproximação para um modelo mais flexível, com a utilização de máquinas com funções múltiplas e trabalhadores especializados, com melhores condições de responder às contínuas mudanças.

Souza (1995) comenta a necessidade de uma produção flexível intrínseca a produção em massa, pois a produção das máquinas e equipamentos não tem como ser feita em massa.

[...] as condições que explicam a permanência da produção não massificada se encontram na própria lógica do modelo de produção em massa, visto que, entre outras coisas, as máquinas altamente especializadas que este exige não podem ser produzidas em larga escala (SOUZA, 1995, p. 24).

A flexibilidade produtiva exigida pela nova situação da concorrência internacional favorece o surgimento e o êxito de estruturas produtivas menos rígidas. Este fato não representa que esteja ocorrendo uma reversão da contínua e crescente importância das grandes corporações, principalmente considerando-se a evidente concentração dos capitais internacionais no período recente. É possível notar que a especialização flexível não está relacionada apenas com as pequenas empresas e que não é o tamanho das empresas que importa, mas a relação entre as mesmas. Um agrupamento de empresas, associado à noção de especialização flexível, deve ter uma configuração de tal maneira que a produção dos diversos produtos seja distribuída entre firmas independentes, porém com forte relação entre si.

O fato é que a partir do momento em que se forma uma rede de fornecedores propiciando materiais, ferramentas, maquinaria nova e de segunda mão, peças sobressalentes

e serviços diversos, passa-se a ter um processo de produção flexível e conseqüentes economias de aglomeração.

Piore e Sabel (1984) apud Souza (1995), tratam a especialização flexível como sendo uma estratégia de permanente inovação baseada em:

[...] máquinas flexíveis de multiuso; trabalhadores hábeis; e criatividade, ao lado de políticas, de uma comunidade industrial que limita as forças de competição favorecendo aquela inovação. Por essas razões, a expansão da especialização flexível equivale ao renascimento das formas artesanais de produção que foram marginalizadas na primeira divisão industrial, as quais fizeram parte dos distritos industriais do século XIX (PIORE E SABEL, 1984, p.17 apud SOUZA, 1995).

Exemplos de produção flexível são exemplificados nos casos da terceira Itália e do Japão.

A ênfase na importância das MPE's nas últimas décadas reflete o avanço do que se designa como produção flexível, ou seja, a demanda crescente por produtos dotados de especificidades, e não padronizados, fez surgir um modelo de produção flexível, que permitiu a produção em menor escala, e propiciando o que se chamou de especialização flexível, fazendo com que cada micro ou pequena empresa se especialize em determinada etapa de um processo produtivo. As novas tecnologias também são um fator que proporciona a diversificação de produtos.

2.5 Micro e pequenas empresas na reestruturação industrial

Há hoje uma nova proposta de debate referente às MPE's, abrangendo itens como o papel deste porte de empresa na economia, assim como sua importância para o desenvolvimento, as formas de inserção na dinâmica produtiva, assim como sua permanência.

Diferentes são os critérios que definem as micro e pequenas empresas, devendo ser analisados aspectos como o montante de capital exigido para a sua abertura, a capacidade de produção, as formas de inserção, o faturamento, a dependência e subordinação em relação as grandes empresas, além da capacidade de absorção de mão-de-obra.

Segundo Penrose apud Souza, “as desvantagens competitivas da pequena empresa são tão consideráveis que os economistas parecem haver considerado necessário explicar a sua sobrevivência” (PENROSE, 1959, p. 238 apud SOUZA, 1995, p. 24).

Conforme Souza (1995), diversas são as justificativas para o estudo das MPE's, a saber:

Estimulo a livre iniciativa e a capacidade empreendedora;
 Relações capital trabalho mais harmoniosas;
 Possível contribuição para a geração de novos empregos e absorção de mão-de-obra (muitas vezes aquela liberada pelas grandes empresas em seu processo de ajuste), seja pelo crescimento de MPE's já existentes, seja pelo surgimento de novas;
 Efeito amortecedor dos impactos do desemprego;
 Manutenção de certo nível de atividade econômica em determinadas regiões;
 Contribuição para descentralização da atividade econômica;
 Potencial de assimilação, adaptação, introdução e, algumas vezes, geração de novas tecnologias de produto e de processo (SOUZA, 1995, p. 25).

Para Marshall:

existem grandes vantagens que uma grande fábrica, ou mesmo uma grande empresa de um gênero qualquer, quase sempre leva sobre uma pequena. Uma grande empresa compra em grandes quantidades e, por conseguinte, mais barato, paga baixos fretes e economiza no transporte de muitas maneiras, particularmente se tem um desvio ferroviário. Ela vende comumente em grandes quantidades, e assim evita contratempos ,vendendo entretanto a bom preço, porque oferece ao freguês as vantagens de ter um grande estoque , no qual ele pode escolher e de uma vez preencher um pedido variado, enquanto a reputação da empresa lhe confere confiança. (...) ele pode empregar continuamente os seus empregados nos trabalhos mais difíceis de que sejam capazes, e, ainda assim, limitar a tal ponto suas tarefas que possam conseguir a facilidade e perfeição que só se alcançam através de uma longa prática. (...) o dirigente de uma grande empresa pode reservar toda a sua energia para os maiores e mais fundamentais problemas de sua indústria (...) estudar os grandes movimentos do mercado, as conseqüências ainda indefinidas dos acontecimentos correntes no país e no exterior; e imaginar como melhorar a organização das relações internas e externas da sua empresa (MARSHALL, 1982, p. 242, 243).

No entanto, Marshall coloca o que:

Por outro lado pequeno empresário tem vantagens que lhe são próprias. O olho do patrão está em toda a parte; seus contramestres e operários não se esquivam as obrigações, a responsabilidade não se divide, não há um vaivém de ordens mal compreendidas de um departamento para o outro (MARSHALL, 1982, p. 243).

As mudanças na economia mundial a partir dos anos 70, associadas em parte às alterações no modelo fordista de produção trouxeram importantes alterações para as MPE's, que sofreram impacto positivo no que se refere à “revolução tecnológica” desencadeada, desdobrado em processos como:

...alterações na natureza das relações intra e interfirmas; mudanças nas estratégias competitivas, diversificação das linhas de produtos; desintegração vertical (que pode

vir associada à especialização); alterações nos tamanhos das plantas; novos ramos industriais e novas qualificações; alterações na organização social e espacial dos processos de produção, constantes alterações no perfil da demanda, etc. (SOUZA, 1992, p. 317)

Porém estas mudanças provocaram, de imediato, reações nas MPE's que bateram de frente com seus problemas estruturais, relacionados ao próprio tamanho, o qual não apresentava maiores possibilidades para responder satisfatoriamente aos desafios relacionados às mudanças no padrão de concorrência, trazidas pela globalização e amplificadas pelos avanços tecnológicos.

2.6 Inserção da pequena empresa na atual dinâmica econômica

Há diversos fatores que influenciam a inserção e permanência das MPE's na dinâmica economia, como por exemplo o empreendedorismo da classe trabalhadora aliado ao alto nível de desemprego em diversas regiões, o novo padrão de consumo baseado na diferenciação, a desverticalização, e a ação não-monopolista.

Há que considerar-se que a sobrevivência das empresas está crescentemente relacionada ao aumento da competitividade. Esta, por sua vez, depende de fatores que exigem mão-de-obra cada vez mais qualificada, mais polivalente e bem remunerada. Com isso, vantagens competitivas fundadas em menores custo de mão-de-obra tenderão a sofrer crescente erosão (SOUZA, 1995, p. 34).

Uma das principais formas de inserção das MPE's na estrutura produtiva e que vem passando por acentuadas transformações qualitativas, estão relacionadas às empresas que se articulam com as grandes. A base de atuação dessas empresas é a complementaridade com outras empresas, freqüentemente de maior porte. Por isso, dependem da natureza da interdependência, da intensidade das assimetrias, da estratégia e dinamismo das empresas com as quais interagem e que comandam a dinâmica das interações.

Não se pode pensar que as pequenas empresas são irrelevantes, apesar do dinamismo da economia ser comandado, predominantemente, pelas grandes empresas. Pelo número e peso nos agregados econômicos, as pequenas empresas representam papel importante na dinâmica econômica. De acordo com o grau de exposição aos efeitos da liderança das grandes empresas no dinamismo da atividade econômica, Souza (1995) divide as empresas, segundo suas características, em dois grandes grupos: dependentes e independentes.

No quadro de empresas dependentes (subordinadas) estão pequenas empresas que se encontram na função de complementar direta ou indiretamente as MGE's, executando uma ou várias das operações que compõem o processo de fabricação de um produto, ou produzindo um ou mais de seus componentes.

Na figura de empresas independentes estão pequenas empresas que não mantêm uma ligação direta com grandes empresas. Podem ser: a) empresas de pequeno porte que operam em setores tradicionais e competitivos com baixas barreiras à entrada e concorrência em preço, cujo desempenho está atrelado ao comportamento da demanda; b) pequenas empresas que disputam com as grandes em setores mais concentrados e que se tornam viáveis graças à maior flexibilidade em termos de estrutura organizacional e à maior liberdade de contratar e demitir empregados a um menor custo; e c) pequenas empresas que conseguem ser bem sucedidas em estruturas industriais nas quais há liderança das MGE's, ocupando espaços em termos de produtos, processo ou mercado perfeitamente delimitados, e sendo flexível o suficiente para buscar e ocupar novos espaços na medida em que os atuais se estreitam.

As micro e pequenas empresas têm agilidade nas respostas as mudanças, facilidade em mudar a estratégia.

Mesmo no início do século XX, Marshall já colocara qual a função das MPE's que melhor poderia ser útil para a sociedade:

As roupas melhores e mais cara são confeccionadas por alfaiates de grande habilidade e bem remunerados, cada um deles se encarregando inteiramente de uma peça do vestuário, e depois de outra; enquanto que as roupas baratas e piores são feitas mediante salário de fome por mulheres sem habilitação, que em suas próprias casas fazem elas mesmas todas as partes da costura. Mas as roupas de qualidade intermediária são feitas em oficinas ou fábricas, nas quais a divisão e a sub-divisão do trabalho são levadas tão longe quanto o permitir o pessoal de que se dispõe. (MARSHALL, 1982, p. 221)

Em momentos de crise, as MPE's amortecem o desemprego, se observando aí o máximo de sua função social.

Há, portanto, desde a revolução industrial, diversas alterações na estrutura produtiva da sociedade. Novas necessidades vão surgindo, e com isso também novas atividades. No século XVIII as novas atividades iniciavam-se basicamente na grande indústria, enquanto que na nova dinâmica da economia as micro e pequenas empresas cada vez mais assumem o papel de motor da economia.

3. ANÁLISE DAS MPE'S NO BRASIL E SANTA CATARINA

3.1 Introdução

As micro e pequenas empresas (MPE's) desempenham cada vez mais um papel de extrema importância na nossa economia e sociedade. Elas são consideradas uma saída para o desemprego e alternativa à informalidade, além de ter grande participação na demanda por crédito, e responderem por grande parte do volume da produção nacional.

Diante desta importância, este capítulo tem por objetivo apresentar uma caracterização dos estabelecimentos deste porte. Inicialmente são feitas abordagens referentes à constituição, classificação e características das MPE's, para posteriormente ser apresentado um detalhamento sobre os motivos pelos quais as micro e pequenas empresas têm grande importância para a economia de um país. Adicionalmente, para que o objetivo seja alcançado de forma plena, julga-se importante atentar para a metodologia que é utilizada na análise, a fim de não haver interpretações equívocas sobre as características de inserção das MPE's. A importância desta análise vem do fato de ser feito um mapeamento detalhado sobre a localização, divisão e padrão atual das micro e pequenas empresas, levantando dados como: distribuição das MPE's no Brasil e em Santa Catarina, dados pertinentes aos tipos de estabelecimento (indústria, serviços ou comércio), e as atividades de cada setor da economia. Esta pesquisa é baseada principalmente nas informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o que permite a exploração dos dados para chegar a uma boa radiografia das MPE's catarinenses.

3.2 Conceituação e constituição das MPE's no Brasil

3.2.1 Conceituação das MPE's no Brasil

Os anos 80 foram para o Brasil um período de intensa redução do crescimento econômico. Este período resultou em diversos prejuízos para a economia, principalmente em

função da retração do nível de emprego. Na situação em que se encontrava o mercado de trabalho brasileiro, além de políticas macroeconômicas que visassem à geração de empregos, seriam necessárias também políticas dirigidas ao apoio as micro e pequenas empresas, pois estas, diante do novo paradigma produtivo pós-fordista, passaram a ser consideradas um grande pilar para a geração de emprego. Portanto, diante do panorama no qual se encontrava a economia brasileira no final da década de 80, começaram a surgir as primeiras iniciativas mais concretas para incentivar a abertura de pequenos negócios, pois o apoio à criação de micro e pequenas empresas seria uma alternativa mais viável para o governo e para a economia do que a informalidade. O IBGE (2001, p. 15) coloca que diversas foram as medidas governamentais que vieram auxiliar a micro e pequena empresa, dentre as quais vale mencionar:

- Implantação do primeiro Estatuto da Microempresa, em 27 de novembro de 1984 (Lei nº 7.256);
- Inclusão das micro e pequenas empresas na Constituição Federal de 1988, que passou a garantir-lhes tratamento diferenciado (Artigo 179 do Capítulo da Ordem Econômica);
- Aprovação da Lei nº 9.317, em 5 de dezembro de 1996, que instituiu o Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES;
- Aprovação da Lei nº 9.841, em 5 de outubro de 1999, que instituiu o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- Criação de linhas especiais de crédito no BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil;
- Transformação em 1990 do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa – CEBRAE (criado em 1972), em Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, com funções mais amplas e que beneficiavam mais as MPE's.

Estas diversas medidas facilitaram o surgimento de novos pequenos empreendimentos, pois diminuíram a burocracia (inclusão na Constituição garantindo tratamento diferenciado), criaram linhas especiais de financiamento (principalmente BNDES), diminuíram a carga tributária (sistema SIMPLES), e foram criados órgãos que vieram auxiliar a criação e manutenção das micro e pequenas empresas.

A partir de então, criou-se um aparato institucional que favorecia o surgimento e consolidação das micro e pequenas empresas, entretanto, estas medidas não vieram para sanar de vez os problemas encontrados pelas empresas deste porte. Na dinâmica econômica atual, de um mundo globalizado com intensas relações comerciais entre países e empresas, ao mesmo tempo em que se considera cada vez mais a importância das MPE's, estas ainda sofrem muito com a grande competitividade mundial, predomínio das empresas de grande capital, e as constantes e intensas instabilidades econômicas.

Julga-se que ações que sejam favoráveis ao surgimento e melhora da concorrência das micro e pequenas empresas são fator fundamental para o desenvolvimento econômico de um país, pois não só o crescimento, mas também a melhora do nível de emprego e da distribuição de renda são dos principais fatores que aumentam a qualidade econômica de uma nação. Entretanto, ações que visem o auxílio a micro e pequena empresa só serão realizadas se a sua importância for realmente compreendida.

3.2.2 Classificação brasileira de micro e pequena empresa

Não há unanimidade ou padrão de classificação para micro e pequenas empresas. Na prática, cada país adota formas de classificação que vão de acordo com suas realidades, e com isso observa-se uma variedade de critérios utilizados para esta definição, ora baseando-se no valor do faturamento, ora na quantidade de mão-de-obra ocupada, ora em ambos. Há uma definição de micro e pequena empresa na legislação, mas também instituições financeiras oficiais e órgãos representativos do setor fazem seus enquadramentos de acordo com sua finalidade. A utilização de diversos conceitos de micro ou pequena empresa decorre do fato de que a finalidade e os objetivos dos órgãos e instituições que promovem seu enquadramento também são diversos, ora para regulamentação, ora para concessão de crédito, estudos, políticas, dentre outros motivos.

Conforme Quadro 5, pode-se verificar os principais critérios utilizados no Brasil para a classificação de micro e pequenas empresas:

Quadro 5: Critérios de enquadramento de MPE's

Critérios de enquadramento	Valor de receita	Número de pessoas ocupadas
Lei nº 9.841 de 05/10/1999		
Microempresas	. Até 244 mil reais	
Empresas de pequeno porte	. De 244 mil reais a 1,2 milhões de reais	
Sebrae		
Microempresas		. Até 19 na indústria. . Até 9 no comércio e serviços
Empresas de pequeno porte		. De 20 a 99 na indústria . De 10 a 49 no comércio e serviços
BNDES (critério dos países do Mercosul para fins creditícios)		
Microempresas	. Até 400 mil dólares (cerca de 940 mil reais)	
Empresas de pequeno porte	. De 400 mil dólares a 3,5 milhões de dólares (cerca de 8,2 milhões de reais)	

Fonte: IBGE, 2003, p.17.

Cada um dos critérios leva em conta a finalidade da classificação, e não se pode julgar um mais importante que o outro. Por exemplo, o critério de classificação das MPE's por número de pessoas ocupadas, utilizado pelo Sebrae, não leva em conta as diferenças entre atividades de diferentes processos produtivos, podendo uma empresa de uso intensivo de tecnologia da informação (vendas pela Internet por exemplo) ter um alto volume de negócios com utilização de mão-de-obra pouco numerosa, ao contrário de uma indústria intensiva em mão-de-obra que produz um produto de baixo valor agregado. Outros exemplos são os comércios atacadistas e os serviços técnico-profissionais prestados às empresas (atividades jurídicas, de contabilidade, consultoria empresarial, etc.), que empregam um baixo número de empregados e normalmente têm uma receita bastante elevada.

Existem também diferenças dentro do mesmo critério, como por exemplo o faturamento, que possui enquadramentos diferentes. A lei nº 9.841 considera como microempresa àquelas com receita até R\$ 244 mil, enquanto que o BNDES, considera microempresa aquela que fatura até 400 mil dólares. O enquadramento do BNDES é mais amplo, pois, por ser um banco de fomento, o mesmo estende sua faixa de classificação para que mais empresas possam adquirir crédito a um menor custo.

Verifica-se, portanto, que não há uma melhor forma de classificar as MPE's, devendo sempre ser observado qual a finalidade do enquadramento, para que só então possa ser feita a classificação.

3.2.3 Características básicas das MPE's

As MPE's têm características distintas das grandes empresas, principalmente no tocante a sua estrutura e forma de gestão. Essas características revelam quão frágil é este segmento empresarial, e delas podemos verificar a baixa infra-estrutura empresarial das MPE's brasileiras, que culmina numa alta taxa de mortalidade. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE desenvolveu em 2003 um amplo estudo sobre as principais características das micro e pequenas empresas brasileiras, dentre as quais podemos destacar:

- Baixo volume de capital;
- Forte presença dos proprietários e membros da família como mão-de-obra ocupada;
- Registros contábeis pouco adequados;
- Utilização de mão-de-obra não qualificada ou com pouca qualificação;
- Baixo nível de terceirização;
- Baixo poder de investimento em inovação tecnológica;
- Grande dificuldade de acesso a financiamentos;
- Forte relação de complementaridade e subordinação com empresas de médio e grande porte;
- Altas taxas de natalidade e de mortalidade.

O baixo volume de capital das MPE's se deve ao fato de estas não necessitarem deste recurso para a abertura da empresa, já que as exigências físicas e de mão-de-obra são mínimas. Isso evidencia a grande presença dos proprietários na constituição da força de trabalho da micro e pequena empresa, que por sua vez justifica os registros contábeis pouco adequados e a pouca qualificação da mão-de-obra empregada na empresa. O baixo volume de capital também impacta negativamente na capacidade da empresa adquirir financiamentos, pois poucas conseguem atingir as exigências mínimas para tal fim. Estas "facilidades", traduzidas em baixa infra-estrutura empresarial necessária à implantação de uma micro ou pequena empresa, explicam a alta taxa de natalidade que as MPE's possuem.

O processo de produção pós-fordista tem como paradigma a especialização flexível, que torna as MPE's subordinadas às médias e grandes empresas, que demandam sua produção de baixo valor agregado. A perpetuação deste ciclo reforça cada vez mais a relação de

complementaridade e subordinação das micro e pequenas empresas, já que estas tem as grandes empresas como um importante canal de escoamento para a sua produção.

Fora estas características, que evidenciam a precariedade das MPE's, muitos outros fatores contribuem para aumentar as dificuldades que os pequenos empreendimentos encontram, e isso faz com que a pior das características seja sempre recorrente às micro e pequenas empresas: a alta taxa de mortalidade.

Diversas teorias contemporâneas reforçam a extinção das MPE's no longo prazo, devido as frágeis características e grandes e dificuldades encontradas. Entretanto, os dados brasileiros mostram resultados diferentes, pois, conforme será apresentado em seção seguinte, desde o ano 2000 aumenta o número de micro e pequenas empresas no Brasil. Essa reversão na queda do número das MPE's é devido à importância que este segmento empresarial tem para a economia, conforme pode ser observado a seguir.

3.3 A importância das MPE's para a economia brasileira

As MPE's estão cada vez mais ganhando uma atenção especial em função de sua grande importância para a economia brasileira. Diversas instituições, órgãos de pesquisas, e o próprio governo direcionam seus estudos e esforços para as empresas de pequeno porte, pois cada vez mais é verificada a importância delas para a economia e sociedade.

3.3.1 Nível de emprego

As micro e pequenas empresas sempre tiveram sua avaliação relacionada a uma posição marginal nos países com uma economia industrializada desenvolvida, pois, devido a suas altas taxas de mortalidade e de natalidade, a visão que se tinha sobre os pequenos empreendimentos é que eles morreriam e nasceriam, numa espécie de renovação cíclica natural. Com isso, as micro e pequenas empresas não representavam uma fonte de geração de emprego, pois a idéia inicial era de que a mão-de-obra absorvida pela MPE seria logo descartada pelos empreendimentos que não sobreviveriam.

A natalidade e mortalidade eram explicadas por fatores conjunturais, ou seja, pelo aumento ou queda da atividade econômica. Em momentos de crise, as grandes empresas, que eram alocadoras de grande parte da massa trabalhadora, iriam diminuir a quantidade de postos

de trabalho, que seriam direcionados para a informalidade, ou às micro e pequenas empresas. Do contrário, em momentos de expansão da atividade econômica, as grandes empresas ofertariam novas vagas aos trabalhadores, e estes estariam dispostos ao emprego oferecido pela grande empresa. Desta forma, não se tinha a pretensão de utilizar as MPE's como alternativa ao desemprego, pois as grandes empresas eram consideradas o “abrigo” da grande massa de mão-de-obra.

No entanto, o novo paradigma produtivo industrial pós-fordista mostra que o desemprego atual não pode ser considerado um fator conjuntural, mas sim estrutural. A problemática apresentada pelo paradigma pós-fordista é contrária a que acontecera nas Revoluções Industriais ocorridas nos séculos XVII e XVIII (criação da máquina a vapor e da máquina a motor), onde o desemprego gerado pelas máquinas era compensado pela criação de novos produtos, que criavam novos segmentos industriais para a absorção da mão-de-obra excedente (casos da indústria automotiva e a invenção de diversos eletrodomésticos, por exemplo). Neste novo paradigma, a grande perda de postos de trabalho gerada pela constante alteração nos meios de produção não vem sendo acompanhada da criação de novos produtos, e conseqüentemente de novos segmentos industriais, e isso traz o prejuízo de não haver geração de novos postos de trabalho na indústria. Certamente surgiram nas últimas décadas novos postos de trabalho no comércio e serviços, mas que mostraram não serem suficientes para abrigar a mão-de-obra excedente gerada pela constante automação que vem ocorrendo nos meios de produção industriais.

O IBGE (2003) destaca a importância das MPE's justamente no que se refere à alternativa ao desemprego gerado pelas grandes empresas:

Uma importante contribuição das micro e pequenas empresas no crescimento e desenvolvimento do País é a de servirem de “colchão” amortecedor do desemprego. Constituem uma alternativa de ocupação para uma pequena parcela da população que tem condição de desenvolver seu próprio negócio, e em uma alternativa de emprego formal ou informal, para uma grande parcela da força de trabalho excedente, em geral com pouca qualificação, que não encontra emprego nas empresas de maior porte (IBGE, 2003, p. 15).

Pode-se verificar, portanto, que as micro e pequenas empresas têm sua verdadeira importância reconhecida diante do novo paradigma industrial produtivo, pois agora são elas consideradas como uma grande alternativa ao desemprego, gerado nas últimas décadas no mundo.

3.3.2 Reestruturação produtiva

A nova dinâmica produtiva ocorrida com a especialização flexível trouxe profundas mudanças para as micro e pequenas empresas. O novo modo de produção definiu a internacionalização dos mercados, o que acarretou em um aumento da concorrência devido a internacionalização da produção, que é uma consequência da corrida atrás de menores custos como: oferta de mão de obra barata, incentivos fiscais, leis ambientais sem expressão, etc. Nessa busca pela competitividade, as empresas vêm concentrando seus esforços no seu principal negócio, e a reestruturação industrial sua concentração nas atividades fins, ao que se chama terceirização da produção.

Nesse contexto, aparece um espaço para os micro e pequenos empreendimentos, de complementaridade às atividades das médias e grandes empresas. Através desta relação, as médias e grandes empresas reduzem custos e ganham agilidade e rapidez. Este processo garante a elas trabalharem com estoques reduzidos através da redução do *lead time* de seus produtos e/ou serviços, atendendo assim às exigências e oscilações de um mercado competitivo (MIRANDA et al, 1998).

Este processo, muitas vezes leva as MPE's a se estruturarem em torno de parques ou pólos. Um exemplo clássico desta nova configuração é o caso da Itália, onde em algumas regiões, floresceu um setor industrial competitivo apoiado em pequenas empresas, que posteriormente ficou conhecido como Terceira Itália. Outra região que se tornou exemplo clássico é o Vale do Silício, nos EUA, que também segue a mesma dinâmica da Itália.

Os parques e pólos propiciam que as empresas se organizem sob a forma de redes. Nas redes, prevalecem relações de cooperação, onde o interesse é juntar os esforços. Dessa forma, se diminuem os custos, por exemplo, através da compra de matéria-prima e equipamentos em conjunto, integração da informação, qualificação da mão-de-obra, propaganda e marketing.

Além disso, as micro e pequenas empresas possuem maior capacidade de responder com rapidez as mudanças no ritmo dos pedidos das empresas e da demanda em geral, além de uma flexibilidade muito grande de adaptação as adversidades, pois conseguem se adaptar à mudanças ocorridas no cenário econômico com mais facilidade que as MGE's.

As MPE's se destacam, portanto, pela sua função social, pelo fato de se moldarem mais fácil e rapidamente a novas situações econômicas, por absorver mais facilmente inovações tecnológicas (servindo até mesmo como laboratórios), criar empregos e promover desenvolvimento regionalizado, dentre uma série de outros potenciais.

3.3.3 Desconcentração de renda

A concentração de renda é colocada como um dos piores problemas encontrados atualmente em vários países, principalmente nos países subdesenvolvidos. A contribuição das MPE's é muito grande nesta questão, pois agem de forma a distribuir mais igualitariamente a renda pela sociedade, através da ocupação da mão-de-obra num crescente número de micro e pequenas empresas. Com isso, aumenta o poder de compra da população, a demanda por produtos, as empresas produzem mais e com isso empregam mais; enfim, há uma melhora na economia do país.

As pequenas empresas, de grande importância na economia nacional tanto por absorver grande parte da mão de obra do país, quanto por representar uma das formas de resistência da população à crescente concentração de riquezas que aumenta o abismo que se estabelece entre as diferentes classes sociais, receberam, com a Constituição de 1988, proteção expressa, que culminou com a criação do Estatuto da Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte e a criação de cada vez mais mecanismos de incentivo ao crescimento dos pequenos negócios.

Verdade é que as micro e pequenas empresa são fator de estabilidade social de qualquer País, seja pela sua capacidade de gerar empregos, ou pela melhora que ocorre na distribuição da renda. Na ausência das MPE's, é trazido para a sociedade um número considerável de pessoas que, ou atuam na informalidade ou se mantêm desempregadas. No Brasil, isso contribui para o agravamento dos sérios problemas sociais encontrados.

Apesar de sua importância, verifica-se que as micro e pequenas empresas são as que mais enfrentam dificuldades, principalmente relacionadas com a obtenção de crédito e com a alta burocracia que enfrentam para a sua constituição. Este fato gera altas taxas de natalidade e mortalidade, que além de trazerem consequências negativas para a economia brasileira, demonstram a falta de cuidados das ações governamentais para com elas.

É importante ainda reafirmar a importância que as microempresas e pequenas empresas conquistaram na economia nacional, e a necessidade de se tornar cada vez mais viável o investimento dos pequenos em negócios que podem se revelar bastantes lucrativos, além de realizarem potencialmente o sentido máximo da expressão “função social da empresa”.

3.4 Mapeamento das micro e pequenas empresas no Brasil

Esta seção tem como objetivo fazer uma radiografia completa dos estabelecimentos de micro e pequeno porte no Brasil e em Santa Catarina. Para tanto, julga-se necessário levantar diversos dados que possibilitem esta análise e assim identificar como se deu a evolução ou retrocesso das MPE's, para que, pós análise dos dados, possa ser feito um direcionamento de medidas a fim de propor alternativas que possibilitem um crescimento e melhora das MPE's.

Partindo para as empresas do estado catarinense, inicia-se uma análise mais criteriosa, identificando diversos aspectos. Inicialmente, é feita uma comparação entre as MPE's e médias e grandes empresas (MGE's) catarinenses, a fim de mostrar a importância e relevância do número de micro e pequenos estabelecimentos frente aos de porte médio e grande. Posteriormente parte-se para um mapeamento de acordo com as microrregiões e cidades catarinenses, objetivando identificar como se dá a concentração de micro e pequenas empresas no estado de Santa Catarina. Por fim se verificam quais são as principais atividades que as micro e pequenas empresas catarinenses exercem.

Após a análise da diferenciação dos tamanhos das empresas catarinenses, da localização, e dos tipos de atividade que as empresas deste porte exercem, poderemos passar para um próximo ponto, que é a análise do comportamento da mão-de-obra estabelecida nas MPE's catarinenses. A junção destes dois levantamentos agregados irá nos permitir traçar uma evolução ou retrocesso da micro e pequena empresa catarinense.

3.4.1 Localização geográfica das MPE's no Brasil

As micro e pequenas empresas do Brasil têm seus estabelecimentos distribuídos por as regiões naturais do país, pois todas as regiões possuem uma grande fronteira geográfica que possibilita o surgimento das mais diversas empresas. O surgimento de micro e pequenas empresas é um processo bastante dinâmico, que varia diante de pequenas flutuações na economia e na sociedade, e por isso sua localização e concentração nas regiões é alterada constantemente. No entanto, a maior concentração é dada principalmente na região sudeste, e isso é facilmente explicado pelo fato desta região abrigar as duas maiores regiões metropolitanas do país, São Paulo e Rio de Janeiro. Estes dois estados possuem uma alta densidade demográfica, maiores PIB dos estados brasileiros, e melhor desempenho

econômico; e estes fatores fizeram com que a região sudeste abrigasse no ano de 2005 mais da metade do número de pequenos estabelecimentos, apesar de ser a segunda menor região em termos geográficos. Conforme a Tabela 1, no ano de 2005 a região sudeste representava 50,52% do total de pequenos estabelecimentos no país, seguida pela região sul com 23,43%.

Tabela 1: MPE's de acordo com a região natural do Brasil – 2000 a 2005

Região Natural	2000	2001	2002	2003	2004	2005	% do total (2005)
Norte	154.369	169.827	184.514	194.390	203.482	213.195	3,46
Variação (%)	0,00	10,01	8,65	5,35	4,68	4,77	
Nordeste	720.572	787.743	843.594	875.367	912.804	953.516	15,46
Variação (%)	0,00	9,32	7,09	3,77	4,28	4,46	
Sudeste	2.490.619	2.674.863	2.828.294	2.923.791	3.016.793	3.115.709	50,52
Variação (%)	0,00	7,40	5,74	3,38	3,18	3,28	
Sul	1.141.838	1.233.689	1.294.511	1.344.296	1.399.230	1.445.195	23,43
Variação (%)	0,00	8,04	4,93	3,85	4,09	3,29	
Centro Oeste	332.265	365.051	388.890	403.428	423.727	440.048	7,13
Variação (%)	0,00	9,87	6,53	3,74	5,03	3,85	
Total	4.839.663	5.231.173	5.539.803	5.741.272	5.956.036	6.167.663	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

Na Figura 1, de acordo com os percentuais apresentados, podemos observar que as duas menores do Brasil abrigam quase 3/4 da quantidade de pequenos estabelecimentos no Brasil. Em contrapartida, verifica-se que a grande área lilás, correspondente a região norte, maior região natural do país, possui apenas 3,46% do total de micro e pequenas empresas do Brasil.

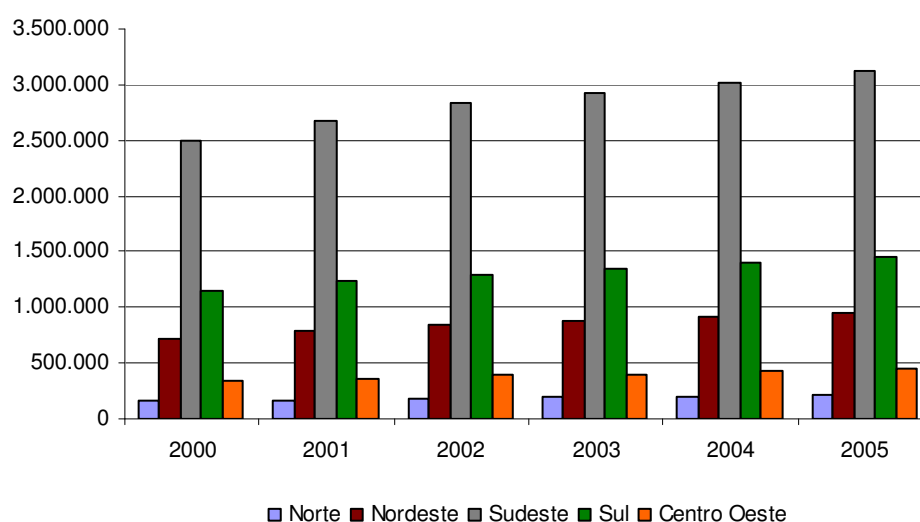
Figura 1: Distribuição das MPE's por região natural do Brasil – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

Na Figura 2 pode-se observar proporcionalmente a diferença no número de MPE's nas regiões naturais do país. A figura nos mostra claramente a grande diferença que há entre as regiões sudeste e norte, respectivamente as regiões com maior e menor número de micro e pequenas empresas. Essa disparidade é reforçada na Figura 1, onde verifica-se que a imensa região norte maior (a maior região) possui o menor número de MPE's (3,46% do total nacional), enquanto que, conforme já mencionado, a região sudeste (segunda menor região) possui consideravelmente o maior número de MPE's (50,52% do total nacional).

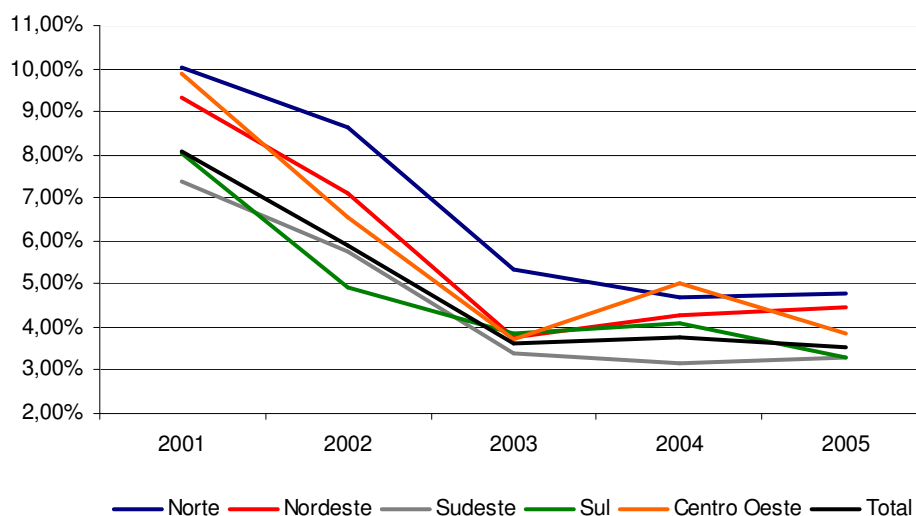
Figura 2: Evolução da quantidade de MPE's por região natural do Brasil – 2000 a 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS

A quantidade de pequenos estabelecimentos aumenta, no entanto em proporção cada vez menor. A Tabela 1 nos mostra que a variação no aumento da quantidade de MPE's vem diminuindo com o passar dos anos, ou seja, aumenta o número de pequenos estabelecimentos no país, no entanto cada vez menos. Esta situação é claramente visualizada na Figura 3, onde é observada uma forte queda no aumento do número de MPE's, principalmente dos anos de 2001 a 2003, onde por exemplo, a região norte que havia tido um aumento de 10,01% de 2000 a 2001, dois anos mais tarde teria um aumento de apenas 5,35% ,ou seja, aumentou a metade o número de micro e pequenas empresas em 2003 comparativamente a 2001.

Figura 3: Variação na evolução da quantidade de MPE's por região natural do Brasil – 2000 a 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

A hipótese inicial para essa desaceleração no aumento absoluto do número de empresas certamente deve-se a algum fator sistêmico (econômico), pois todas as regiões seguem a mesma tendência. A dinamicidade com a qual as MPE's são criadas e extintas faz com que haja uma distribuição de forma variável entre as regiões e estados, e com o passar dos anos. Entretanto, pode-se verificar na Figura 3 que para o caso de todas as regiões, e conseqüentemente no Brasil, é que a queda relativa no aumento do número de empresas é um padrão que vem sendo seguido, portanto não se trata de uma mudança na dinâmica da MPE, mas sim de algum fator conjuntural que causou um aumento cada vez no menor no número de empresas no Brasil.

No caso nacional, pode-se concluir portanto que há uma grande diferença na localização das MPE's de acordo com a sua região geográfica, fato certamente explicado pela diferença econômica e populacional que as regiões apresentam entre si. Além disso, podemos verificar que as micro e pequenas empresas aumentam, no entanto em cada vez menor, e este resultado tem de ser avaliado a fim de verificar quais os determinantes para essa variação decrescente.

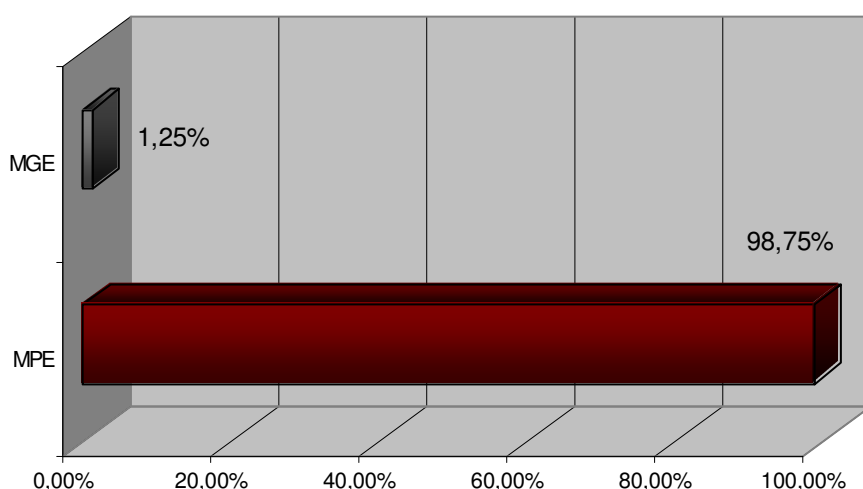
3.4.2 Comparações entre MPE's e MGE's em Santa Catarina

Após uma análise das micro e pequenas empresas a nível nacional, apenas diferenciado o número e o crescimento de acordo com as regiões naturais, partimos agora para

uma análise detalhada do quadro atual das MPE's em Santa Catarina, que é o grande objeto de análise.

Em Santa Catarina, no ano de 2005 (último ano de análise), havia 282.733 estabelecimentos no setor privado² (Tabela 2), sendo que deste total, 279.202 eram compostos de micro e pequenas empresas (98,75% do total) e 3.531 estabelecimentos de médias e grandes empresas (1,25% dos estabelecimentos), conforme pode-se verificar na Figura 4.

Figura 4: Número de estabelecimentos por porte em SC – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

A distribuição dos estabelecimentos entre MPE's e MGE's mostrada na Figura 4, nos remete à grande diferença que há entre o número de estabelecimentos em cada porte empresarial, e reforça a importância das micro e pequenas empresas para a economia catarinense, pois são a grande maioria (e quase a totalidade) do número de empresas em Santa Catarina.

² O conceito de setor privado aqui utilizado foi anteriormente estabelecido na metodologia de análise desta seção.

Tabela 2: MPE's por setor de atividade em SC – 2000 a 2005

	Atividade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Variação de 2000 a 2005
MPE	Indústria	46.207	48.898	51.013	51.996	53.578	55.424	19,95%
	Variação	0,00	5,82%	4,33%	1,93%	3,04%	3,45%	
	Comércio	107.316	115.884	121.469	125.863	131.884	139.024	29,55%
	Variação	0,00	7,98%	4,82%	3,62%	4,78%	5,41%	
	Serviço	65.644	71.296	75.286	78.301	81.445	84.754	29,11%
	Variação	0,00	8,61%	5,60%	4,00%	4,02%	4,06%	
	Total	219.167	236.078	247.768	256.160	266.907	279.202	27,39%
	Variação	0,00	7,72%	4,95%	3,39%	4,20%	4,61%	
	Atividade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Variação de 2000 a 2005
MGE	Indústria	594	626	667	681	763	755	27,10%
	Variação	0,00	5,39%	6,55%	2,10%	12,04%	-1,05%	
	Comércio	308	303	332	357	421	456	48,05%
	Variação	0,00	-1,62%	9,57%	7,53%	17,93%	8,31%	
	Serviço	1.774	1.882	2.009	2.108	2.175	2.320	30,78%
	Variação	0,00	6,09%	6,75%	4,93%	3,18%	6,67%	
	Total	2.676	2.811	3.008	3.146	3.359	3.531	31,95%
	Variação	0,00	5,04%	7,01%	4,59%	6,77%	5,12%	
Total de empresas		221.843	238.889	250.776	259.306	270.266	282.733	27,45%

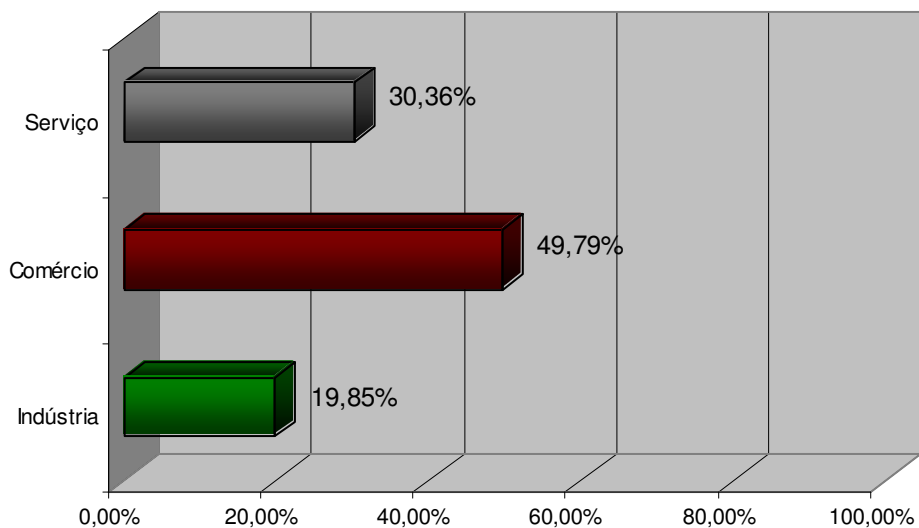
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

Assim como no caso das regiões naturais do Brasil, as MPE's catarinenses também têm um aumento anual do número absoluto de estabelecimentos, mas também possui queda no aumento relativo. Entretanto, a situação das MPE's catarinenses é mais dinâmica, já que houve uma diminuição no aumento relativo somente até 2003, e a partir de então podemos verificar um aumento relativo no número de empresas, ou seja, após o ano de 2003 cada vez mais temos mais micro e pequenas empresas em Santa Catarina. Já para o caso das médias e grandes empresas observa-se um aumento menos variável, fato explicado pela menor dinamicidade que este porte empresarial possui. As micro e pequenas empresas são muito mais vulneráveis a pequenas instabilidades ou dificuldades econômicas, enquanto que as médias e grandes possuem maior solidez para as adversidades, e pequenas dificuldades não as impedirão de abrir seus empreendimentos.

A variação absoluta do número de empresas em Santa Catarina desde 2000 até 2005 é bastante favorável, uma vez que tanto para as MPE's quanto para as MGE's aumentou mais de ¼ o número de estabelecimentos. No caso das micro e pequenas empresas o maior aumento ocorre nos setores de comércio e serviços, com um aumento de quase 30% cada, e para o caso das médias e grandes empresas o aumento maior ocorre claramente no comércio, com quase 50% de aumento no número de estabelecimentos.

Em 2005, conforme a Figura 5, 49,79% das micro e pequenas empresas encontravam-se no comércio, 30,36% em serviços e 19,85% na indústria.

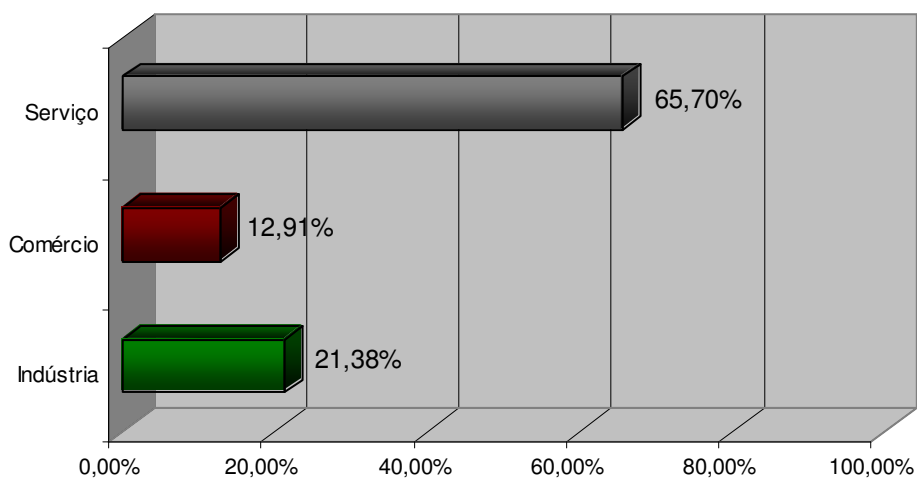
Figura 5: Estabelecimentos de MPE's por setor de atividade em SC – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

Com respeito às médias e grandes empresas (MGE's), as proporções diferem de acordo com o setor de atividade. No caso deste porte empresarial 65,70% dos estabelecimentos encontravam-se no setor de serviços, 12,91% no comércio e 21,38% na indústria (Figura 6).

Figura 6: Estabelecimentos de MGE's por setor de atividade em SC – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

Nota-se, portanto, que enquanto nas MPE's há um grande número de estabelecimentos no comércio e modesta representatividade da indústria, no caso das MGE's ocorre justamente o contrário, sendo que o comércio tem pequena representatividade no número de estabelecimentos, enquanto que o setor que abriga o grande número de MGE's é o setor de serviços. Verifica-se nos dados da RAIS que o elevado número de estabelecimentos de serviços presentes nas MGE's é influenciado em grande parte pelos serviços do sistema bancário, que opera com grande número de filiais espalhadas em todo estado. Supõe-se que o elevado número de estabelecimentos de MPE's no comércio seja explicado pela grande informalidade existente neste setor, já que os dados da RAIS não computam a informalidade. Adicionalmente se supõe que a informalidade é recorrentemente convertida em estabelecimentos de pequeno porte formais, passando aí a fazer parte dos números da RAIS.

Pode-se sintetizar da análise desta seção que o estado catarinense possui maioria absoluta e quase total dos estabelecimentos de micro e pequeno porte, apesar de estes estarem mais sujeitos a aumentos menores do número absoluto de empresas do que as MGE's. Entretanto, diferentemente do caso nacional, as MPE's de Santa Catarina a partir de 2003 já possuem um aumento relativo positivo. Além disso, o estado apresenta uma grande concentração de MPE's no comércio, e uma concentração maior ainda de MGE's no setor de serviços.

Uma descrição mais detalhada sobre a evolução dos setores de atividade, que será feita individualmente, é objeto de uma seção mais adiante.

3.4.3 Localização das MPE's nas microrregiões catarinenses

Assim como no Brasil temos as regiões naturais, para o caso de Santa Catarina existem delimitações espaciais denominadas microrregiões. As microrregiões catarinenses levam o nome das principais cidades localizadas em sua demarcação, e possuem características específicas tanto em relação à demarcação territorial, quanto a aspectos culturais, econômicos e populacionais.

Semelhante a análise feita nas regiões naturais do país, esta seção visa identificar de que forma se dá a concentração de micro e pequenas empresas nas microrregiões catarinenses, mas partindo para uma análise mais específica, que será feita de acordo com o segmento industrial. Essa maior especificidade da análise se deve ao fato de as microrregiões serem menores e conseqüentemente com características mais determinantes do que no caso das

regiões naturais, pois estas, devido a sua grande expansão territorial, não abrigam um tipo determinante de segmento.

No caso da indústria catarinense, esta é bastante concentrada nas cinco principais microrregiões, que possuíam no ano de 2005 cerca de 55% do total de micro e pequenas indústrias (Tabela 3). A microrregião de Blumenau é a que possuía em 2005 o maior número de MPE's na indústria, com quase 1/5 dos estabelecimentos catarinenses. Essa concentração é explicada pela grande concentração de indústrias que atendem os segmentos têxtil e confecções, e recentemente também à indústria de softwares, sendo ambos os segmentos compostos basicamente por micro e pequenas empresas. Blumenau e Gaspar são as principais cidades da microrregião. A microrregião de Joinville é a segunda em número de MPE's, com cerca de 12,04% dos estabelecimentos. Essa concentração é explicada pelas grandes indústrias de caráter diversificado localizadas nesta região, como fábricas produtos alimentícios e indústria eletrometalmecânica, pois estas demandam grande fornecimento de matéria-prima de diversas outras indústrias menores, e pelo grande desenvolvimento da indústria de software na região. As cidades de Joinville e Jaraguá do Sul são os principais destaques desta microrregião.

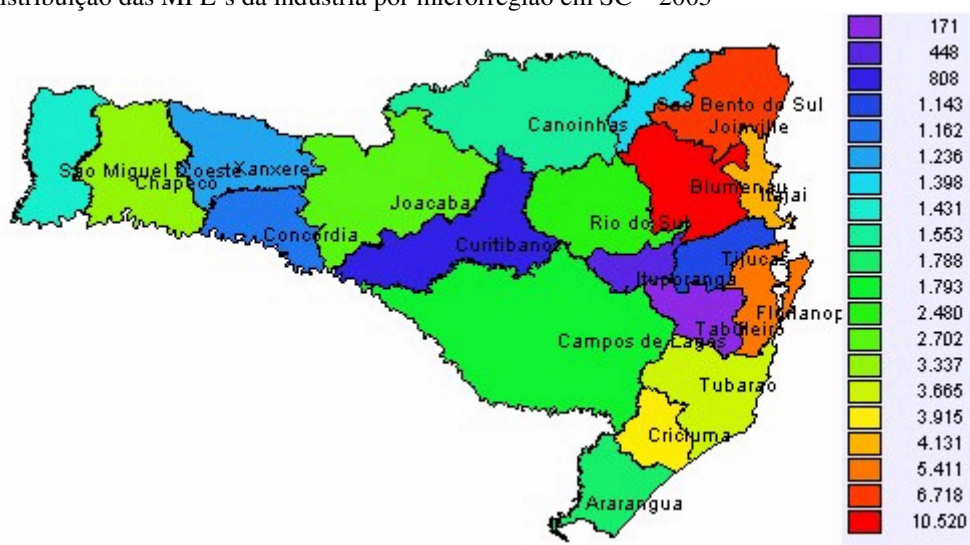
Tabela 3: MPE's da Indústria por microrregião de SC – 2000 a 2005

Microrregião SC	2000	2001	2002	2003	2004	2005	% do total (2005)
Blumenau	8.907	9.417	9.847	9.892	10.140	10.520	18,85%
Joinville	5.715	5.907	6.087	6.253	6.407	6.718	12,04%
Florianópolis	4.535	4.854	5.087	5.223	5.389	5.411	9,70%
Itajaí	3.260	3.501	3.582	3.812	3.966	4.131	7,40%
Criciúma	3.409	3.547	3.820	3.775	3.836	3.915	7,01%
Outros	20.683	21.994	22.932	23.409	24.218	25.115	45,00%
Total	46.509	49.220	51.355	52.364	53.956	55.810	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

A Figura 7 ilustra a distribuição espacial das micro e pequenas empresas que compunham a indústria no ano de 2005, de acordo com as microrregiões de Santa Catarina. A figura evidencia o exposto na Tabela 3, e mostra uma maior concentração de MPE's no planalto norte catarinense e no litoral.

Figura 7: Distribuição das MPE's da indústria por microrregião em SC – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

O comércio catarinense composto por micro e pequenas empresas têm uma distribuição geográfica diferente da indústria. Neste setor as microrregiões de Florianópolis e Joinville responderam no ano de 2005 por mais de $\frac{1}{4}$ das MPE's de comércio (tabela 4). Essa forte concentração certamente é explicada pelo fato de Joinville ser a cidade mais populosa e mais desenvolvida economicamente em Santa Catarina, e, portanto, por ter um alto nível de consumo; mas principalmente por Florianópolis ser a capital do estado e possuir um comércio muito forte devido a uma de suas principais atividades, o turismo. Posteriormente verifica-se Blumenau e Itajaí com cerca de 20% das MPE's do comércio, devido a essas duas cidades serem turísticas e possuírem um comércio muito forte em cima do setor têxtil, de importante representatividade nas duas regiões.

Tabela 4: MPE's do Comércio por microrregião de SC – 2000 a 2005

Microrregião SC	2000	2001	2002	2003	2004	2005	% do total (2005)
Florianópolis	15.439	16.646	17.434	18.324	19.235	19.940	14,34%
Joinville	12.863	13.856	14.405	14.824	15.624	16.922	12,17%
Blumenau	13.105	13.921	14.561	15.004	15.408	15.815	11,38%
Itajaí	10.287	11.585	12.101	12.665	13.438	14.224	10,23%
Chapecó	7.257	8.014	8.550	8.858	9.501	9.846	7,08%
Outros	48.365	51.862	54.418	56.188	58.678	62.277	44,80%
Total	107.316	115.884	121.469	125.863	131.884	139.024	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

Por fim, temos a distribuição das MPE's que compõem o setor de serviços em Santa Catarina. Neste setor, assim como no comércio, verificamos a predominância de micro e pequenas empresas principalmente nas microrregiões de Florianópolis e Joinville, e sugere-se que as explicações para esta concentração seja basicamente a mesma que no caso do setor de comércio. Além da proporção de concentração nestas duas microrregiões em relação ao estado ser praticamente a mesma no setor de serviços e comércio (28,17 % e 26,51% respectivamente), o número de MPE's no setor de serviços também é bastante semelhante ao setor de comércio, 37.593 contra 36.862 estabelecimentos, respectivamente, fato que mostra a grande importância destes dois setores para as principais microrregiões catarinenses e para o estado como um todo.

Tabela 5: MPE's do Serviços microrregião de SC – 2000 a 2005

Microrregião SC	2000	2001	2002	2003	2004	2005	% do total (2005)
Florianópolis	16.049	17.501	18.790	20.124	21.181	21.780	16,32%
Joinville	12.504	13.584	14.029	14.739	15.078	15.813	11,85%
Blumenau	11.723	12.465	13.296	13.787	14.168	14.516	10,87%
Itajaí	8.908	9.726	10.333	10.961	11.737	12.387	9,28%
Chapecó	7.912	8.640	9.148	9.361	10.128	10.394	7,79%
Outros	43.824	48.003	51.014	53.468	55.872	58.596	43,90%
Total	100.920	109.919	116.610	122.440	128.164	133.486	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

Da análise feita nas microrregiões catarinenses pode-se concluir que as principais microrregiões abrigam grande parte das micro e pequenas empresa. Verifica-se uma grande de concentração de MPE's no litoral catarinense e no norte. As microrregiões de Blumenau, Florianópolis, Itajaí e Joinville são as que possuem o maior número de MPE's, com cerca de 50% do total de estabelecimentos em cada setor. Isso mostra uma grande concentração territorial, que se por um lado pode sugerir fraco desenvolvimento empresarial em outras regiões, por outro é um fator importante de utilização das economias de rede principalmente no caso das indústrias, pois estas microrregiões podem se utilizar da localização próxima para se aprimorar nas suas respectivas atividades através do “transbordamento de conhecimento”.

3.4.4 Localização das MPE's nas principais cidades catarinenses

Partindo-se para uma análise ainda mais específica, chegamos ao caso das cidades de Santa Catarina. As cidades logicamente acompanham as tendências das microrregiões, mas podem-se verificar algumas diferenças e comparações que são importantes para o mérito da presente análise, e que serão esclarecidas ao final desta análise.

No caso da indústria catarinense, pode-se verificar na tabela 6 que Blumenau e Joinville são as cidades que mais possuem micro e pequenas empresas, com cerca de 14% do total de MPE's no ano de 2005, quando somadas as cidades. Os motivos para tal concentração são os mesmos que os apresentados no caso da análise da microrregião, a saber o grande número de indústrias do segmento têxtil e de software em Blumenau e a diversidade de indústrias em Joinville. Entretanto, enquanto as microrregiões de Blumenau e Joinville possuíam em 2005 quase 27% do total de micro e pequenas indústrias, as cidades que dão nome às microrregiões têm pouco mais que a metade (possuem cerca de 14%). Desta comparação pode-se concluir que a outra metade de MPE's é localizada em cidades vizinhas às mencionadas, como Gaspar no caso de Blumenau, e Jaraguá do Sul no caso de Joinville – Jaraguá inclusive aparece como sétima cidade que mais abriga MPE's na indústria.

Tabela 6: MPE's da Indústria por cidade de Santa Catarina – 2000 a 2005

Município SC	2000	2001	2002	2003	2004	2005	% do total (2005)
Blumenau	1.912	1.879	2.078	3.625	3.683	3.834	6,87%
Joinville	1.787	1.814	1.788	3.638	3.750	3.890	6,97%
Criciúma	1.119	1.174	1.262	2.105	2.098	2.105	3,77%
Florianópolis	1.098	1.200	1.222	2.137	2.222	2.214	3,97%
Brusque	972	966	1.013	2.026	2.027	2.061	3,69%
São José	794	797	868	1.655	1.704	1.709	3,06%
Jaraguá do Sul	678	697	700	1.383	1.410	1.492	2,67%
Chapecó	596	669	673	1.247	1.289	1.333	2,39%
Itajaí	542	599	624	1.181	1.233	1.262	2,26%
Lages	529	584	621	1.093	1.162	1.228	2,20%
Outros	15.513	16.659	17.142	32.274	33.378	34.682	62,14%
Total	25.540	27.038	27.991	52.364	53.956	55.810	100,00%

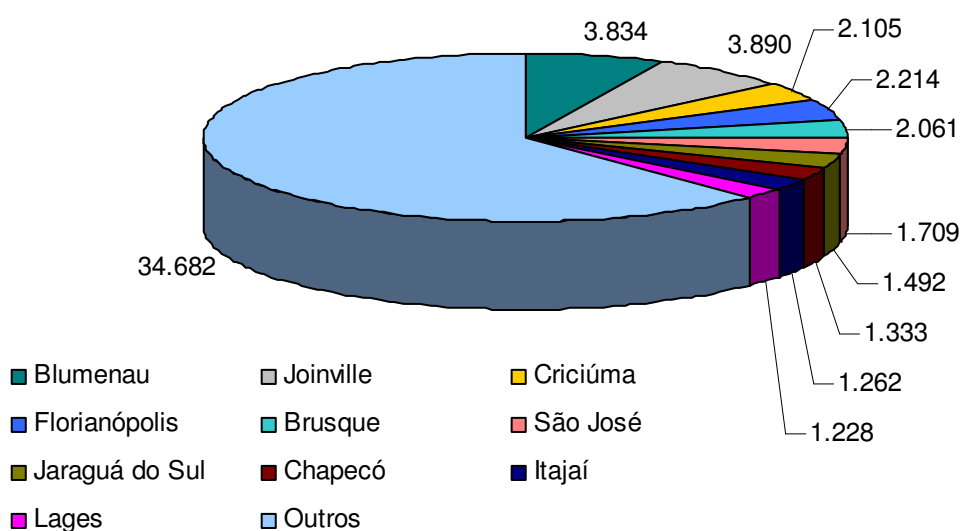
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

A figura 8 mostra o quanto é mais diluído a localização das MPE's industriais nas cidades catarinenses, comparativamente às microrregiões. Enquanto que em 2005, 55% das MPE's da indústria se concentravam nas cinco principais microrregiões, as cinco maiores cidades detentoras de MPE's na indústria concentram pouco mais de 25%, levando

novamente a notar a importante participação das pequenas cidades localizadas no entorno das grandes cidades que dão nome as microrregiões.

Outro fato importante a se destacar é a cidade de criciúma, que aparece como terceira cidade que mais abriga MPE's, enquanto que a sua microrregião é a quinta do estado. Disso constata-se que a cidade tem uma importância muito maior para a sua região do que os casos de Blumenau e Joinville, por exemplo.

Figura 8: Distribuição das MPE's da indústria por cidade em SC – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

No caso do comércio e de serviços, também se diminui a concentração quando a análise é feita relativamente às cidades, no entanto em proporção menor que no caso da indústria. Em ambos os casos tinham-se uma concentração de cerca de 55% quando analisadas as microrregiões, e para os casos da análise feita sobre as cidades, a concentração cai para cerca de 29% e 31% no comércio e serviços, respectivamente (tabelas 7 e 8). Figuram na lista das cidades que mais abrigam micro e pequenas empresas basicamente as cidades principais e secundárias em nível de importância das principais microrregiões apresentadas anteriormente.

Tabela 7: MPE's do Comércio por cidade de Santa Catarina – 2000 a 2005

Município SC	2000	2001	2002	2003	2004	2005	% do total (2005)
Joinville	5.484	5.884	6.083	9.585	10.023	10.806	7,77%
Florianópolis	5.253	5.614	5.787	9.841	10.278	10.606	7,63%
Blumenau	4.483	4.673	4.950	7.691	7.889	8.079	5,81%
São José	2.794	2.935	2.986	4.947	5.174	5.360	3,86%
Chapecó	2.574	2.825	3.050	4.687	5.083	5.228	3,76%
Criciúma	2.592	2.727	2.811	4.585	4.633	4.816	3,46%
Itajaí	2.365	2.567	2.544	4.284	4.537	4.801	3,45%
Balneário Camboriú	2.008	2.240	2.346	3.703	3.849	3.944	2,84%
Lages	1.945	2.037	2.075	3.148	3.291	3.407	2,45%
Tubarão	1.457	1.595	1.667	2.769	2.903	3.032	2,18%
Outros	40.155	43.258	44.599	70.623	74.224	78.945	56,79%
Total	71.110	76.355	78.898	125.863	131.884	139.024	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

Nestes setores, novamente há destaque para a cidade de Criciúma, sendo que sua microrregião não figura dentre as que mais possuem MPE's, mas quando se fala em cidade, Criciúma como sexta cidade que mais abriga MPE's no comércio, e sétima cidade que mais abriga micro e pequenas empresas no setor de serviços.

Tabela 8: MPE's do Serviços por cidade de Santa Catarina – 2000 a 2005

Município SC	2000	2001	2002	2003	2004	2005	% do total (2005)
Florianópolis	6.374	7.131	7.673	14.391	15.003	15.359	11,51%
Joinville	5.116	5.565	5.611	9.156	9.380	9.603	7,19%
Blumenau	4.454	4.670	5.040	8.030	8.220	8.233	6,17%
Balneário Camboriú	1.543	1.737	1.790	3.610	3.841	4.081	3,06%
Chapecó	2.121	2.336	2.381	3.730	4.024	4.027	3,02%
Itajaí	1.723	1.856	1.938	3.332	3.590	3.876	2,90%
Criciúma	1.824	1.900	2.111	3.668	3.740	3.848	2,88%
São José	1.660	1.747	1.882	3.354	3.594	3.762	2,82%
Jaraguá do Sul	1.524	1.730	1.793	2.803	2.899	3.116	2,33%
Lages	1.298	1.454	1.622	2.720	2.911	3.005	2,25%
Outros	38.835	43.409	46.133	67.646	70.962	74.576	55,87%
Total	66.472	73.535	77.974	122.440	128.164	133.486	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

Nota-se, portanto, um desempenho similar na concentração de micro e pequenas empresas nas cidades catarinenses quando comparado às microrregiões, fato que mostra a importância que as principais cidades catarinenses têm nas suas microrregiões.

Importante ressaltar também o importante papel localização das micro e pequenas empresas nestas cidades para o mantimento e melhora qualidade de vida de sua população, pois tratam-se das cidades catarinenses mais desenvolvidas.

3.4.5 As MPE's em Santa Catarina de acordo com a atividade

Após análise da localização dos grandes setores da economia dentro do estado de Santa Catarina, julga-se interessante especificar em cada setor quais são as classes que mais se destacam, para assim diagnosticar que atividades representam real importância nas microrregiões e cidades catarinenses.

No caso da indústria, pode-se verificar na Tabela 10 que a principal atividade realizada em Santa Catarina é a confecção de outras peças vestuário (excluem-se peças interiores do vestuário e roupas profissionais), representando em 2005, 14,98% do total de indústrias em Santa Catarina. Esse número explica o fato de Blumenau e Itajaí se encontrarem dentre os dez municípios que mais possuem micro e pequenas indústrias, já que estas cidades são pólos têxteis-vestuaristas. As atividades classificadas em segundo, terceiro, e quarto lugar têm bastante representatividade nas micro e pequenas indústrias de Joinville, segunda cidade a concentrar o maior número de MPE's em Santa Catarina.

Verifica-se na Tabela 10 que as dez principais atividades exercidas por micro e pequenas empresas catarinenses chegam a quase 50% do total das atividades, fato que mostra a grande concentração de MPE's em algumas atividades mais dinâmicas, que por sua vez são localizados nos municípios que mais possuem MPE's industriais.

Diversas atividades não apresentavam no ano 2000 a mesma representatividade de 2005. Como um exemplo importante, pode-se verificar o segmento de confecção de peças interiores do vestuário, que em 2000 tinha apenas 779 MPE's, em cinco anos depois praticamente dobrou o número de empresas, passando para 1.456 empresas (aumento de 86,91%). As MPE's industriais como um todo tiveram um aumento no número de empresas, passando de 46.207 empresas no ano 2000 para 55.424 em 2005, um aumento de 19,95%.

Tabela 9: Principais atividades das MPE's da indústria catarinense – 2000 e 2005

Indústria	2000	% do total (2000)	2005	% do total (2005)	Variação 2000 a 2005
Confecção de outras peças do vestuário	7.375	15,96%	8.302	14,98%	12,57%
Edificações (residenciais, indust., com. e de serviços)	4.665	10,10%	5.748	10,37%	23,22%
Fabricação de móveis com predominância de madeira	2.620	5,67%	3.102	5,60%	18,40%
Desdobramento de madeira	2.142	4,64%	2.236	4,03%	4,39%
Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria	1.819	3,94%	1.959	3,53%	7,70%
Confecção de peças interiores do vestuário	779	1,69%	1.456	2,63%	86,91%
Fabricação de esquadrias de madeira, de casas de madeira pré-fabricadas, de estruturas de madeira e artigos de carpintaria	1.121	2,43%	1.293	2,33%	15,34%
Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e estuque	954	2,06%	1.219	2,20%	27,78%
Fabricação de esquadrias de metal	846	1,83%	1.063	1,92%	25,65%
Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção civil	798	1,73%	932	1,68%	16,79%
Outros	23.088	49,97%	28.114	50,73%	21,77%
Total	46.207	100,00%	55.424	100,00%	19,95%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

Referente ao comércio, o mesmo é concentrado basicamente no comércio varejista de diversos produtos, dando destaque ao comércio varejista de artigos do vestuário e complementos (13,03% em 2005) e o comércio varejista de outros produtos diversos (11,33% em 2005), sendo este último representado pela venda de artigos de ótica, relojoaria e joalheria, bicicletas, artigos esportivos, brinquedos e artigos recreativos, armas e munições, artigos para animais, peças e acessórios para eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos (exclusive peças e acessórios para informática), dentre outros. As duas atividades citadas, juntas representam quase ¼ do total de MPE's em Santa Catarina. O comércio de vestuário é muito representativo nas cidades de Joinville e Blumenau, enquanto que o comércio varejista de outros produtos diversos além das duas cidades, encontra-se fortemente representado também pelas micro e pequenas empresas de Florianópolis. Estas três cidades, por sua vez, são as cidades que mais concentram micro e pequenas empresas voltadas para o comércio em Santa Catarina.

Dentre as MPE's do comércio que mais crescem em Santa Catarina, pode-se verificar o grande destaque que o comércio varejista de equipamentos para escritório; informática e comunicação, inclusive suprimentos, representa, sendo que esta atividade quase dobrou sua participação no total de MPE's. Esse crescimento é claramente explicado pelo advento da informática, que surge como uma importante atividade em qualquer economia.

Tabela 10: Principais atividades das MPE's do comércio catarinense – 2000 e 2005

Comércio	2000	% do total (2000)	2005	% do total (2005)	Variação 2000 a 2005
Comércio varejista de artigos do vestuário e complementos	15.492	14,44%	18.108	13,03%	16,89%
Comércio varejista de outros produtos diversos	13.098	12,21%	15.756	11,33%	20,29%
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, com área de venda inferior a 300 metros quadrados - exclusive lojas de conveniência	10.256	9,56%	10.820	7,78%	5,50%
Comércio varejista de material de construção, ferragens, ferramentas manuais e produtos metalúrgicos; vidros, espelhos e vitrais; tintas e madeiras	6.442	6,00%	8.909	6,41%	38,30%
Manutenção e reparação de veículos automotores	6.306	5,88%	7.021	5,05%	11,34%
Comércio a varejo e por atacado de peças e acessórios para veículos automotores	4.226	3,94%	6.426	4,62%	52,06%
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, artigos médicos e ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	3.802	3,54%	5.474	3,94%	43,98%
Comércio varejista de equipamentos para escritório; informática e comunicação, inclusive suprimentos	2.343	2,18%	4.471	3,22%	90,82%
Comércio varejista de móveis, artigos de iluminação e outros artigos para residência	2.789	2,60%	4.303	3,10%	54,28%
Comércio varejista de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente e de produtos do fumo	2.127	1,98%	3.074	2,21%	44,52%
Outros	40.435	37,68%	54.662	39,32%	35,18%
Total	107.316	100,00%	139.024	100,00%	29,55%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

Por fim há de ser feita uma análise das MPE's catarinenses locadas no setor de serviços. O serviço de “lanchonetes e similares” representam grande número das MPE's de serviços em Santa Catarina (16,27% em 2005), mas este é um serviço diluído por todo o estado, tendo uma participação maior, no entanto sem muita relevância, nas cidades com maior população.

Merece destaque os serviços de outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas, tais como serviços de tradução, interpretação e similares, serviços de fotocópias e microfilmagem, serviços administrativos para terceiros, serviços de decoração de interiores, serviços de organização de eventos (exclusive culturais e desportivos), e principalmente serviços de cobrança e de informações cadastrais. Esta categoria de atividade representou no ano de 2005 14,23% do total de micro e pequenas empresas da serviços em santa Catarina. Como esta atividade é voltada à empresas, certamente os municípios mais desenvolvidos a

nível empresarial terão maior número de MPE's voltadas para este fim. Atividades de contabilidade e auditoria e atividades de assessoria em gestão empresarial também estão entre as atividades que abrigam maior número de MPE's, e também são centralizadas em cidades com elevado nível empresarial, que é o caso das três cidades catarinenses que maior número de pequenos estabelecimentos possuem no setor de serviços, a saber, Blumenau, Florianópolis e Joinville.

A cidade de Balneário Camboriú, quarto maior município em número de MPE's no setor de serviços, assim como Florianópolis, tem grande número de pequenos negócios principalmente devido ao turismo, que é representado pelas atividades de lanchonetes e similares, restaurantes e estabelecimentos de bebidas, e atividades desportivas.

As atividades que mais aumentam o número de MPE's de serviços são as atividades de assessoria em gestão empresarial e serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado (respectivamente com um aumento de 90,10% e 61,27% de 2000 a 2005), e as cidades que mais recebem estas MPE's são as grandes cidades catarinenses, principalmente Joinville e Florianópolis.

Tabela 11: Principais atividades das MPE's do serviços catarinense – 2000 e 2005

Serviços	2000	% do total (2000)	2005	% do total (2005)	Variação 2000 a 2005
Lanchonetes e similares	12.094	18,42%	13.787	16,27%	14,00%
Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas	11.211	17,08%	12.059	14,23%	7,56%
Transporte rodoviário de cargas, em geral	8.419	12,83%	11.622	13,71%	38,04%
Restaurantes e estabelecimentos de bebidas, com serviço completo	4.631	7,05%	6.763	7,98%	46,04%
Atividades desportivas	1.762	2,68%	2.572	3,03%	45,97%
Atividades de contabilidade e auditoria	2.091	3,19%	2.236	2,64%	6,93%
Outras atividades relacionadas ao lazer	1.766	2,69%	2.046	2,41%	15,86%
Atividades de assessoria em gestão empresarial	1.020	1,55%	1.939	2,29%	90,10%
Serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado	1.149	1,75%	1.853	2,19%	61,27%
Outras atividades de serviços pessoais, não especificadas anteriormente	1.628	2,48%	1.690	1,99%	3,81%
Outros	19.873	30,27%	28.187	33,26%	41,84%
Total	65.644	100,00%	84.754	100,00%	29,11%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

Há em Santa Catarina um quadro bastante previsível da distribuição das micro e pequenas empresas de acordo com a microrregião, cidade, e atividade. As maiores cidades catarinenses abrigam o maior número de MPE's, e estas cidades por sua vez têm grande

importância frente a sua microrregião. Cada cidade e microrregião têm suas peculiaridades quanto a sua atividade econômica, e isso é claramente visto no estudo feito das atividades das quais participam as MPE's de Santa Catarina.

As cidades favorecidas por uma colonização mais industrial se desenvolvem neste setor, e com isso têm um grande número de estabelecimentos voltados para este setor. Em contrapartida, cidades com uma característica mais administrativa, comercial, ou turísticas mostram um grande número de MPE's atuando para estes fins.

Esse comportamento é justificado pela inexistência de barreiras à entrada de pequenas empresas, tanto no tocante ao capital humano, quanto ao capital financeiro, necessários a seu funcionamento.

4. INDÚSTRIA TÊXTIL/CONFECÇÃO

4.1 Introdução

A indústria têxtil/confecções pertencente à indústria de transformação, e representa um dos segmentos industriais catarinense. Em nível nacional, o setor têxtil/confeccionista catarinense é, segundo Fernandes (2008), o terceiro estado mais importante em relação à ocupação de mão-de-obra e número de estabelecimentos. As empresas deste setor, assim como grande parte da indústria de transformação brasileira, passaram por um processo de reestruturação na década de 1990 devido à abertura comercial ocorrida na época, que trouxe consigo o aumento da concorrência, que culminou numa intensa transformação industrial no Brasil. Essa reestruturação fez com que a indústria têxtil/confecção nacional melhorasse sua competitividade frente ao mercado externo, passando a um novo padrão produtivo.

Diante da grande importância da indústria têxtil/confecções, este capítulo visa apresentar o histórico desta indústria no Brasil passando pelas formações dos parques têxteis, nacional e catarinense, e abordando a importante reestruturação industrial brasileira, que afetou de forma significativa a indústria têxtil.

Um segundo passo que se julga necessário é descrever a configuração atual da indústria têxtil e confecções, sob a perspectiva mundial, nacional e estadual, para com isso avaliar a evolução nos últimos anos deste segmento industrial. Para tanto, o capítulo descreve qual é a estrutura da indústria têxtil/confecções, ressaltando a função de cada um de seus elos para o processo produtivo como um todo, e identificando suas características particulares e potencialidades para o desenvolvimento tecnológico da indústria. Ressalta-se também o caso da governança ocorrida neste setor, assim como os novos determinantes de competitividade. Na sequência, serão apresentados indicadores que permitem identificar os principais países produtores, consumidores, importadores e exportadores, com a finalidade de analisar o padrão comercial e de inserção dos principais participantes da indústria.

Na quarta parte do capítulo são apresentados números que caracterizam os estabelecimentos e mão-de-obra ocupada no setor têxtil e confecção do Brasil e Santa Catarina, assim como dados de produção. Isso permite a identificação das potencialidade e pontos fracos, a fim de auxiliar o direcionamento de esforços para a atuação dentro deste setor. Na quinta parte é apresentada uma síntese conclusiva do capítulo.

4.2 Histórico da indústria têxtil/confecções

4.2.1 Formação e desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil

A indústria têxtil é reconhecidamente uma das principais protagonistas da I Revolução Industrial ocorrida no século XVIII, e passou por diversas transformações até os dias atuais, sempre estando à frente das mudanças de paradigmas produtivos. Até os dias de hoje, apesar das diversas transformações nas suas relações de produção, o setor têxtil tem um papel significativo nas principais economias do mundo.

Diferente do caso mundial, a indústria têxtil começa a ter alguma representatividade na atividade produtiva do Brasil somente no século XIX. O período de 1844 a 1913 é considerado por Filha e Corrêa (2000) como “a fase da efetiva implantação atividade têxtil no Brasil, pois no período de 1500 até 1844, a característica fundamental era a incipiência da indústria brasileira”.

Fatores como a independência política, a mudança da população rural para a área urbana, e fundamentalmente o aumento das exportações de artigos como o café, o algodão e o cacau, trazem reais possibilidades para o desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil, constituída inicialmente de empresas de pequeno porte. Suzigan (1986) *apud* Filha e Corrêa, confirma que o efetivo desenvolvimento da indústria têxtil se deu aproximadamente a partir de fins da década de 1860, reforçando a tese de Filha e Corrêa (2000). O autor também coloca que em 1864 estariam funcionando no país cerca de 20 fábricas, com aproximadamente 15 mil fusos e 385 teares. Em 1881, o parque têxtil possuía 44 fábricas e 60 mil fusos, além de propiciar cerca de cinco mil empregos.

O surgimento destas fábricas ocorre principalmente no nordeste, região que dispunha de grande disponibilidade de algodão, e pelo fato de que havia nesta região a maior oferta de mão-de-obra disponível na época no Brasil. Entretanto, Fernandes (2008) coloca que a forma como se dá o desenvolvimento da economia brasileira exclui esta região a possibilidade de continuar detendo a principal parcela deste setor, pois a disseminação da energia elétrica e as inversões de capital da atividade cafeeira para a indústria, notadamente para o setor têxtil, concentraram as atividades do setor têxtil no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, já no final do século XIX.

A atividade cafeeira tinha o papel de grande impulsionador do processo de industrialização no Brasil no final do século XIX e início do XX. As facilidades de importação de bens de capital neste período, em virtude da balança comercial favorável do café, e também a constituição de um forte mercado consumidor de bens de consumo nos centros urbanos criaram um ambiente favorável para a implantação de um parque industrial nacional, concentrado principalmente na cidade de São Paulo. Essa capacidade de importação de bens de capital, que ocorreu até a década de 1920 (salvo o período de guerra), fez com que o setor têxtil se beneficiasse para expandir sua capacidade produtiva. Segundo Suzigan (2000) apud Fernandes (2008), já na década de 1880 as importações de máquinas e equipamentos do setor têxtil representavam aproximadamente de 40% a 50% do total importado pelo país, número de certa forma subestimado, pois poderia ser incluída nesta análise as importações de equipamentos para a geração de energia (maquinaria hidráulica, rodas d'água, máquinas a vapor, e caldeiras por exemplo), já que estes equipamentos eram muito utilizadas no setor têxtil na época.

Não obstante a existência de entraves ao desenvolvimento do setor, como problemas de transporte, elevado custo do algodão, falta de progresso tecnológico, e a falta de qualificação da mão-de-obra, segundo Filha e Corrêa (2000), em 1920 a indústria têxtil ocupava 115.519 pessoas, o que representava 41% do emprego na indústria de transformação. Normano (1939) apud Filha e Corrêa (2000) explicita que os tecidos e as roupas feitas na época eram responsáveis por aproximadamente 15% do total arrecadado pelo imposto de consumo em 1929, correspondendo a terceira maior arrecadação dentre os setores industriais.

O setor têxtil começou a passar por novas transformações somente na fase de industrialização do país, ocorrida nos anos 50. Filha e Corrêa (2000) listam uma série de medidas que foram adotadas para fortalecimento do setor têxtil, a saber:

- Em 1965 o BNDES passa a financiar o complexo têxtil, quando esse setor fora incluído pelo CDI nos “grupos preferenciais de indústrias”;
- Em 1966 criou-se o Grupo Executivo das Indústrias Têxteis (Geitex) no Ministério de Indústria e Comércio / Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), que concedia 100% de isenção de impostos para importação de máquinas têxteis;
- Inauguração da Nova América em 1968, implantada no Rio de Janeiro como sendo um dos mais modernos parques da época;

- Em 1972, iniciou-se um novo ciclo de investimentos no setor, através da Resolução 23/72 do GS-VIII/CDI (Grupos Setoriais do CDI), que passou a permitir a aprovação de projetos de fiação e tecelagem;
- Pela Portaria 119 de 12 de junho de 1972, surgiram também os planos de nacionalização de máquinas e equipamentos têxteis, administrados pelo CDI, tendo sido aprovados quarenta projetos de implantação, ampliação e modernização da indústria de máquinas têxteis;

Este é um período no qual a indústria têxtil brasileira passa por constantes atualizações, porém, sem acompanhar com proximidade a veloz dinâmica tecnológica vivenciada por esta indústria a partir da década de 1950 em âmbito internacional, onde ocorria a introdução de fibras de origem sintética e artificial nos processos produtivos de forma cada vez mais recorrente.

Duas décadas mais tarde, o primeiro choque do petróleo, ocorrido em 1973, fez com que a indústria têxtil atravessasse forte crise nos anos seguintes. Filha e Corrêa (2000) colocam que devido aos problemas no balanço de pagamentos, foi promulgado em 1975 o Decreto-Lei 1.428, que eliminava a isenção total de impostos, que as empresas que realizavam importação de equipamentos receberam anos antes (exceto para as empresas jornalísticas). Informam ainda que em 1970 a indústria têxtil (excluída a de vestuário) empregava 13% do pessoal da indústria de transformação, e anos mais tarde, em 1975, esse percentual já caíra para 9%.

O II PND, ocorrido de 1974 a 1978, também trouxe importante contribuição para a indústria têxtil. Filha e Corrêa (2000) colocam que a implantação de uma central petroquímica no Nordeste do Brasil permitiu aumentar o abastecimento de matérias-primas dentro do país, propiciando significativa expansão do segmento de fibras sintéticas. Outra contribuição que o II PND tinha como objetivo era o aumento das exportações têxteis, estabelecendo-se, dentre outras diversas diretrizes traçadas, a meta de crescimento das exportações em torno de 20%. Imaginava-se fazer com que as exportações crescessem a taxas superiores as de importações, e esse esforço teve grande resultado, pois enquanto a indústria têxtil alcançava apenas US\$ 42 milhões em exportações no ano de 1970, cinco anos depois a exportação chegara a casa dos US\$ 535 milhões, e US\$ 916 milhões em 1980, aumentando mais de vinte vezes o volume exportado.

Entretanto, após 1973, os incentivos fiscais e creditícios declinaram, e após 1979 só subsistiam os incentivos relacionados à exportação, fato que favoreceu o volume vendido,

sem haver igual melhora na qualificação da mão-de-obra ou nos avanços tecnológicos, por exemplo.

Este distanciamento é intensificado na década de 1980, pois a cadeia têxtil internacional estava no advento da incorporação de tecnologia microeletrônica nos processos produtivos, situação que viria ocorrer na indústria têxtil nacional apenas na década de 1990, quando o governo começou a buscar um emparelhamento tecnológico.

Em maio de 1988, o governo federal aprovou uma nova política industrial (Decretos-Leis 2.433, 2.434 e 2.435), que visava facilitar a importação de máquinas e equipamentos por parte das indústrias. Na NPI apoiou-se o investimento em pesquisa e desenvolvimento e em programas de exportação, e foram concedidos incentivos fiscais à ampliação da capacidade de setores industriais. O governo concentrou seus esforços em analisar os Planos Setoriais Integrados (PSI), que eram baseados nos complexos industriais nacionais, sendo que o PSI têxtil o primeiro a ser analisado.

O PSI da indústria têxtil apresentava todos os segmentos do setor, além de dar um panorama detalhado dos problemas do setor, estabelecer metas de crescimento, modernização tecnológica e administração da produção, e incentivar a formação da mão-de-obra e fornecimento de insumos até o ano de 1995. Ao mesmo tempo, previa uma redução gradual das alíquotas de importação, que viria ser corroborada com a abertura comercial ocorrida no início da década de 1990. Entretanto, com a abertura comercial ocorrida no início dos anos 90, o PSI não foi implantado, e as metas de reestruturação programadas não se efetivaram, ocorrendo apenas a redução das alíquotas de importação.

4.2.2 Reestruturação da indústria brasileira nos anos 1990

A década de 90 representou um período de diversas e profundas mudanças para a economia brasileira. As mudanças ocorridas no Brasil na década de 1990 encontraram a indústria têxtil em situação competitiva precária, principalmente devido a falta de investimentos em inovações tecnológicas, que criaram uma paralisia da dinâmica tecnológica não só no setor têxtil, mas em toda a indústria brasileira, pois há décadas ocorria uma forte proteção ao mercado interno de bens de capital, e com isso não havia pressão concorrencial que exigisse esforços nesse sentido.

Neste período, o Brasil passa por uma profunda reestruturação não só na indústria têxtil, mas em toda a sua base produtiva. Fernandes (2008) coloca que este processo está

relacionado a um novo modelo de política industrial, onde Estado assume um papel secundário na dinâmica do desenvolvimento do setor produtivo nacional.

O início da reestruturação se dá no governo Collor, em 1989, com a retirada de uma série de barreiras não tarifárias impostas aos produtos importados. Contudo, no início da década de 1990, a indústria nacional apresentava-se bastante defasada tecnologicamente, principalmente no caso da indústria têxtil, que não havia iniciado na produção a incorporação da microeletrônica, conforme ocorrido em diversos outros países, principalmente nos mais desenvolvidos.

Como exemplo da desgravação tarifária, Filha e Corrêa (2000) citam que em 1990 as tarifas de importação de tecidos tiveram grande queda, passando de 70% para 40%, sendo que logo depois, a alíquota caiu ainda mais, passando para 18%. Foram utilizadas linhas internacionais para a importação de algodão, já que na época a taxa de câmbio era favorável.

Nesse processo de redução das alíquotas, decorrente do processo de abertura dos anos 90, as importações de tecidos afetaram principalmente as empresas de tecelagens, tinturarias, estamparias e até fiações. Em seguida, passou-se a importar confecções prontas, e isso afetou ainda mais o segmento. Segundo Filha e Corrêa (2000) as importações de produtos têxteis, com especial destaque para tecidos planos de fibras artificiais e sintéticas, apresentaram grande crescimento. Fernandes desta que:

Nos primeiros anos, este setor foi afrontado com a entrada de produtos importados dos países asiáticos, notadamente, os chineses. A entrada destes produtos, com preços muito abaixo dos preços praticados pelas empresas nacionais, imprimiram um processo de fechamento de empresas e uma redução drástica na demanda por mão-de-obra (Fernandes, 2008, p.110).

Foi somente a partir de 1995, com a estabilização da economia promovida pelo Plano Real e pelo regime cambial, é que se pode observar uma corrida das empresas em busca de inovações tecnológicas que auxiliassem a modernização do sistema produtivo das indústrias, tendo isso ocorrido nos mais diversos setores industriais. O objetivo era a aquisição de bens de capital mais modernos, menos intensivos em mão-de-obra, com maior uso de tecnologia microeletrônica, conferindo as empresas maior produtividade e melhor qualidade na produção. Neste contexto, verifica-se que o setor têxtil/confecções também conseguiu, mesmo que de forma tardia se comparado ao contexto internacional, realizar modernizações em seu parque tecnológico.

Para auxiliar a indústria têxtil/confeccionista brasileira, em 1996 as importações de tecidos caíram cerca de 30% em relação ao ano anterior, sendo com isso a tendência de aumento das importações controlada. Filha e Corrêa colocam que:

Os fatores decisivos para ter-se revertido esse quadro foram algumas medidas adotadas pelo governo federal, dentre as quais a Portaria 201, de 10 de agosto de 1995, que elevou as alíquotas de importação de 18% para 70%, tendo isso vigorado até 27 de abril de 1996. Apesar do curto período de vigência, a portaria provocou significativa redução nas importações. Outra portaria, adotada logo após o término de vigência da anterior, foi a Portaria Interministerial 7, de 22 de maio de 96, que estipulou cotas para a importação de tecidos asiáticos (FILHA E CORRÊA, 2000).

No período seguinte a este ajuste, observa-se grande investimento em bens de capital por parte das empresas têxtil/confeccções. Segundo Gorini (2000), os principais impactos da abertura da economia brasileira, do aumento da concorrência externa, e da estabilização da moeda (que trouxe ampliação do consumo da população de renda mais baixa, devido à implantação do Plano Real em 1994), induziram a indústria têxtil/confeccionista nacional a profundas transformações estruturais, cabendo destacar as seguintes:

- Grande concentração da produção no segmento têxtil, de capital intensivo, o que não ocorreu na confecção, onde foi grande a pulverização da produção;
- O elevado volume de investimentos levou ao aumento da relação capital/trabalho na indústria têxtil, o que não ocorreu com as confecções, segmento caracterizado pela mão-de-obra intensiva;
- O processo de reestruturação implicou no declínio da produção em alguns segmentos, como o que ocorreu na produção de tecidos planos, onde se somaram dois efeitos: (i) falência de muitas empresas, especialmente dos produtores de tecidos artificiais e sintéticos, mais atingidos pelas importações da Ásia; (ii) substituição da produção de tecidos planos pela de malhas de algodão, cujos investimentos são mais baixos e o produto em geral também é mais barato, estando mais acessível à nova parcela de consumidores que o Plano Real incorporou ao mercado;
- Deslocamento regional para o Nordeste brasileiro e demais regiões de incentivos fiscais, visando menores custos de mão-de-obra.

Diante desta breve passagem pela reestruturação industrial ocorrida no Brasil pós anos 90, pode-se verificar que setor têxtil/confeccionista, assim como outros setores, ficou exposto a reflexos perversos da abertura comercial, que prevaleceu durante vários anos e trouxe uma

profunda mudança em toda a indústria nacional. Tais mudanças desencadearam processos de reestruturação diferentes entre as diversas regiões produtoras e os diversos setores que compõem a indústria nacional. Este conjunto de fatores interferiu na dinâmica da capacitação tecnológica, que proporcionou ao país pleitear alguma competição com o mercado externo.

Estes eventos foram fundamentais para a indústria têxtil brasileira se aproximar do padrão de concorrência internacional. A profunda reestruturação ocorrida na indústria têxtil nacional no fim do século XX fez com que as empresas têxtil/confecções promovessem um intenso processo de desverticalização da produção, sendo criadas diversas empresas prestadoras de serviços às empresas maiores, criadas normalmente por trabalhadores que deixaram as grandes empresas do setor, e no instante seguinte passaram a prestar serviços para estas últimas e configurar a nova dinâmica mundial da indústria têxtil/confecções.

4.2.3 Formação da indústria têxtil em Santa Catarina

Santa Catarina possui uma identidade sócio-cultural com a produção têxtil que remonta sua origem nas imigrações européias ocorridas no século XIX, sobretudo de origem alemã, que traziam consigo a tradição européia de viver em comunidade, com o cooperativismo presente na execução das tarefas diárias nas colônias. Segundo Mamigonian (1965) apud Henschel os imigrantes europeus eram de origem urbana, e traziam consigo uma identidade operária, comercial, industrial e intelectual, ou seja, fatores determinantes para a formação de uma sólida indústria têxtil/confeccionista, conforme a desenvolvida na região. Desta forma, a imigração alemã, direcionada principalmente para a região do Vale do Itajaí, cria em Joinville, Blumenau e Brusque condições ideais para o estabelecimento de uma indústria especializada na produção de tecidos.

Fernandes (2008) coloca que já a partir da década de 1880 começam a surgir as primeiras tecelagens em Santa Catarina, localizadas principalmente na região do Vale do Itajaí, com destaque para as cidades de Blumenau e Brusque. O grande conhecimento empresarial e perfil empreendedor de alguns imigrantes europeus, como por exemplo, Hermann Hering, Carlos Renaux, Eduardo Buettner, Johann Karsten, trouxeram consigo uma capacitação e especialização na indústria têxtil catarinense que possibilitou a criação de um número expressivo de empresas têxteis que atravessam o século XX como marcas expoentes no mercado internacional, e transformando o estado (em particular a região do Vale do Itajaí), num dos maiores pólos têxteis do país, e auxiliando inclusive no desenvolvimento da indústria

de transformação no estado de Santa Catarina. A formação do parque industrial têxtil em Santa Catarina se deu, portanto, através de uma “organização concentrada territorialmente, e especializada setorialmente” (Henschel, 2002, p. 38).

Além do fato da colonização, o tipo de exploração econômica que ocorrera em Santa Catarina impunha aos imigrantes a produção baseada na pequena propriedade, fato importante para o entendimento da atual formação da estrutura da economia catarinense (em especial a do Vale do Itajaí), onde predomina a existência de estabelecimentos de menor porte. Havia, portanto, uma economia de subsistência, que utilizava mão-de-obra familiar numa produção agrícola diversificada, de pequena escala. Outros fatores, além do tipo de colonização, também foram decisivos para o crescimento desta indústria, como por exemplo, os projetos desenvolvidos para a geração de energia elétrica, em substituição da energia hidráulica, a constituição de núcleos urbanos e aumento da demanda; o aprimoramento do sistema de transporte (instalação dos portos de Itajaí e São Francisco, da ferrovia ligando o Alto Vale, a abertura de rodovias), e a existência de matéria-prima (recursos florestais) em abundância.

Foi diante desta contexto que surgiram as primeiras unidades fabris têxteis catarinenses, localizadas inicialmente na microrregião de Blumenau. No ano de 1880 foi fundada a Hering, em 1882, a empresa Karsten S.A., a Renaux em 1892 e a Buettner em 1898 (Santos, 2007). A instalação destas empresas trouxe grande impulso para a economia catarinense. A partir de 1914, iniciou-se a importação de equipamentos alemães para fiação, e de algodão de outros estados. Nos anos 30, a política cambial favorável às importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas, foi fundamental para o aumento da produção nacional, e em especial para o setor têxtil, que realizou grandes investimentos.

Todas estas medidas fizeram com que a indústria têxtil catarinense se firmasse no mercado nacional, possibilitando a instalação de outras importantes empresas, como a Teka em 1926, a Cremer em 1935, a Artex em 1936, a Sulfabril em 1947, a Dudalina em 1957, a Marisol em 1964, e a Malwe em 1968, dentre outras.

De acordo com Santos (2007), a partir da década de 1970 a indústria têxtil catarinense passou a exportar para países europeus, e para os Estados Unidos, África e outros países da América do Sul, e o aumento do canal de comercialização trouxe novos benefícios para a indústria local, pois aumentou consideravelmente a demanda. Segundo Rocca (2003), as exportações catarinenses desse período quadruplicaram em 5 anos. Chegou a US\$ 213 milhões em 1975 e em 1980 atingiu os US\$ 858 milhões de dólares.

Na década de 1960, foi importante a criação de bancos de fomento, como o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e do Banco de Desenvolvimento do

Estado de Santa Catarina (Badesc), pois direcionaram recursos para a indústria catarinense, e foram criadas a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), além da Universidade Regional de Blumenau (FURB), que teve um papel fundamental no apoio a indústria na região do Vale do Itajaí.

Até a década de 1990, os impactos na indústria têxtil catarinense foram os mesmos que se sucederam no âmbito nacional, contanto com políticas protecionistas, incentivos fiscais e financeiros para exportar, dentre outros. No entanto, a abertura comercial e a valorização da moeda em 1994 (Plano Real) trouxeram os mesmos prejuízos que no caso nacional. Com isso, especialmente as MPE's da indústria têxtil/confecção, foram afetadas, pois além de concorrerem com as grandes empresas nacionais, passaram também a concorrer com os novos produtos estrangeiros. Com efeito, as grandes empresas nacionais reduziram seus preços para melhorar sua competitividade externa, e isso dificultou ainda mais a situação das MPE's.

Já as grandes empresas, estas aderiram à nova dinâmica produtiva, reorientando sua produção para o mercado interno (pois a competitividade internacional estava muito prejudicada devido ao câmbio); passaram a adquirir insumos importados (desta vez favorecidas pelo câmbio), e com isso as grandes empresas têxteis puderam baixar ainda mais seus preços, e concorrer mais acirradamente com as MPE's. Contudo, HENSCHER (2002, p. 43) coloca que “as empresas com postura reativa, nas quais as dificuldades têm que se tornar iminentes para que se busque alguma alternativa, a modernização e atualização tecnológica ficaram comprometidas pelas dificuldades financeiras que a gravidade da crise impunha”.

As MPE's com postura pró-ativa frente à crise, em tempo hábil, também tiveram a possibilidade de investir em maquinário de tecnologia mais moderna, bem como na modernização nas estruturas de gestão, mas tal prática mostrou-se mais comum nos casos de MPE's com gestão mais profissionalizada. Lins (1998, p.1396) salienta que “quase todas as MPE's realizaram investimentos nesta década, geralmente com recursos próprios, para fugir dos bancos e dos juros”. Contudo, a grande parte das MPE's apresentaram posturas reativas, realizando assim baixos níveis de investimentos na modernização do parque fabril têxtil.

Diante do exposto, pode-se concluir que apesar do processo de abertura comercial ter provocado algumas mudanças na indústria têxtil/confecção catarinense, a maioria das empresas não, formada principalmente por MPE's, não conseguiu se enquadrar ao novo paradigma produtivo a ponto de elevar sua competitividade, e com isso, muitas empresas vieram a fechar suas portas, ou se inseriram na nova organização industrial numa nova relação de subordinação imposta pela nova estrutura da cadeia têxtil/confeccionista.

Pode-se observar, portanto, que diferentemente da constituição nacional, a indústria têxtil-confecção catarinense se constituiu devido principalmente ao seu estilo de colonização, todavia, teve seu desenvolvimento alinhado ao desenvolvimento da indústria em âmbito nacional. Pelo fato de o país ter atravessado um período onde os esforços eram concentrados na criação de um departamento de base para a indústria nacional, desenvolvendo os setores de bens intermediários, bens de capital e de infra-estrutura, a indústria de transformação catarinense, e fundamentalmente o setor têxtil, acompanharam esta mudança, no entanto não na medida necessária para manter sua importância de vanguarda da indústria nacional.

4.3 Configuração atual da indústria têxtil/confecção

A modernização advinda dos novos paradigmas industriais trouxeram novas características a indústria têxtil/confecção. Hoje, a utilização dos produtos desta indústria são as mais diversificadas, entre as quais se destacam os tecidos para vestuário, calçados, linha de decoração (cortinas, estofados, tapetes), e também como insumo intermediário, com por exemplo no setor automotivo e aeronáutico. Segundo Fernandes (2008), a produção da indústria têxtil é superada em importância apenas pelos do gênero alimentício.

Segundo Henschel (2002), hoje a indústria têxtil/confecção catarinense concentra sua produção principalmente em artigos de vestuário (camisetas de malha, agasalhos de moletom, pijamas, bermudas, blusas, linha íntima masculina e feminina), tecidos planos e de malha, artigos felpudos (toalhas e roupões), artigos de cama, mesa e banho, produtos têxteis hospitalares (compressas e ataduras de gaze, fraldas de tecido, esparadrapo, etc.), fitas elásticas, e etiquetas tecidas. Conforme se vê, a produção da indústria têxtil/confecção é caracterizada principalmente por bens de consumo não duráveis, mas os produtos têxteis também são usados em processos produtivos de outras indústrias.

Uma das características mais importantes da indústria têxtil/confecção é a sua estrutura de produção fragmentada, possibilitada pela divisibilidade das atividades.

Para o IEL/CNI (2000) a cadeia têxtil é dividida nos setores de fiação (1), tecelagem e malharia (2), acabamento (3), e confecções (4). Para o Instituto de Estudos e Marketing Industrial – IEMI (2005), a indústria têxtil pode ser dividida em três grandes segmentos: os fornecedores de fibras e filamentos (naturais e sintéticos), o setor manufatureiro de fios, tecidos e malhas, e o setor de confecção. Finalmente, para Prochnik (2002), a cadeia têxtil é composta por seis elos principais: beneficiamento de fibras têxteis naturais (1), fiação e

tecelagem de têxteis naturais (2), fiação e tecelagem de têxteis químicos (3), outras indústrias de tecelagem (4), malharia (5), e vestuário (6). A Figura 9 apresenta detalhadamente como estão dispostos os elos na cadeia têxtil, segundo a perspectiva de Prochnik (2002).

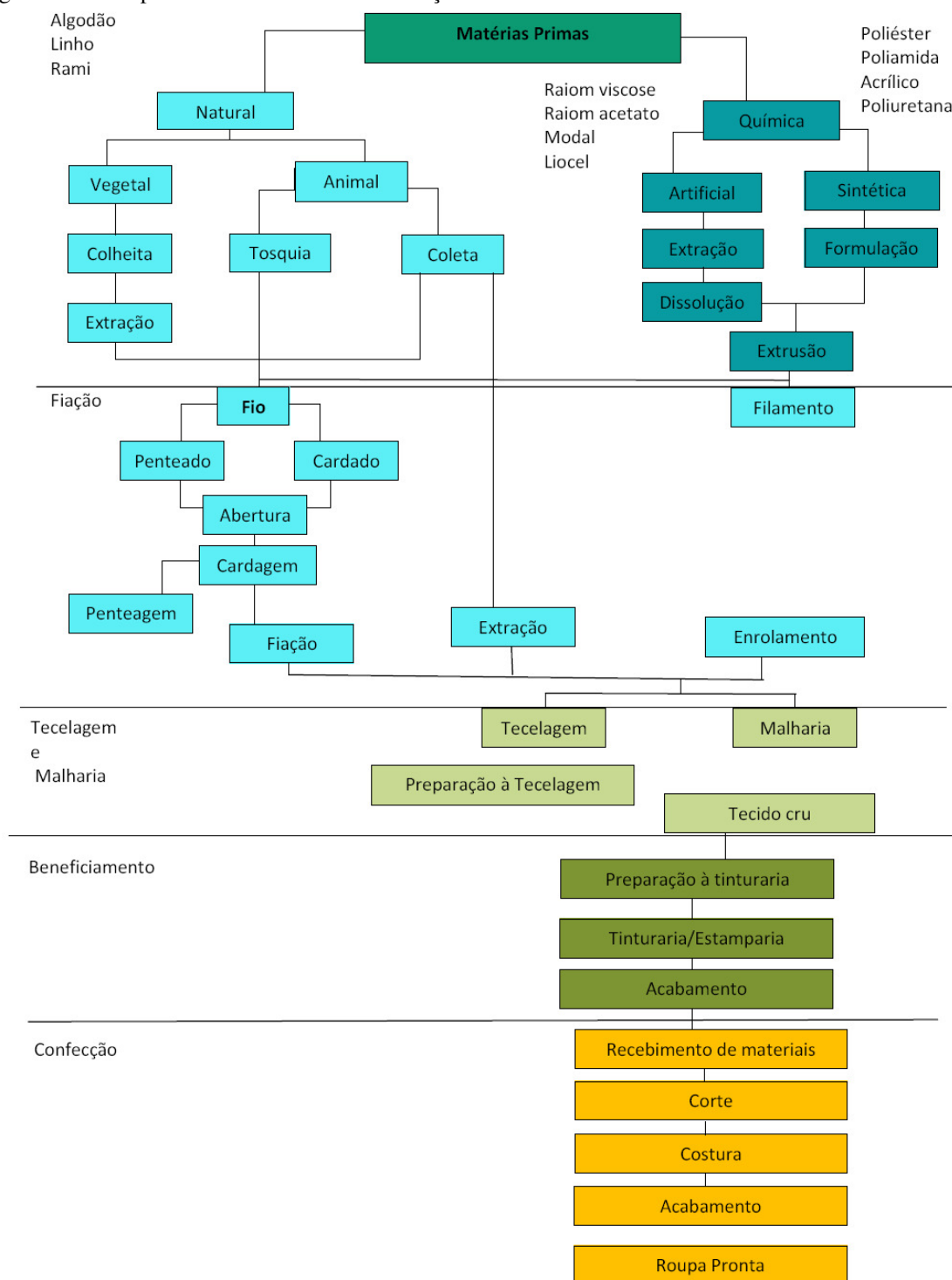
Segundo Prochnik (2002) a indústria têxtil/confecção brasileira é muito competitiva na cultura do algodão e na sua fiação e tecelagem, sendo que nestes dois últimos setores, a liderança da cadeia está nas mãos de um pequeno grupo de grandes empresas internacionalmente competitivas.

A diversidade desta indústria também é muito grande, sendo que cada setor é composto por grande número de segmentos diferenciados³. Como a diferenciação do produto é uma das principais estratégias empresarias, conforme será visto posteriormente, esta é uma tendência da cadeia.

Fernandes (2008) e Rocca (2003) comentam detalhadamente cada uma das etapas produtivas constantes na Figura 1. Segundo eles, a fiação pode ser desagregada inicialmente pela matéria-prima em fibras naturais e artificiais. A produção de fibras naturais está relacionada com a produção agrícola de gêneros vegetais e a criação de algumas espécies animais (principalmente o carneiro) que fornecem fibras para a confecção de fios. Se encontram no mercado sob a forma de fardos. O segundo grupo diz respeito às fibras de origem química (artificiais ou sintéticas), e estão relacionadas com o petróleo e o desenvolvimento tecnológico da química fina. Fernandes (2002) destaca que a produção das fibras químicas envolve um sofisticado processo de desenvolvimento tecnológico para a obtenção dos filamentos, de maneira que os produtos têxteis derivados deste tipo de fibra, são hoje a vanguarda tecnológica desta cadeia, seja pelas características estéticas que estes produtos apresentam, seja pela praticidade no manuseio (processo de lavagem, não é necessário passar a ferro, entre outras). São exemplos de fibras de origem química a viscose, o acetato, lyocel, poliamida, poliéster, polipropileno e polietileno.

³ A Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM considera 905 diferentes categorias de produtos têxteis, a oito dígitos.

Figura 9: Cadeia produtiva do setor têxtil/confecção



Fonte: Prochnik, 2002

As empresas que compõe o elo de fiação geralmente de grande porte, devido ao alto custo de capital para empresas ingressantes, e aos constantes investimentos em P&D, necessários a manutenção da competitividade. Segundo Prochnik (2002), o setor de fiação foi o que menos se modernizou e investiu no Brasil no período de reestruturação produtiva. Isso

sugere que a produção nacional é em grande medida relacionada a produção de tecidos derivados de fibras naturais.

O segmento de tecelagem refere-se ao trabalho realizado pelos teares, que através do entrelaçamento dos fios obtêm os tecidos. O resultado deste processo é a produção dos tecidos pesados (compostos dos tecidos índigo/denim), os tecidos leves (para a fabricação de camisas) e os tecidos feitos para as linhas de cama, mesa e banho. Assim como na fiação, a tecelagem também é intensiva em capital e escalas de produção, dependendo da utilização de bens de capital com alta produtividade, e do estabelecimento de laboratórios de P&D.

A malharia refere-se à produção de tecidos de malha. A malharia pode ser dividida em malharia de commodities (produção de malhas 100% algodão, ou de malhas com algodão e poliéster), e malharia de produtos diferenciados (malharia esportiva, de artigos íntimos). Segundo Fernandes (2008), os segmentos de tecelagem e malharia são os que apresentam as maiores relações para frente e para trás dentro da cadeia, e é onde surgem os principais incrementos tecnológicos, se configurando desta forma como a principal etapa da cadeia.

O beneficiamento também depende muito do setor químico, com isso também é muito dependente da dinâmica tecnológica e inovativa da cadeia. Neste elo são feitas a introdução de novas cores, estampas e novos tipos de emborrachamento nos tecidos, fazendo com que o produto obtenha grandes níveis de diferenciação, e conseqüentemente grandes vantagens competitivas.

O final da cadeia é composto pelo elo de confecção, caracterizado por uma grande variedade de ramos, mas composto basicamente pelas firmas do setor vestuário. É o elo que mais agrega valor cadeia, pois é nesta fase que são definidas as criações de design e moda para corte e montagem dos tecidos. No entanto, sua competitividade está comprometida por todos os elos anteriores, pois se tratando do último elo da cadeia, alterações de preço nos outros elos irão influenciar diretamente no custo de matéria-prima deste. O segmento de confecção é caracterizado pelo uso intensivo de mão-de-obra (sendo um elo que emprega grande parte da população), existência de poucas barreiras à entrada, pois o investimento inicial requerido é baixo e as tecnologias são difundidas, grande variedade de produtos, e formado em sua maioria por empresas de pequeno porte, fato que denota a flexibilidade na produção.

Apesar da dissociação e relação de complementaridade feita aqui sobre cada um dos elos pertencentes à cadeia têxtil, estes segmentos individualmente podem oferecer ao mercado um produto acabado e, portanto, pode estar desconectado dos demais.

Por fim, segundo Santos (2007), os setores que fornecem insumo à indústria têxtil/confeção são basicamente: pecuária (produtos de lã), a agricultura (algodão, linho, juta, etc.), setores de fabricação de fibras e produtos químicos (corantes, embalagens, etc.), setor metalúrgico (alfinetes, botões de metal, etc.), e de bens de capital (teares, caldeiras, máquinas de costura, etc.).

4.3.1 As tendências do mercado mundial de têxtil/confeção

Conforme já exposto, a partir da década de 70, ocorre uma mudança na dinâmica produtiva, dando início uma nova fase onde automatização dos processos é cada vez mais constante. Neste novo paradigma, a introdução da microeletrônica na produção, a constante mudança nos processos, e a intensificação da comercialização entre diversos mercados, passaram a ser fatores determinantes para a competitividade de toda as indústrias, e fundamentalmente na indústria têxtil/confeção. A tendência mundial atual da indústria têxtil/confeção é baseada num novo padrão produtivo, em novas formas de comercialização, e novos padrões de concorrência entre as empresas (Fernandes, 2008).

Os reflexos deste novo paradigma sobre a indústria têxtil/confeção são a constituição de parques industriais mais sofisticados tecnologicamente, o auxílio e/ou internalização constante de laboratórios de P&D e institutos de pesquisa, a desverticalização das grandes empresas, e fundamentalmente a concentração das atividades nas atividades mais rentáveis da cadeia. Portanto, além do preço e qualidade, assumem papel de extrema importância na competitividade da indústria, a diferenciação dos produtos, a comercialização, o design e a marca.

Desta forma, os elos da cadeia mais intensivos em mão-de-obra são direcionados para os países em desenvolvimento, enquanto que os países desenvolvidos concentram suas atividades nos segmentos que mais agregam valor, através de um intenso processo de desverticalização. O gerenciamento da cadeia é feito de forma centralizada, enquanto que a produção é feita de forma fragmentada, sempre em busca de custos de mão-de-obra mais baixos. Essa dinâmica da cadeia é possível devido aos baixos investimentos iniciais necessários a instalação de unidades fabris, já que a tecnologia das etapas intensivas em mão-de-obra é amplamente difundida.

Fernandes (2008) chama a atenção para o fato de que:

Este processo de terceirização internacional de etapas produtivas menos intensivas em valor, segrega aos países ricos o desenvolvimento de novas tecnologias que permitem que haja a continuidade da distribuição da produção e do valor da produção da cadeia, nos termos em que ela se encontra (FERNANDES, 2008, p.14)

A indústria têxtil/confeccões tem, portanto, uma relação de subordinação que permite as grandes empresas a perpetuidade desta relação, já que são poucas as chances das MPE's ingressarem nos segmentos mais rentáveis da cadeia, devido ao alto custo da capital necessário.

Uma boa exemplificação deste novo paradigma é o fato de a China destacar-se como maior volume de produção de têxteis e confeccões, seguida muito de longe da Índia. Logicamente, conforme explanado, a grande produção destes países deve-se principalmente ao fato da abundante mão-de-obra que estes possuem. Todavia, os países mais ricos, ainda que não sejam grandes produtores, apresentam destaque como maiores exportadores, principalmente em relação à exportação de têxteis, já que estes são setores menos intensivos em mão-de-obra e mais intensivos em capital. Por outro lado, em relação às importações, os países desenvolvidos estão dentre os maiores consumidores de confeccionados, sugerindo que as confeccões estão concentradas nos países em desenvolvimento.

Essas novas relações levam a constatação que surge um novo padrão concorrencial na indústria têxtil/confeccão, em nível mundial.

4.3.2 Padrão de competitividade da indústria têxtil/confeccão

As atuais características de competitividade da indústria têxtil/confeccão são resultado do movimento de reestruturação produtiva ocorrido no Brasil nos anos 90, em que se firmou um novo paradigma técnico-produtivo, e trouxe novos países produtores como concorrentes em nível mundial.

O novo paradigma técnico-produtivo da indústria têxtil/confeccão não impõe mais apenas preço e qualidade como determinantes de competitividade das empresas têxteis e confeccionistas. Na reestruturação produtiva, fatores como flexibilização da produção e a diferenciação de produtos são indispensáveis para fortalecer a competitividade das empresas. Portanto, após a abertura comercial as empresas tiveram que investir grande quantidade de

capital em tecnologias de concepção, processo, vendas e produtos para, assim, especializarem-se em nichos de mercado com maior valor agregado.

A formação de cadeias produtivas baseadas na terceirização da produção foi a grande alteração que possibilitou aumento da competitividade para as empresas, pois desta forma as empresas conseguiram flexibilizar sua produção. Nesse contexto, ocorreu não apenas uma reorganização produtiva interna, mas também externa, pois os países passaram a se especializar em fase da produção, já que estas possuem maior valor agregado.

Verifica-se, portanto, que as características desse novo padrão são a importância das áreas de design e comercialização, sendo que muitas empresas atuam terceirizando as atividades produtivas; a flexibilidade para atender a demanda em constante transformação; e uma grande especialização da mão-de-obra.

Enfim, no novo paradigma produtivo da indústria têxtil/confecção os determinantes da competitividade são outros. Henschel coloca que:

Fatores como disponibilidade de matérias-primas, baixos salários, prolongados incentivos fiscais, política cambial favorecida, entre outros, cederam lugar a estratégias como aumento da relação capital/produto, crescimento da mão-de-obra qualificada, avanços na fabricação de produtos mais sofisticados, fortalecimento da cooperação inter-firmas em níveis vertical e horizontal, maior flexibilidade produtiva frente às mudanças no ambiente econômico, aumento da diversificação dos tipos de tecidos produzidos, maior proximidade com o consumidor final, eliminação de perdas, etc. (HENSCHTEL, 2002, p.28)

Portanto, além da qualidade e funcionalidade dos tecidos produzidos ao longo da cadeia, o design e a marca se constituem, no atual padrão de concorrência, como fatores determinantes para o êxito ou o fracasso de determinado produto têxtil.

Conforme visto, o novo paradigma produtivo fez com que a indústria têxtil/confecções passasse por profundas alterações na sua dinâmica produtiva, tecnológica e comercial. Essas alterações estão relacionadas fundamentalmente a uma re-localização da produção, de forma que os países mais desenvolvidos passaram a ser detentores das etapas mais intensivas em capital e tecnologia, e das etapas que mais agregam valor ao produto. Por etapas intensivas em capital e tecnologia entende-se a produção dos bens de capital usados no setor, e o desenvolvimento de novas fibras; enquanto que as etapas intensivas em mão-de-obra e recursos naturais são direcionadas aos países periféricos. Fernandes (2008) coloca que:

Esta nova configuração afeta a distribuição da cadeia têxtil tanto em termos de apropriação do valor adicionado como na localização das etapas que dão origem aos novos padrões tecnológicos que irão vigorar em toda a cadeia. Como as etapas mais intensivas em capital estão concentradas, as decisões sobre o que e como produzir

também estão, restando aos países em desenvolvimento acatar o padrão produtivo imposto sem grandes condições de contestar sua posição dentro da cadeia têxtil/confeções internacional (FERNANDES, 2008, p. 90).

Prochnik enfatiza os motivos pelos quais a indústria têxtil/confeção adquiriu um caráter migratório:

O caráter migratório da indústria de confeções advém da relevância do pagamento de salários mais baixos para sua competitividade, treinamento relativamente simples requerido pela sua força de trabalho e poucos requisitos de infra-estrutura para sua instalação (PROCHNIK, 2002, p. 7).

Como nestes países há maior capacitação tecnológica, as novas soluções tecnológicas lhes permitem produzir com maior qualidade, quantidade e menor necessidade de uso de mão-de-obra. Gorini (2000) coloca que as empresas deste segmento são basicamente empresas de grande porte, e estão geralmente localizadas em diversos países, conseguindo assim fazer com que suas inovações tecnológicas tenham maior alcance internacional.

A explicação para que os países mais desenvolvidos determinem o padrão de design a ser utilizado refere-se à sua capacidade de consumo. Esta capacidade de consumo é que irá determinar o padrão das novas coleções de vestuário, transferindo posteriormente estes padrões para grande parte dos países do mundo. As grandes marcas internacionais são resultado desta capacidade empresarial de criar um padrão de design.

Os países centrais, representados por suas empresas, é quem determinam a distribuição das etapas de produção da cadeia têxtil segundo as vantagens produtivas de cada país, ficando para os países menos desenvolvidos as etapas em que estes apresentam maiores vantagens competitivas, sem nenhum direito de escolha. Tais etapas estão fundamentalmente relacionadas às intensivas em mão-de-obra e recursos naturais. Fernandes (2008) exemplifica a transferência das etapas produtivas mostrando o fluxo de grande parte da produção americana de vestuário:

...os tecidos produzidos nas modernas tecelagens americanas seguem para o México para receber o acabamento e em seguida para as confeções em países da América Central como El Salvador, e em seguida retornam aos Estados Unidos para que recebam a etiqueta com a marca, e posteriormente ingressam no mercado mundial com o preço determinado na etapa de colagem da etiqueta (FERNANDES, 2008, p. 91).

Neste processo, as empresas desconcentram suas atividades e se especializam apenas nas funções que agregam maior valor e que lhes permitem coordenar toda a rede de

fornecedores e distribuidores. A esta distribuição dá-se o nome de Governança. Segundo Gereffi (1994, 1999, 2002) apud Lupatini (2004, p. 20) existem três tipos governança na cadeia têxtil/confecção:

- a) Produtores com marca;
- b) Comercializadores com marca;
- c) Varejistas com marca.

Os produtores com marca são empresas que após se dedicarem a todas as etapas da produção do vestuário, desde a compra de matéria-prima até a comercialização (operações verticalizadas), foram gradualmente mudando seu foco, passando a se preocupar mais com as atividades a jusante da cadeia, ou seja, com design, marketing, comercialização, e logicamente com a sua a marca. Contudo, estas empresas ainda controlam parte das atividades de produção, sendo a outra parte contratada (Filha e Santos, 2002). Levi Strauss & Co (Estados Unidos) e Benetton (Europa) estão entre os exemplos de governança de produtores com marcas.

Os comercializadores com marca não estão envolvidos com o processo de produção, por isso dirigem seus esforços para as etapas e funções a jusante, ou seja, no design, marketing e comercialização. Por isso, O comercializador com marca em geral cria sistemas de auditoria para certificação da qualidade do produto e o testa em condições laboratoriais. (Filha e Santos, 2002), já que exige do sub-contratado competência para elaboração das especificações do processo de produção. O exemplo emblemático deste tipo de empresa é a Nike.

O terceiro tipo de coordenação da produção corresponde aos varejistas com marca, que são os detentores dos canais de comercialização dos produtos. É o caso da coordenação exercida pela C&A por exemplo, onde a empresa concentra suas atividades no design, negociação com fornecedores, e gestão das marcas. Segundo Fernandes:

Através desta forma de coordenação, é possível controlar mais harmonicamente todos os processos produtivos, fazendo com que as estratégias mercadológicas e tecnológicas sejam desenhadas abrangendo todos os elos da cadeia e trazendo dinamismo às mudanças no padrão de produção, dos produtos e dos canais de comercialização. Esta harmonia também proporciona maior agilidade no desenvolvimento dos processos tecnológicos em função que se sabe onde quer chegar com aquela inovação, e o seu reflexo em cada uma das etapas da cadeia. De maneira que se pode até desenvolver as inovações complementares nos outros elos em função da inovação maior que deu origem ao processo, através da governança centralizada (FERNANDES, 2008, p. 92).

O Brasil não está inserido em nenhum dos principais blocos de comércio internacional, e por isso não recebe com grande intensidade parte da produção desverticalizada dos países desenvolvidos, nem transfere parte de sua produção para os países menos desenvolvidos ao seu redor. Conforme Fernandes (2008) a fragilidade das relações comerciais do MERCOSUL e a distância geográfica do Brasil em relação aos principais países produtores e consumidores do setor têxtil/confecções são os principais entraves para uma inserção mais competitiva do Brasil na cadeia têxtil/confecção internacional.

Em termos gerais, países como China, México e Brasil, detentores de uma grande massa de mão-de-obra de baixo custo, possuem grande especialização na produção de tecidos pouco intensivos em capital. Normalmente os produtos são padronizados, com pouca diversificação, e conseqüentemente com baixo valor agregado. Além da grande demanda interna que estes países possuem, é destaque também a comercialização destes produtos de baixo valor agregado para países que sequer possuem uma indústria têxtil capaz de suprir suas necessidades.

Fernandes (2008) menciona que apesar da produção desses países ser voltada para mercados menos exigentes, ainda assim ocorre a busca por melhores métodos de produção que visem reduzir o custo de produção. Sendo assim, a introdução de inovações em processo também faz parte das estratégias destas empresas. Além disso, estes países realizam a cópia do design e dos padrões administrativos das grandes empresas que direcionam sua produção aos países menos desenvolvidos, absorção com isso parte do padrão tecnológico vigente nos países desenvolvidos, ou seja, ocorre um transbordamento tecnológico (*spill over*).

É importante ressaltar que ainda que o processo de confecção seja realizado nos países periféricos, os produtos voltam aos países de origem para receber as etiquetas que conferem o maior valor agregado ao produto (Prochinick, 2002, p. 7). Os países menos desenvolvidos se encontram numa situação de subordinação que só poderá ser revertida no momento em que estes invistam nas etapas da cadeia mas dinâmicas e de maior valor agregado da cadeia, como os bens de capital, elaboração de filamentos mais sofisticados e as etapas de design, comercialização, e estabelecimento de marcas.

4.3.3 Principais países participantes da indústria têxtil/confeccção internacional

Diante da nova dinâmica da produção da indústria têxtil/confeccionista a nível mundial, pode-se verificar a migração das etapas menos intensivas em capital para os países em desenvolvimento. Na Tabela 12 observa-se que 9 entre os 10 maiores países produtores, são países em desenvolvimento, onde destacam-se os países asiáticos e a Índia, grandes ofertantes de mão de obra, como os principais produtores. A China é notadamente a grande produtora de tecidos e confecções, com cerca de 27% de toda a produção mundial. A China produz têxteis e confecções com menor valor agregado, e é o país que mais possui oferta de mão-de-obra. É daí que se justifica seu grande volume de produção. A instalação de diversos parques produtivos na China lhe confere uma capacidade de ser grande produtora, mas também o país que mais exporta para o mundo, destinando sua produção tanto para países desenvolvidos, como por exemplo, EUA e países da União Européia, quanto para países latino americanos e africanos. Observa-se também a presença dos EUA como quarto maior produtor. Apesar dos estados Unidos ser um país desenvolvido, essa posição se justifica por ser um país muito tradicional nesta indústria. Por fim, é importante observar a colocação do Brasil, sétimo maior produtor, fortemente inserido na cadeia de produção mundial da indústria têxtil.

Tabela 12: Principais países produtores da indústria têxtil/confeccções – 2003 (em toneladas)

Países	Têxtil		Confeccções		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
1 - China	14.944	28,5	11.987	26,9	26.931	27,7
2 - Índia	4.118	7,8	3.772	8,5	7.890	8,1
3 - Coreia do Sul	3.500	6,7	1.642	3,7	5.142	5,3
4 - Estados Unidos	2.625	5,0	2.486	5,6	5.111	5,3
5 - Turquia	2.084	4,0	1.854	4,2	3.938	4,1
6 - Taiwan	2.648	5,0	1.037	2,3	3.685	3,8
7 - Brasil	1.618	3,1	1.684	3,8	3.302	3,4
8 - México	1.216	2,3	1.832	4,1	3.048	3,1
9 - Paquistão	1.486	2,8	925	2,1	2.411	2,5
10 - Tailândia	1.250	2,4	1.072	2,4	2.322	2,4
11 - Japão	1.029	2,0	793	1,8	1.822	1,9
12 - Canadá	388	0,7	919	2,1	1.307	1,3
13 - Polônia	262	0,5	784	1,8	1.046	1,1
14 - Romênia	150	0,3	859	1,9	1.009	1,0
15 - Colômbia	214	0,4	534	1,2	748	0,8
Outros	14.966	28,5	12.442	27,9	27.408	28,2
Total	52.495	100	44.620	100	97.115	100

Fonte: ITMF – Fiber Organon apud IEMI (2005)

Referente à exportação mundial de têxteis/confecções, conforme observado na Tabela 13, a China novamente aparece no topo da lista, como sendo o maior exportador do mundo. Apesar deste país possuir uma grande demanda, seus produtos também possuem grande competitividade internacional, seja por causa do valor dos produtos de baixa qualidade, seja por causa da melhora que este país vêm adquirindo na sua capacitação tecnológica. As exportações chinesas possuem maior representatividade dos produtos confeccionados em relação aos têxteis, conforme tabela 2. Fernandes cita documento elaborado pela Comissão para o Comércio Internacional dos Estados Unidos apud Gereffi (2007, p. 230), onde é mencionada a importância da China no comércio mundial de têxtil/confeccionista:

Espera-se que a China se torne o “fornecedor da escolha” da maioria dos importadores dos Estados Unidos (as grandes empresas de vestuário e varejo), devido à sua capacidade de produzir praticamente qualquer tipo de produto têxtil ou de vestuário, com qualquer nível de qualidade, a um preço competitivo (Fernandes, 2008, p. 101).

Pode-se verificar também que diversos países que antes não foram apresentados como grandes países produtores, agora aparecem como grandes países exportadores de produtos têxteis-confecções, entre eles destacam-se: Itália, Alemanha, França, Bélgica, Países Baixos e Reino Unido.

A posição destes países como grandes exportadores é explicada pela cadeia global de valor do setor têxtil/confecções, onde se constata que mesmo com um menor volume de produção em toneladas, estes países exportam maiores montantes de dólares, fato que sugere que a produção destes países está voltada para artigos com maior valor agregado.

No caso brasileiro, enquanto figura como sétimo maior produtor, quando avaliado o valor de suas exportações, verifica-se que o país não ocupa a mesma posição, sugerindo uma baixa agregação de valor ao produto nacional ou uma produção direcionada em grande medida ao mercado interno.

Tabela 13: Principais países exportadores da indústria têxtil/confeccções – 2003 (em milhões de US\$)

Países	Têxtil		Confeccções		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 - China	26.901	15,9	52.061	23,0	78.962	20,0
2 - Hong-Kong	13.084	7,7	23.152	10,2	36.236	9,2
3 - Itália	13.837	8,2	15.010	6,6	28.847	7,3
4 - Alemanha	14.043	8,3	9.133	4,0	23.176	5,9
5 - Estados Unidos	10.917	6,4	5.537	2,5	16.454	4,2
6 - Turquia	5.244	3,1	9.937	4,4	15.181	3,8
7 - França	7.553	4,5	6.623	2,9	14.176	3,6
8 - Coréia do Sul	10.122	6,0	3.605	1,6	13.727	3,5
9 - Índia	6.510	3,8	6.459	2,9	12.969	3,3
10 - Bélgica	7.240	4,3	5.029	2,2	12.269	3,1
11 - Taiwan	9.321	5,5	2.113	0,9	11.434	2,9
12 - Países Baixos	5.012	3,0	4.485	2,0	9.497	2,4
13 - México	2.102	1,2	7.343	3,2	9.445	2,4
14 - Reino Unido	4.581	2,7	4.093	1,8	8.674	2,2
15 - Paquistão	5.811	3,4	2.710	1,2	8.521	2,2
41 - Brasil	1.033	0,6	623	0,3	1.656	0,4
Outros	143.311	84,6	68.027	30,1	94.136	23,8
Total	169.420	100	225.940	100	395.360	100

Fonte: OMC – Organização Mundial do Comércio *apud* IEMI (2005).

Na tabela 14 verifica-se a lista dos principais países consumidores de produtos da indústria têxtil/confeccção. Mesmo a China sendo o maior produtor, sua posição como importador é como oitavo maior, atrás de sete países desenvolvidos. Como na tabela 3 analisa-se o valor importado, surge a constatação de que há grande quantidade de produtos no setor têxtil que possuem elevado valor agregado. Verifica-se também que o montante financeiro importado de produtos confeccionados é superior ao de têxteis nos países desenvolvidos, enquanto que nos países em desenvolvimento este fato se inverte.

Para Lupatini (2004, p. 19), analisando-se a produção têxtil dos anos 1960, 1970 e 1980, nota-se que no período entre e 1986, a taxa de crescimento anual da indústria têxtil foi positiva nos países em desenvolvimento, enquanto nos países desenvolvidos a taxa de crescimento foi negativa. A explicação para essa inversão de papéis está no fato de os países em desenvolvimento estarem cada vez mais incorporados na cadeia têxtil, apesar de na maioria dos casos produzirem mercadorias de baixo valor agregado.

Tabela 14: Principais países importadores da indústria têxtil/confeccções – 2003 (em milhões de US\$)

Países	Têxtil		Confeccções		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 - Estados Unidos	18.289	10,8	71.277	31,5	89.566	22,7
2 - Alemanha	10.951	6,5	20.968	9,3	31.919	8,1
3 - Hong-Kong	12.929	7,6	15.946	7,1	28.875	7,3
4 - Japão	5.035	3,0	19.485	8,6	24.520	6,2
5 - Reino Unido	7.373	4,4	16.378	7,2	23.751	6,0
6 - França	7.566	4,5	14.153	6,3	21.719	5,5
7 - Itália	8.616	5,1	8.700	3,9	17.316	4,4
8 - China	14.217	8,4	1.422	0,6	15.639	4,0
9 - Países Baixos	3.785	2,2	6.751	3,0	10.536	2,7
10 - Espanha	4.384	2,6	6.084	2,7	10.468	2,6
11 - Bélgica	3.971	2,3	5.859	2,6	9.830	2,5
12 - México	5.461	3,2	3.034	1,3	8.495	2,1
13 - Canadá	3.857	2,3	4.502	2,0	8.359	2,1
14 - Rússia	1.929	1,1	3.710	1,6	5.639	1,4
15 - Áustria	2.003	1,2	3.472	1,5	5.475	1,4
45 - Brasil	946	0,6	116	0,1	1.062	0,3
Outros	58.108	34,3	24.083	10,7	82.191	20,8
Total	169.420	100	225.940	100	395.360	100

Fonte: OMC – Organização Mundial do Comércio *apud* IEMI (2005).

Os dados de produção, exportação e importação são bastante sugestivos para explicar como ocorre a governança na indústria têxtil/confeccionista mundial. Os países desenvolvidos concentram seus esforços nos principais elos da cadeia, aqueles que rendem maior lucro sobre o produto, tais como comercialização e design. Para os países desenvolvidos resta a inserção nesta cadeia, apesar de iniciar no elo frágil da cadeia, pois se espera que com a prática da produção o país que ingressa nesta indústria possa melhorar sua posição na cadeia.

4.4 Caracterização da indústria têxtil/confeccções no Brasil e Santa Catarina

A indústria têxtil/confeccções, conforme visto, representa importante papel na indústria de transformação nacional. Diante disto, julga-se importante apresentar dados referentes aos estabelecimentos e a mão-de-obra ocupada do setor, em Santa Catarina e em nível de Brasil, no caso, desde o ano 2000 até 2005. A importância desta análise está em fazer um mapeamento da distribuição regional e nacional do setor, além de poder verificar a situação da sua mão-de-obra. Após análise da distribuição e mão-de-obra do setor, é importante levantar também dados da produção do setor e de sua participação na indústria de transformação como um todo, pois assim a pesquisa possibilitará analisar a real efetividade e situação desta indústria a nível estadual e nacional.

4.4.1 Estabelecimentos e mão-de-obra na indústria têxtil/confeção no Brasil e em Santa Catarina

Desde o ano 2000 até 2005 cresce o número de estabelecimentos e trabalhadores ocupados na indústria têxtil/confeções, tanto no Brasil quanto nos estados de São Paulo (estado com maior número de estabelecimentos) e Santa Catarina (terceiro estado com maior número de estabelecimentos). No Brasil, ocorre um aumento maior do número de estabelecimentos e mão-de-obra empregada, em relação a São Paulo, entretanto no caso de Santa Catarina, o estado tem um aumento maior que em nível nacional. Conforme se verifica na Tabela 15, o aumento do número de estabelecimentos e empregados ocupados no Brasil chega a quase 20% desde 2000 até 2005, enquanto que em São Paulo fica em torno de 12% a 13%, e em Santa Catarina o aumento é de aproximadamente 31% e 26% para estabelecimentos e trabalhadores, respectivamente.

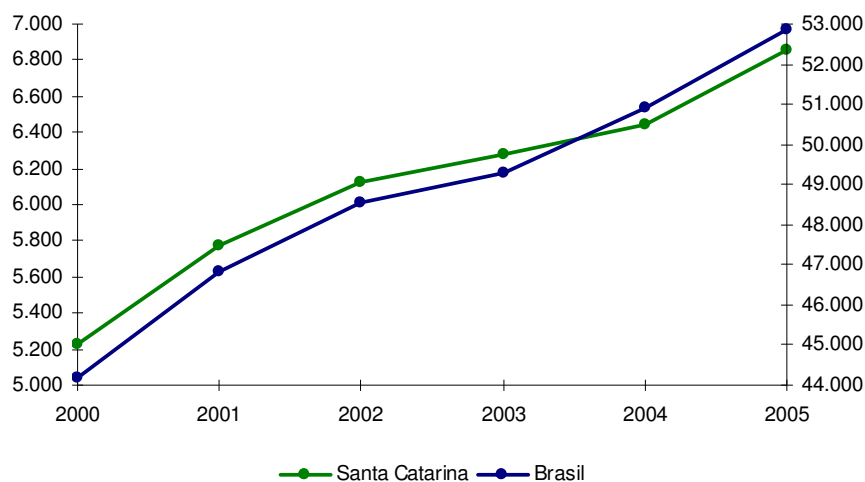
Tabela 15: Número de estabelecimentos e trabalhadores em SC, SP e Brasil - 2000 e 2005

Período	Santa Catarina		São Paulo		Brasil	
	Estab.	Trab.	Estab.	Trab.	Estab.	Trab.
2000	5.226	103.379	13.947	229.163	44.200	702.094
2001	5.776	110.418	14.458	222.180	46.810	704.751
2002	6.122	113.474	14.739	227.643	48.540	732.559
2003	6.277	114.847	14.716	228.409	49.303	729.697
2004	6.447	124.100	15.121	249.634	50.903	796.482
2005	6.854	131.136	15.719	260.422	52.859	833.365
Variação %	31,15%	26,85%	12,71%	13,64%	19,59%	18,70%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

A figura 10 mostra que no Brasil o número de estabelecimentos tem um aumento relativo ano a ano menor do que Santa Catarina, de 2000 até 2005. Essa situação pode ser explicada pela grande competitividade que Santa Catarina possui frente a maioria dos estados brasileiro. Apesar do fato da dinâmica desta indústria estar sempre atrás de reduções no custo de mão-de-obra, e existem no Brasil diversos estados com a mão-de-obra mais barata que a catarinense, os outros determinantes de competitividade que o Santa Catarina possui, faz com que haja um aumento maior no número de empresas catarinenses do que em âmbito nacional.

Figura 10: Evolução do número de estabelecimentos em SC e BR - 2005

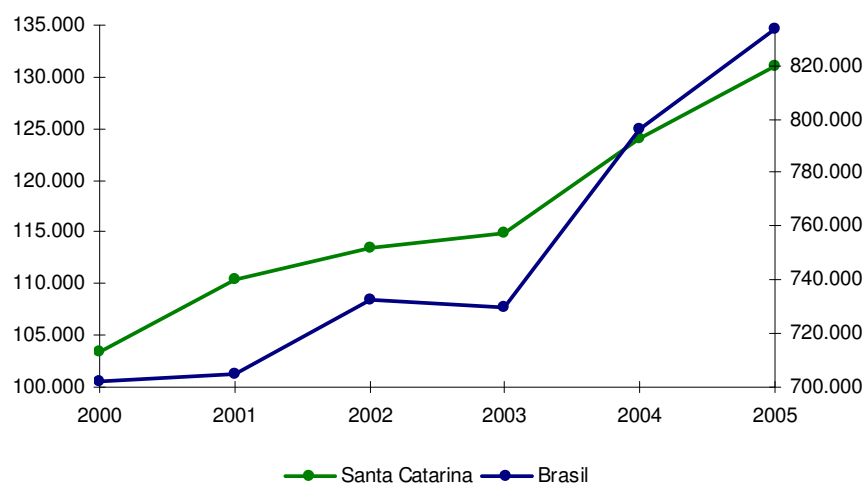


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

* O eixo da esquerda refere-se aos números de Santa Catarina, e o eixo direito, ao Brasil.

Com a mão-de-obra não ocorre diferente. O estado de Santa Catarina aumenta sua participação na mão-de-obra da indústria têxtil/confeção em proporção bem maior que no caso brasileiro (Figura 11). Desta análise, pode-se constatar que realmente fatores como a colonização e as adequações aos novos padrões produtivos fizeram de Santa Catarina um dos estados mais importantes na indústria têxtil/confeção nacional. O fato de aumentar o número de estabelecimentos e emprego da mão-de-obra em mais de dez pontos percentuais que o Brasil eleva sua importância, pois certamente há estados que têm participações muito menores, fazendo com que a média nacional gire em torno dos 15% de aumento.

Figura 11: : Evolução do número de trabalhadores em SC e BR - 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

* O eixo da esquerda refere-se aos números de Santa Catarina, e o eixo direito, ao Brasil.

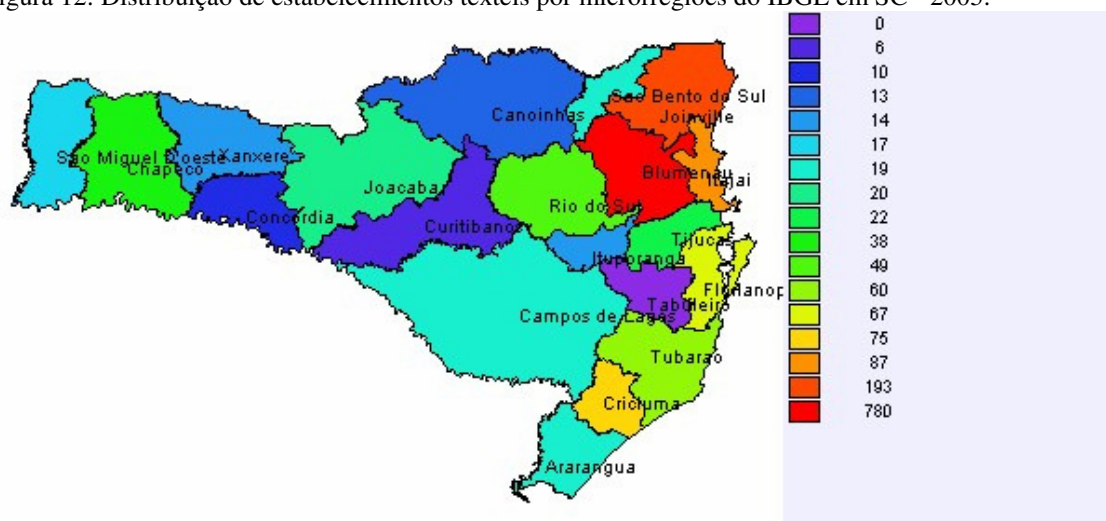
O estado de São Paulo, maior parque fabril do Brasil, tem um crescimento anual menor que Santa Catarina, entretanto, verifica-se sua importância na indústria pelo fato de possuir mais que o dobro da quantidade de estabelecimentos e empregados em relação a Santa Catarina.

4.4.2 Localização dos estabelecimentos têxteis/confecções nas microrregiões catarinenses

A fabricação de produtos têxtil-confecção de Santa Catarina está fortemente concentrada nas microrregiões de Blumenau e Joinville, conforme se verifica nas Figuras 12 e 13. Essa concentração é de aproximadamente 65% do total de empresas têxteis, e 55% para as empresas de confecções. Essa elevada concentração pode ser explicada por diversos motivos, como o tipo de colonização ocorrido nestas regiões, que as transformou em importantes parques fabris da indústria, a interação entre as empresas locais, e a inserção destas localidades nas cadeias globais de valor do setor têxtil.

A predominância de um maior número de empresas confeccionistas do que têxteis (4.780 contra 1.470 empresas) se justifica pelo fato de as empresas confeccionistas serem basicamente de porte micro ou pequeno, enquanto que as empresas têxteis são na sua maioria médias e grandes.

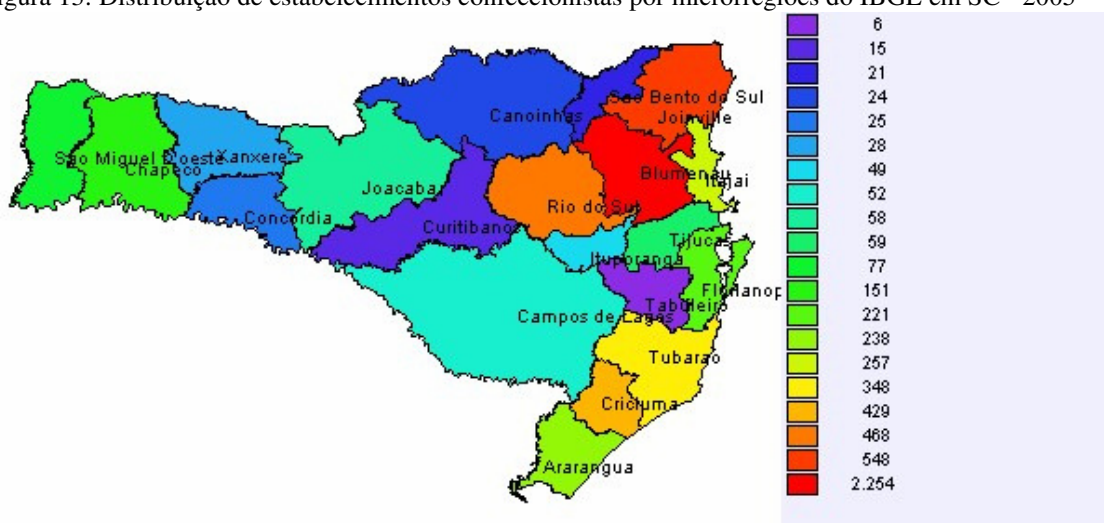
Figura 12: Distribuição de estabelecimentos têxteis por microrregiões do IBGE em SC - 2005.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS

Outras microrregiões também detêm número significativo de empresas, como é caso de Rio do Sul e Itajaí, situadas próximas das microrregiões de Blumenau e Joinville, o que sugere uma grande concentração de empresas da indústria têxtil/confeção, devido principalmente à ocorrência de um transbordamento da atividade a partir das principais microrregiões.

Figura 13: Distribuição de estabelecimentos confeccionistas por microrregiões do IBGE em SC - 2005



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS

No Sul do Estado, as microrregiões de Criciúma e Tubarão, também possuem um número expressivo de estabelecimentos, configurando uma segunda aglomeração espacial desta atividade. Por outro lado, a microrregião de Florianópolis, apesar de ainda possuir mais de duas centenas de estabelecimentos confeccionistas, não tem grande representatividade nesta indústria no estado.

4.4.3 Estabelecimentos e trabalhadores de acordo com a atividade econômica

Desagregando setor têxtil/confeções, torna-se possível uma melhor análise desta indústria. Sendo assim, verifica-se que o setor têxtil em Santa Catarina teve um aumento na quantidade de estabelecimentos de 11,62% de 2000 a 2005, e no caso da mão-de-obra ocupada, aumento de 7,42%, conforme Tabela 16.

Referente aos estabelecimentos, verifica-se que a atividade que mais possui unidades é o acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis (22,71% das empresas em 2005), enquanto que a atividade que mais aumentou o número de estabelecimentos foi a fiação de algodão, passando de 12 empresas no ano 2000 para 42 em 2005 (aumento de 250%).

No caso da mão-de-obra, a fabricação de artigos de tecido de uso doméstico era a atividade que mais empregava em 2005 (16,73%), além de ser também a atividade que mais recrutou trabalhadores desde 2000, praticamente dobrando o número de trabalhadores.

É importante notar os números totais, pois mostram que a quantidade de estabelecimentos têxteis mais que dobrou de 2000 a 2005 (aumento de 126,51%), enquanto que o número de trabalhadores aumentou 18,43%. Esses números mostram claramente a introdução cada vez maior de equipamentos poupadores de mão-de-obra no segmento têxtil, a partir da reestruturação produtiva.

Tabela 16: Estabelecimentos e trabalhadores têxteis em SC por atividade econômica - 2000 e 2005

Fabricação de Produtos Têxteis	2000		2005		% do total (2005)	% do total (2005)	Δ% (2000 a 2005)	Δ% (2000 a 2005)
	Est.	Trab.	Est.	Trab.	Est.	Trab.	Est.	Trab.
Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico	54	4186	141	8202	6,16	16,73	161,11	95,94
Acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis por 3º	191	4265	520	6861	22,71	13,99	172,25	60,87
Tecelagem de algodão	92	6192	142	6168	6,20	12,58	54,35	-0,39
Fabricação tecidos de malha	194	4403	359	5887	15,68	12,01	85,05	33,70
Fabricação artefatos têxteis a partir de tecidos ex. vestuário	114	4590	312	5091	13,62	10,38	173,68	10,92
Fabricação de outros artigos têxteis ex. vestuário	123	4306	267	4582	11,66	9,35	117,07	6,41
Fabricação de outros artigos têxteis inclusive tecidos	83	6713	192	3733	8,38	7,61	131,33	-44,39
Fiação de algodão	12	1765	42	2322	1,83	4,74	250,00	31,56
Fabricação linhas e fios para costurar e bordar	9	1090	26	1583	1,14	3,23	188,89	45,23
Fiação de fibras artificiais ou sintéticas	12	856	23	964	1,00	1,97	91,67	12,62
Outros	127	3032	266	3636	11,62	7,42	109,45	19,92
Total	1011	41398	2290	49029	100,00	100,00	126,51	18,43

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

Em menores proporções, verifica-se na Tabela 17 que o segmento de confecções aumenta a quantidade de estabelecimentos em 152,22% de 2000 a 2005, enquanto que o emprego da mão-de-obra aumenta 32,62%. Esse resultado sugere que o setor de confecções é realmente mais intensivo em mão-de-obra, entretanto novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra também vêm sendo introduzidas no processo produtivo confeccionista.

Tabela 17: Estabelecimentos e trabalhadores de confecções em SC por atividade econômica - 2000 e 2005

Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2000		2005		% do total 2005	% do total 2005	Δ% 2000 a 2005	Δ% 2000 a 2005
	Est.	Trab.	Est.	Trab.	Est.	Trab.	Est.	Trab.
Fabricação de artigos do vestuário produzidos em malha	147	5524	267	6005	2,51	7,31	81,63	8,71
Conf. roupas íntimas, blusas, camisas	345	3544	1462	5932	13,77	7,23	323,77	67,38
Confecção de peças do vestuário exceto roupas íntimas	3563	51134	8391	67830	79,00	82,62	135,50	32,65
Confecção de roupas profissionais	53	498	170	656	1,60	0,80	220,75	31,73
Fabricação de acessórios de vestuário	82	1078	280	1374	2,64	1,67	241,46	27,46
Fabricação de acessórios de segurança industrial	21	130	51	304	0,48	0,37	142,86	133,85
Total	4211	61908	10621	82101	100,00	100,00	152,22	32,62

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

Dentre as atividades do segmento, a atividade de maior participação é a confecção de peças do vestuário exceto roupas íntimas, ocupando 79% dos estabelecimentos e 82,62% da mão-de-obra no ano de 2005, conforme verificado na Tabela 17. A confecção de roupas íntimas, blusas, camisas merece destaque por ter sido a atividade que mais aumentou a participação no número de estabelecimentos, enquanto que a fabricação de acessórios de segurança industrial é a atividade que mais teve aumento na ocupação da mão-de-obra.

4.4.4 Distribuição dos estabelecimentos de acordo com o porte da empresa

Referente a distribuição dos estabelecimentos em Santa Catarina de acordo com o porte empresarial, partiu-se também de uma análise onde o setor de confecções foi desagregado do têxtil, devido fundamentalmente ao fato de os setores apresentarem dinâmicas diferentes, com diferentes portes empresariais. No setor têxtil, observa-se a grande importância que o acabamento de fios, tecidos e artigos têxteis tem para a indústria, abrigando mais de ¼ do total de estabelecimentos em 2005, e praticamente dobrando o número de empresas de 2000 para 2005 (Tabela 18). Trata-se, portanto, de uma atividade extremamente concentrada nas MPE's, assim como a fabricação de tecidos de malha, e artefatos têxteis a partir de tecidos (vestuário).

Tabela 18: Estabelecimentos têxteis por porte em SC - 2000 e 2005

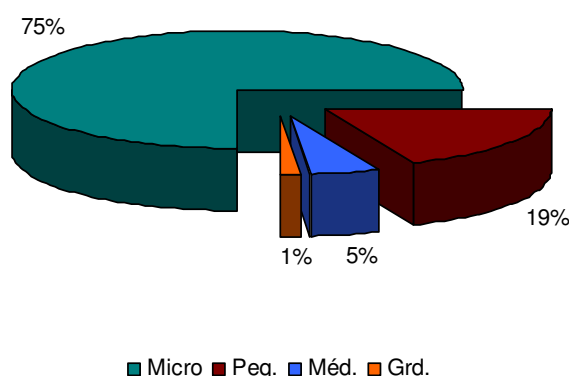
Fabricação de Produtos Têxteis	2000				2005			
	Micro	Peq.	Méd.	Grd.	Micro	Peq.	Méd.	Grd.
Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico	36	8	3	2	54	4	3	4
Acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis	134	32	9	0	256	65	12	0
Tecelagem de algodão	56	25	5	3	57	24	4	4
Fabricação de tecidos de malha	138	37	7	1	171	32	13	2
Fabricação artefatos têxteis a partir de tecidos ex. vestuário	90	10	3	3	113	14	3	3
Fabricação de outros artigos têxteis ex. vestuário	93	16	4	3	113	28	5	3
Fabricação de outros artigos têxteis inclusive tecidos	51	20	6	3	69	23	6	1
Fiação de algodão	2	6	4	0	10	9	5	1
Fabricação linhas e fios para costurar e bordar	6	2	0	1	7	5	1	1
Fiação de fibras artificiais ou sintéticas	5	3	2	0	5	5	2	0
Outros	93	20	8	0	112	32	8	0
Total	704	179	51	16	967	241	62	19

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

Uma análise criteriosa, no entanto precipitada, dos números, traria o questionamento sobre a ausência de grande número de grandes empresas na tabela 18, já que o setor têxtil normalmente exige grandes investimentos de capital para alguns elos da cadeia. Nota-se que realmente na fiação de fibras artificiais ou sintéticas e na fiação de algodão, que são etapas da cadeia onde são necessários os altos níveis de capital, são poucas as empresas grandes, ou não existem. Isso se deve ao fato de que o complexo têxtil catarinense está inserido na cadeia global de valor numa posição de subordinação, sendo composto basicamente por micro e pequenas empresas intensivas e mão-de-obra, e ficando nos países desenvolvidos, a concentração das empresas de elos intensivos em capital e tecnologia.

A Figura 14 visualiza quão presentes são as micro e pequenas empresas no setor têxtil catarinense. As MPE's eram responsáveis por cerca de 94% do total de estabelecimentos no segmento têxtil catarinense em 2005.

Figura 14: Estabelecimentos têxteis por porte em SC - 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

Partindo para o segmento de confecção, nota-se na Tabela 19 a presença de micro e pequenas empresas numa proporção maior ainda que no caso têxtil. Merece grande destaque a confecção de peças do vestuário (exceto roupas íntimas), que representa mais de 80% do total de estabelecimentos confeccionistas de porte micro. O segmento de confecção possui grandes empresas somente em duas atividades, que não representam sequer 1% do total de empresas (Figura 15).

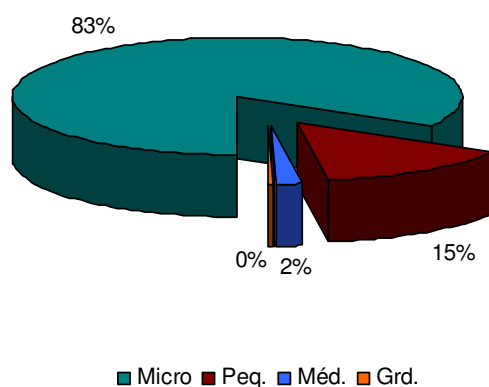
Tabela 19: Estabelecimentos de confecções por porte em SC - 2000 e 2005

Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2000				2005			
	Micro	Peq.	Méd.	Grd.	Micro	Peq.	Méd.	Grd.
Fabricação de artigos do vestuário produzidos em malha	105	16	6	3	90	13	5	3
Conf. roupas íntimas, blusas, camisas	256	38	3	0	539	70	6	0
Confecção de peças do vestuário exceto roupas íntimas	2686	441	69	7	3316	614	80	9
Confecção de roupas profissionais	41	9	0	0	69	7	0	0
Fabricação de acessórios de vestuário	62	9	3	0	76	18	1	0
Fabricação de acessórios de segurança industrial	18	2	0	0	22	3	0	0
Total	3168	515	81	10	4112	725	92	12

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

No caso do setor de confecções, é completamente justificável a existência de grande número de MPE's (98% do total de empresas conforme Figura 15), já que a atividade confeccionista é extremamente intensiva em mão-de-obra.

Figura 15: Estabelecimentos de confecções por porte em SC - 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE - 2008

É importante ressaltar que a desverticalização das empresas da indústria têxtil/confecções resultou num elevado crescimento de empresas do porte micro e pequeno.

Enfim, verifica-se um aumento de aproximadamente 35% no número de empresas do setor têxtil e 37% no número de MPE's do setor têxtil, enquanto que no caso da confecção aumenta cerca de 31% do número total de empresas e cerca de 31% no caso das MPE's. Há, portanto, um aumento semelhante do número de estabelecimentos, seja têxtil ou confecção, na indústria catarinense.

5. ATUAÇÃO DAS MPE'S DA INDÚSTRIA TÊXTIL/CONFECÇÃO CATARINENSE FRENTE AO MERCADO EXTERNO

5.1 Introdução

Conforme exposto no capítulo anterior, as micro e pequenas empresas catarinenses vêm tendo papel fundamental na indústria têxtil/confecção de Santa Catarina e do Brasil. Isso se deve ao fato de estas empresas possuírem os atributos que dão competitividade a esta indústria, como mão-de-obra qualificada e possibilidade de atuar na diferenciação de produtos. Como as MPE's catarinenses do segmento de confecções estão subordinadas a governança dos grandes produtores mundiais, julga-se importante analisar a inserção externa dessas empresas, a fim de avaliar as reais possibilidades destas empresas no comércio mundial, e tentar levantar as principais dificuldades que as MPE's catarinenses encontram para exportarem sua produção.

Diante disso, o capítulo faz inicialmente uma abordagem do comércio internacional da indústria têxtil/confecção, levantando números sobre a comercialização e destino das exportações, para que seja analisada a inserção da indústria têxtil no comércio internacional. Num segundo momento, são analisados os principais entraves para as micro e pequenas empresas se inserirem no comércio internacional, para, por fim, ser feita a análise de uma amostra aleatória de empresas da indústria que têxtil/confecção catarinense, identificando quais são as reais dificuldades destas para sua inserção no comércio mundial. Na última seção são feitas considerações acerca dos resultados obtidos.

5.2 Indústria têxtil/confecção frente ao mercado externo

Em estudo feito por Fernandes (2008) sobre indústria têxtil/confecções no estado de Santa Catarina, o autor considerou que para se avaliar o desempenho do comércio exterior da indústria têxtil/confecções no âmbito nacional no período de 1996 a 2006, mesmo período que será aqui analisado, é necessário fazer menção a dois fatores importantes, sobre a grande

interferência da variação cambial no desempenho comercial externo, e sobre o fim do acordo multifibras.

Em relação à interferência do câmbio, Fernandes (2008) coloca que:

[...] na série de dados avaliada [1996 a 2006] existem dois períodos distintos, o primeiro em que a variação cambial era ditada por um sistema de bandas, que limitava sua flutuação em função das necessidades conjunturais daquele período, já no segundo período é caracterizado por um sistema de câmbio flutuante. Ainda em relação ao câmbio é necessário acrescentar que houveram dois períodos de acentuada desvalorização cambial, na eliminação das bandas no início de 1999, e nos anos de 2002 e 2003.

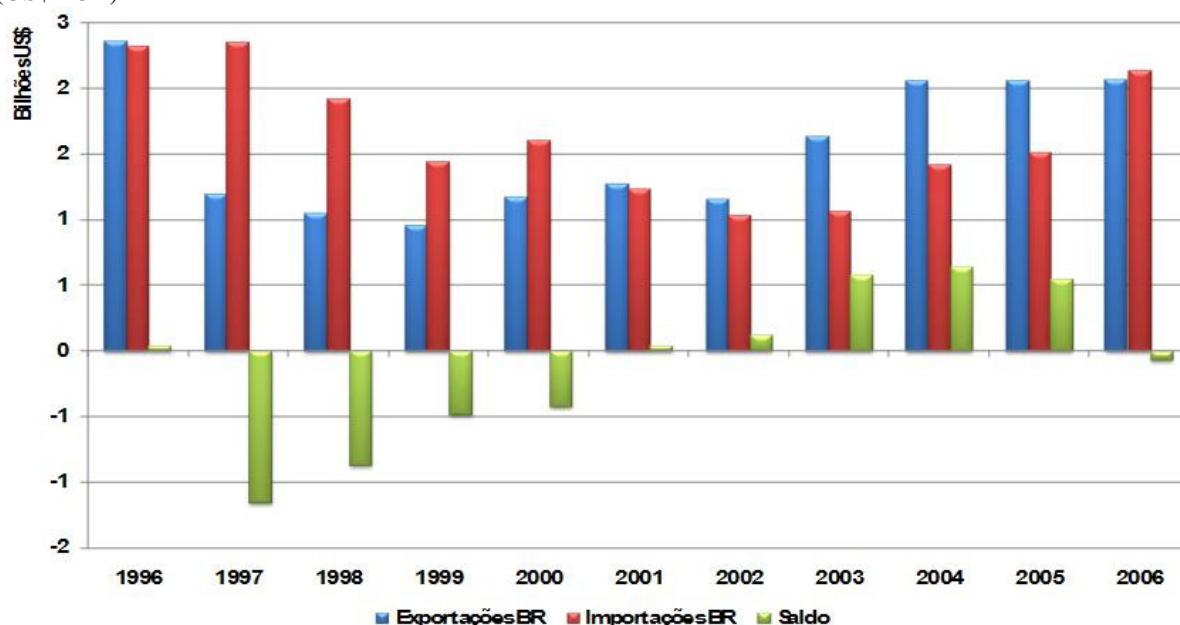
O acordo multifibras foi instituído com o objetivo de controlar o fluxo das exportações de têxteis e vestuários com o estabelecimento de cotas e tarifas, que eram impostos através de acordos bilaterais, e favoreciam os países desenvolvidos. Todavia, o processo de desarticulação do acordo multifibras se inicia em 1995 e vai até 2005, iniciando com a redução das limitações até sua extinção total (Prochinick, 2003).

Estes dois fatores são relevantes para a análise do período, visto que foram determinantes na caracterização da comercialização de produtos da indústria têxtil/confecção brasileira.

5.2.1 Comércio externo do setor têxtil/confecção no Brasil

Sobre o comércio exterior brasileiro da indústria têxtil/confecção, verifica-se a interferência dos dois fatores mencionados, conforme a Figura 16. Em 1996 as exportações são um pouco maiores que as importações, caracterizando um saldo comercial positivo, porém pouco significativo. Entretanto, a partir de 1997 até 2000 há uma redução considerável das exportações em relação às importações, conferindo saldos comerciais bastante negativos. Somente em 2001, o saldo volta a ser ligeiramente positivo. Nos anos seguintes sempre ocorre elevação das exportações, porém seguidas de aumento nas importações também, situação que culmina em 2006 a um novo um saldo negativo no balanço comercial da indústria.

Figura 16: Exportações, Importações e o saldo comercial do setor têxtil-confecção no Brasil entre 1996 e 2006. (US\$ FOB)



Fonte: Fernandes (2008)

É importante se destacar que dentro do período de 1996 e 2006, além do fim das restrições impostas pelo acordo multifibras, os grandes aumentos das importações foram fortemente auxiliados pela dificuldade na qual a produção de algodão se encontrara, principalmente no biênio 1996-97, e pelo câmbio favorável para as importações, principalmente em 2006.

Analizando os dados desagregados na Tabela 20, verifica-se que os saldos negativos das matérias-primas foram muito mais significativos do que em relação aos tecidos e as confecções. Entretanto, a frequência de saldos negativos é maior em relação aos tecidos que em relação às matérias-primas, fato que sugere uma continuidade da forte concorrência que a indústria têxtil nacional sofre em relação à importação de tecidos acabados. Verifica-se também que os saldos positivos apresentados pelo segmento de confecções têm sido relevantes para que sejam obtidos saldos positivos na balança comercial da indústria têxtil/confecção, conforme aponta a Tabela 20.

É importante destacar que os principais artigos que colaboraram para a ocorrência destes saldos negativos no período de 1996 e 2006 são os tecidos de fibra de origem sintética e artificial (Fernandes, 2008). Conforme verificado em dados da SECEX (2006) as exportações brasileiras de micro empresas referentes ao capítulo vestuário e seus acessórios, de malha se encontravam na nona posição a nível nacional, com um valor de US\$ 7.618.355 (FOB), fato que expressa a grande importância deste segmento para a indústria.

Tabela 20: Exportações, importações e o saldo do setor têxtil/confeccões no Brasil desagregado por tipo de produto, entre os anos de 1996-2006. (em milhões de US\$ - FOB)

	Matéria-Prima			Tecidos			Confeccões			Total		
	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo
1996	1664	1644	21	216	325	-109	475	350	125	2355	2319	37
1997	461	1557	-1096	282	373	-91	446	416	30	1189	2346	-1157
1998	400	1232	-831	233	335	-102	411	353	58	1044	1920	-875
1999	352	971	-619	203	281	-77	398	189	209	953	1441	-487
2000	436	1128	-692	202	305	-103	535	170	365	1173	1603	-430
2001	556	793	-237	174	257	-83	538	179	360	1268	1229	40
2002	491	698	-207	150	205	-55	510	129	382	1151	1032	120
2003	792	740	52	211	203	8	631	116	514	1634	1059	574
2004	1046	1003	43	283	244	39	731	173	558	2060	1420	640
2005	1046	940	106	283	312	-29	731	260	471	2060	1512	548
2006	1009	1306	-296	423	432	-9	634	399	235	2066	2137	-70

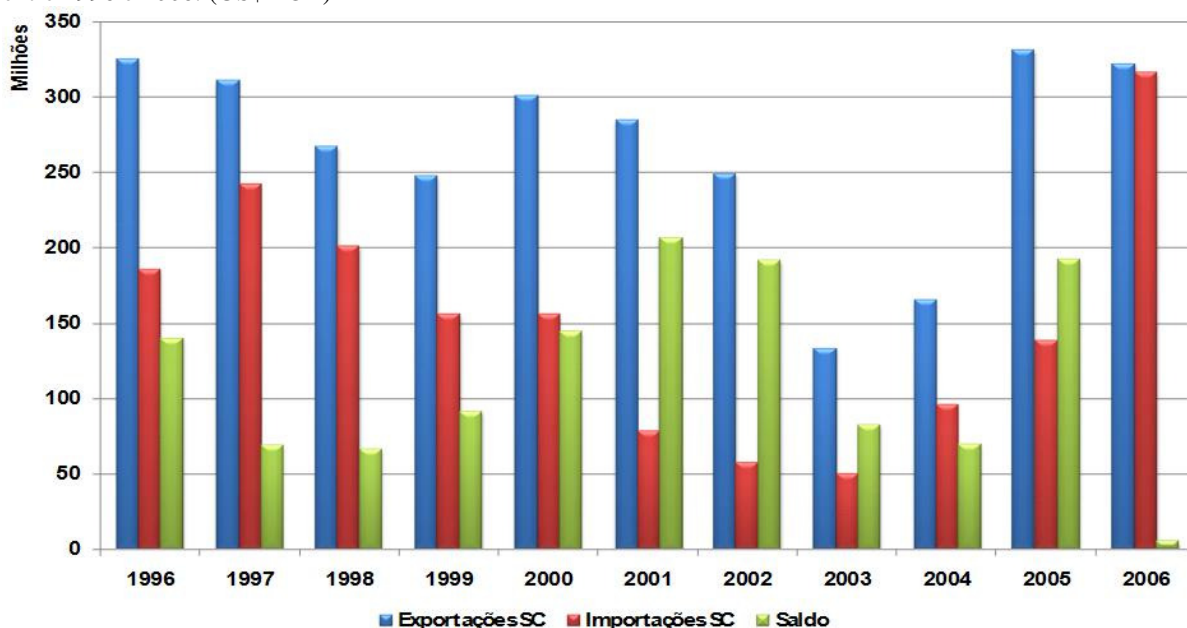
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do AliceWeb-SECEX

5.2.2 Comércio externo do setor têxtil/confeccão no estado de Santa Catarina

A situação de Santa Catarina frente ao mercado externo é muito mais competitiva que a do Brasil. Um aspecto importante a ser observado é que os principais produtos produzidos no estado possuem matéria-prima de origem natural, principalmente o algodão, e como estes produtos sofrem menor concorrência dos produtos oriundos dos países asiáticos, a produção do estado ficou mais protegida dessa forte concorrência. Outro ponto importante é capacitação tecnológica que o estado possui na sua indústria, advinda dos diversos motivos já apresentados, fato que traz vantagens em relação à concorrência externa.

Verifica-se na Figura 17 que o biênio de 2001 e 2002 teve o melhor desempenho do saldo comercial do setor têxtil/confeccões, enquanto que os anos de 2005 e 2006 são os anos da série em que se observa o maior volume de exportações, porém, com grande crescimento das importações em 2006, reduzindo desta forma o saldo comercial do setor no estado. Outro biênio na série que se destaca é o que compreende os anos de 2003 e 2004, onde se verifica que houve redução nas transações comerciais com o exterior, tanto na importação quanto na exportação.

Figura 17: Exportações, Importações e o saldo comercial do setor têxtil-confecções no estado de Santa Catarina entre 1996 e 2006. (US\$ FOB)



Fonte: Fernandes (2008)

Observando os dados desagregados, verifica-se na Tabela 21 que, apesar de se manterem constantes, os saldos do segmento de confecções são sempre muito elevados, enquanto que as matérias-primas da indústria sempre permanecem com saldo negativo.

Tabela 21: Exportações, importações e o saldo do setor têxtil/confecções no estado de Santa Catarina desagregado por tipo de produto, entre os anos de 1996-2006. (em milhões de US\$ - FOB)

	Matéria-prima			Tecidos			Confecções		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1996	20	163	-142	10	12	-1	295	12	283
1997	19	211	-192	8	15	-7	285	17	268
1998	15	176	-161	8	13	-5	244	12	232
1999	1	139	-138	8	12	-5	239	5	234
2000	13	139	-127	8	12	-4	280	5	275
2001	11	66	-55	7	7	0	267	5	262
2002	0	49	-48	7	6	1	242	3	240
2003	17	42	-25	9	6	3	107	3	105
2004	21	82	-61	18	9	9	127	6	122
2005	1	107	-105	19	17	2	311	15	296
2006	20	241	-221	38	29	9	263	46	218

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do AliceWeb-SECEX

No caso dos tecidos, nota-se que a balança comercial é relativamente equilibrada, ora obtendo pequenos déficits, ora obtendo superávits. Entretanto, nas três situações ocorrem movimentos em torno do mesmo número, com o segmento de confecções chegando a elevados níveis de exportação.

Importante mencionar que o que explica a redução do volume exportado e importado nos anos de 2003 e 2004 é a diminuição nas exportações dos artigos confeccionados, quando o saldo chegou a menos da metade do que em anos anteriores. A força das exportações do segmento de confecções no estado de Santa Catarina mostra o potencial deste segmento no estado, já que ao longo do tempo as empresas confeccionistas catarinenses vêm consolidando suas marcas e seus produtos no mercado nacional e nos grandes mercados internacionais.

5.2.3 Destino das exportações da indústria têxtil/confecção de Santa Catarina

Analisando-se na Tabela 22 os principais destinos das exportações do setor têxtil/confecções no estado de Santa Catarina, verifica-se que no período de 1996 a 2006 inicialmente ocorre um processo de concentração das exportações nos Estados Unidos, Argentina e Alemanha, passando no final período a concentrar as exportações principalmente nos Estados Unidos. A Argentina teve sua participação reduzida a partir do ano de 2002, devido fundamentalmente à crise econômica vivenciada pelo país neste período, quando o volume exportado para este país passou de 49 milhões em 2001 para cerca de 5 milhões no ano seguinte. A partir da crise, as exportações para a Argentina têm retornado ao valor de uma década atrás, devido fundamentalmente ao grande intercâmbio comercial existente entre os países.

Tabela 22: Principais países de destino das exportações de produtos dos setores têxtil-confecção de SC, 1996 e 2006. (em milhões de US\$ FOB)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
EUA	44	47	50	62	82	79	111	132	126	116	81
Argentina	42	57	36	38	52	49	5	17	29	34	38
Alemanha	58	35	26	26	25	24	27	27	26	20	11
Chile	12	10	9	8	11	8	9	9	10	11	9
Itália	7	6	4	4	2	2	3	4	5	5	6
Paraguai	11	13	10	7	8	8	4	4	5	7	7
Outros	79	76	67	58	60	61	57	65	87	85	81
Total	252	243	201	203	240	232	216	258	287	279	232

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do AliceWeb-SECEX

Assim como EUA e Argentina representam grande parte do destino das exportações catarinenses de têxteis/confecções, os blocos econômicos aos quais estes países pertencem

também têm grande representatividade para o destino da produção têxtil/confeccionista catarinense.

Tabela 23: Exportações de produtos do setor têxtil-confecção de SC por blocos econômicos regionais, 1996-2006. (em milhões de US\$ FOB)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nafta	45	49	53	64	86	82	113	136	130	121	86
Mercosul	61	79	58	55	72	72	18	28	46	53	55
União Européia	111	78	58	59	53	51	59	69	83	69	59
Outros	35	36	32	26	30	27	25	24	29	36	32
Total	252	243	201	203	240	232	216	258	287	279	232

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do AliceWeb-SECEX

Verifica-se na Tabela 23 que no ano de 1996 o principal destino das exportações da indústria têxtil/confeccionista catarinense era a União Européia, consumindo quase metade do total exportado pela indústria. MERCOSUL e NAFTA eram respectivamente segundo e terceiro lugar no destino das exportações. Entretanto, em 2006 esta relação se inverte passando o NAFTA a receber a maior parte do destino das exportações. Os Estados Unidos tem papel fundamental neste panorama, uma vez que dos 86 milhões de dólares exportados para o NAFTA em 2006, os Estados Unidos ficam com 81 milhões da produção, conforme verificado na Tabela 22. Assim como, a Argentina que representa grande parte da demanda do MERCOSUL, sendo que no ano da crise, 2002, as exportações para o MERCOSUL também diminuem consideravelmente. Verifica-se também uma redução das exportações do segmento têxtil/confeccionista de Santa Catarina a partir de 2004, certamente influenciado pelo câmbio valorizado da época.

5.3 Principais entraves à exportação para as empresas brasileiras

A Confederação Nacional das Indústrias (CNI) realizou no ano de 2002 uma pesquisa que avalia as condições de inserção no mercado externo das empresas brasileiras. Desta pesquisa podem ser retiradas diversas informações a cerca dos principais entraves à exportação das empresas brasileiras.

Os principais obstáculos à expansão das exportações apontados pelas empresas em nível nacional se referem basicamente às etapas finais do processo de exportação, mais especificamente após a chegada da mercadoria no porto de saída. Conforme se pode observar

na Figura 18, a burocracia alfandegária e os custos portuários, com respectivamente, 40,8% e 37,3% são os principais entraves para as empresas consultadas pela CNI.

Nota-se também que 32% das empresas identificaram o custo do frete internacional como um importante entrave à exportação, sendo esta uma dificuldade encontrada nas etapas posteriores à chegada da mercadoria no porto de partida. Também presente no segundo grupo de entraves de maior relevância, está a dificuldade de acesso ao financiamento das exportações, opção mencionada por 31,8% das empresas. Este já se trata de um problema interno, enfrentado principalmente pelas micro e pequenas empresas e sendo para as empresas deste porte, por muitas vezes a principal dificuldade, uma vez que estas não têm condições nem garantias para adquirir crédito. A presença desse entrave como sendo dos mais citados pelas empresas reflete a ineficiência das ações governamentais para a melhoria dos programas oficiais de crédito ao setor exportador, sendo que programas não chegam a maioria das empresas.

Figura 18: Principais entraves à expansão das exportações - Brasil (2002)



Fonte: CNI (2002)

Observa-se também que o terceiro bloco de entraves mais importantes é composto por canais de comercialização e burocracia tributária, com respectivamente 23,9% e 22,6% das empresas assinalando estas dificuldades. Cabe ressaltar que diante dos apontamentos assinalados pelas empresas, referente à dificuldade de ressarcimento de créditos tributários (18,7% das empresas), a questão tributária, no seu todo, aparece como terceiro principal obstáculo às exportações, correspondendo a aproximadamente 36% das empresas. Nota-se que mais uma vez que aspectos governamentais, no caso a elevada burocracia, aparecem como entrave para as empresas expandirem sua exportação, fato que prejudica inclusive o governo, pois deixando de promover a exportação reduz seus saldos da balança comercial e com isso diminui sua capacidade de financiar as contas com o exterior.

É importante destacar o mencionado na publicação da CNI (2002, p.13), referente ao custo do frete internacional, que se apresenta como o principal problema para as empresas de diversos setores de atividade, sendo relevante para esta pesquisa o caso do segmento têxtil. Entretanto, coloca que os setores de vestuário, couros, e calçados não apresentam esta questão como um entrave relevante. Para as empresas do setor de vestuário, a publicação menciona que o principal problema é o acesso e a qualidade dos serviços de promoção das exportações, e isso é facilmente explicado, pois como este setor é composto basicamente por micro e pequenas empresas, e tendo estas empresas grande dificuldade para a obtenção de crédito, consequentemente o setor não encontra grandes possibilidades de promoção para a exportação de seus produtos. Os canais de comercialização é outro entrave de grande importância para os segmentos de vestuário e têxtil, já que as empresas destes setores encontram grande concorrência vinda da Ásia, principalmente da China, que possui todos os componentes de competitividade necessários neste setor.

5.4 Análise amostral das MPE's de Santa Catarina do segmento de confecção

Em vista das dificuldades encontradas pelas empresas exportadoras brasileiras, julga-se importante verificar se as micro e pequenas empresas do setor de confecções de Santa Catarina se encontram na mesma situação. Para tanto, aplicou-se um questionário (Anexo) onde foram tratados os principais pontos referentes às dificuldades encontradas por estas empresas para exportar.

Utilizou-se uma amostra aleatória de micro e pequenas empresas da indústria têxtil/confeção, com o objetivo de verificar seus principais entraves para inserção no comércio internacional.

A amostra de empresas entrevistadas é composta por 45% de microempresas e 55% de pequenas empresas. As empresas estão distribuídas em alguns municípios pelo estado de Santa Catarina, o que permite que a análise não seja centralizada em uma região, mas em todo o estado. A distribuição das empresas amostradas por município está da seguinte forma:

- Blumenau - 6%; Brusque - 24%; Criciúma - 12%; Descanso - 6%; Florianópolis - 6%; Garopaba - 6%; Gravatal - 6%; Guabiruba - 6%; Guaramirim - 6%; Jaraguá do Sul - 6%; Joinville - 6%; Timbó - 6%; Urussanga - 6%.

Deste total, constata-se que 35% exportam seus produtos, enquanto que os 65% restantes realizam sua produção apenas em nível nacional. Verifica-se ainda que 82% das empresas produzem basicamente confecção de roupas e agasalhos, enquanto que 18% direcionam sua produção para confecção de outros artefatos de tecido – exclusive produzidos nas fiações e tecelagens.

Tabela 24: Características de atuação no mercado externo das MPE's do segmento de confecções em SC - 2008

	Sim	Não
A empresa exporta regularmente para alguns mercados já estabelecidos no exterior.	67%	33%
A empresa busca constantemente novos mercados e canais para exportação	33%	67%
A empresa tem capacidade de entrada em vários mercados	17%	83%
A empresa consegue sustentar e aumentar progressivamente sua participação nos mercados estabelecidos	33%	67%
A empresa atua de forma conjunta, através de consórcios ou associações, em alguns mercados	17%	83%
A empresa participa em todas as feiras importantes do setor nos principais mercados onde atua	17%	83%

Fonte: Pesquisa de campo

Conforme Tabela 24, verifica-se que uma questão importante na visão das empresas catarinenses exportadoras refere-se a sua competitividade no mercado externo. A grande maioria das empresas, representadas por 83%, não acredita na sua capacidade de entrada em outros mercados internacionais. Paralelo a isso, o mesmo percentual de empresas não participa de nenhuma forma conjunta de exportação, como consórcios ou associações, tão pouco participa de feiras importantes do setor. Nota-se também que 67% das empresas

entrevistadas exportam para mercados já estabelecidos, e certamente a demanda que lhe corresponde é suficiente para que sua produção permaneça nos mesmos níveis que se encontra.

Referente à característica dos produtos exportados, é importante notar na Tabela 25 que 83% das empresas entrevistadas identificam que seus produtos não são reconhecidos nem competitivos no mercado internacional. Além disso, 67% não produzem algo direcionado para o mercado externo, o que sugere que apesar de os produtos não serem reconhecidos internacionalmente, a produção também não é desenvolvida especificamente para o exterior. Identifica-se, também, que 67% das empresas não têm seus produtos valorizados em função da marca, o que reforça o fato de as empresas não desenvolverem produtos específicos para o exterior.

Outra questão refere-se à formação de preço do produto, onde metade das empresas baseia sua competitividade no valor da sua mercadoria. Por fim, referente a característica dos produtos é interessante notar que apenas 17% das empresa têm sua totalidade de produtos direcionados ao mercado externo. Portanto, os 83% restantes não conseguem direcionar toda a sua produção para o mercado externo, estando sujeitas a exportação de apenas uma parte de sua produção.

Tabela 25: Características dos produtos exportados das MPE's do segmento de confecções em SC - 2008

	Sim	Não
A estratégia competitiva utilizada no mercado internacional é o preço do produto	50%	50%
A empresa exporta produtos diferenciados e/ou especialidades com valor agregado	50%	50%
A empresa desenvolve produtos específicos para os mercados alvo no exterior	33%	67%
Os produtos exportados pela empresa são reconhecidos e competitivos no mercado internacional	17%	83%
Os produtos exportados são valorizados no mercado em função da marca ou nome da empresa	33%	67%
Todos os tipos de produtos comercializados pela empresa no mercado interno são também exportados	17%	83%

Fonte: Pesquisa de campo

Posterior a análise das características das empresas e produtos, parte-se através dos resultados apresentados na aplicação do questionário para uma análise dos obstáculos para a exportação das micro e pequenas empresas do setor têxtil/confecção de Santa Catarina. No caso das micro e pequenas empresas de Santa Catarina, pode-se verificar na Tabela 26 que dentre os principais entraves à expansão das exportações, as empresa dão grande importância

principalmente para a burocracia tributária e burocracia alfandegária (83% e 67% respectivamente), para a questão do frete internacional com 67% das empresas, e para o financiamento das exportações, também com 67%. Percebe-se uma tendência que vai de encontro à realidade nacional, onde grande parte das empresas aponta como empecilho à exportação basicamente a burocracia, o transporte, e o crédito. Este último entrave se deve destacar, pois das dificuldades mencionadas pelas empresas é a que mais o governo pode intervir. Na medida em que grande número de micro e pequenas empresas estão inseridas nesta indústria, outras linhas de financiamento que promovessem a exportação traria benefício para toda a indústria. Importante também destacar a pouca importância das empresas dada aos custos tributários e dificuldade no ressarcimento de créditos tributários. Julga-se que, diante da dificuldade do pouco conhecimento que a maioria das empresas tem sobre todas as possibilidades que o comércio exterior proporciona, muitas empresas não conheçam a possibilidade do ressarcimento de créditos tributários, já que em se tratando de burocracia, esta deveria ser uma das principais dificuldades encontradas pelas empresas.

Outra questão pouco abordada pelas empresas como importante é o acesso e a qualidade dos serviços de apoio à promoção das exportações. Sendo o estado catarinense bastante inserido na indústria têxtil mundial, e, tendo grande parte das empresas entrevistadas mercados já estabelecidos no exterior, julga-se que a pouca importância dada a esta questão é devido a não necessidade por parte das empresas entrevistadas deste tipo de auxílio.

Tabela 26: Entraves à expansão das exportações das MPE's do segmento de confecções em SC - 2008

	1	2	3
Acesso e/ou qualidade dos serviços de apoio à promoção das exportações	33%	17%	50%
Burocracia alfandegária/aduaneira	67%		33%
Burocracia tributária	83%	17%	
Custo do transporte interno	50%	17%	33%
Custos portuários e aeroportuários	50%	33%	17%
Custo do frete internacional	67%	17%	17%
Custos tributários e dificuldade no ressarcimento de créditos tributários	33%		67%
Dificuldade de acesso ao financiamento das exportações	67%	33%	
Taxa de câmbio	50%	50%	

Fonte: Pesquisa de campo

*Os números 1 a 3, classificam do primeiro ao terceiro principal fator.

Muitas empresas não têm conhecimento dos aspectos operacionais referentes ao processo de exportação, fundamentalmente as MPE's. Entretanto, quando estas realizam a comercialização da sua produção, diversos pontos são levantados como entraves para a exportação. Verifica-se na Tabela 27, de forma impressionante, que os aspectos operacionais

não são apontados como grandes dificultadores. Questões como o despacho aduaneiro e a emissão de documentos mostram-se não muito relevantes, pois apenas metade das empresas entrevistadas assim os considerou. O foco das dificuldades operacionais se encontra nas negociações bancárias, que certamente se deve ao fato das poucas garantias que as empresas possuem, diante das grandes exigências que os bancos impõem, novamente destacando que o segmento é basicamente composto por micro e pequenas empresas. Novamente surge a importância do impacto positivo que medidas governamentais trariam para o segmento, uma vez que maiores possibilidades de crédito, através de linhas de financiamento, seriam uma alternativa as linhas de crédito bancário.

Tabela 27: Aspectos operacionais de maior dificuldade para as MPE's do segmento de confecções em SC - 2008

	1	2	3
Transporte/frete interno	17%	33%	50%
Armazenagem no porto seco/aeroporto/porto marítimo	17%	17%	67%
Atividades portuárias (capatazia/THC), aeroportuárias, transbordo na fronteira	33%	17%	50%
Despacho aduaneiro	50%	33%	17%
Negociações bancárias	67%	17%	17%
Emissão de documentos	50%	17%	33%

Fonte: Pesquisa de campo

*Os números 1 a 3, classificam do primeiro ao terceiro principal fator.

Destacando a questão do financiamento, aspecto de extrema importância para promoção das exportações, fundamentalmente para as micro e pequenas empresas, verifica-se na Tabela 28 que poucas ou nenhuma empresa, considera esta questão como de baixa importância. Observa-se que a maioria das empresas tem grandes dificuldades devido a baixa escala de exportações (67% das empresas entrevistadas), que lhe confere poucas garantias; e à documentação requerida da empresa, certamente devido a falta de uma estrutura que lhe permita ter de forma organizada toda a documentação exigida. Também, foi dada importância à falta de informações sobre as linhas de financiamento, assim como metade das empresas considera que os prazos do financiamento são inadequados, que os custos (juros) são elevados, além de considerar que possuem poucas garantias reais frente as grandes exigências para liberação do financiamento.

Tabela 28: Dificuldades de financiamento para as MPE's do segmento de confecções em SC - 2008

	1	2	3
Acesso à informação sobre as linhas	50%	17%	33%
Baixa escala de exportações	67%	17%	17%
Elevado custo	50%	50%	
Prazo inadequado	50%	33%	17%
Recursos insuficientes	33%	50%	17%
Exigências de garantias reais	50%	33%	17%
Documentação requerida da empresa	67%	33%	

Fonte: Pesquisa de campo

*Os números 1 a 3, classificam do primeiro ao terceiro principal fator.

Percebe-se a grande insuficiência de condições para obter financiamento para as empresas entrevistadas, fato que as próprias empresas consideram como um forte entrave para a promoção de suas exportações. Salienta-se o papel do governo em prover medidas necessárias a essa insuficiência, seja desburocratizando, seja cobrando garantias possíveis às MPE's, visto que o financiamento é fator fundamental para um melhor arranjo da empresa, e com isso obter maiores condições de competitividade frente ao mercado externo.

Tabela 29: Medidas governamentais para as MPE's do segmento de confecções em SC - 2008

	1	2	3
Melhoria da sistemática para compensação de Créditos Tributários para compensação de ICMS e IPI	33%	67%	
Simplificação adicional dos regimes aduaneiros especiais (drawback, entreposto aduaneiro, etc.)	33%	50%	17%
Operação contínua e ininterrupta das aduanas, nos principais pontos de saída do país	17%	50%	33%
Simplificação dos procedimentos aduaneiros na exportação	33%	50%	17%
Condições de financiamento à exportação	83%	17%	
Sistema de garantias aos financiamentos	100%		
Desoneração tributária	100%		
Infra-estrutura dos portos e aeroportos	17%	50%	33%
Infra-estrutura de transporte doméstico		50%	50%

Fonte: Pesquisa de campo

*Os números 1 a 3, classificam do primeiro ao terceiro principal fator.

Em itens específicos sobre as medidas governamentais, as empresas foram questionadas sobre quais medidas contribuiriam para aumentar sua competitividade. Foram recorrentes as questões sobre a tributação e as garantias para financiamento, sendo que, conforme Tabela 29, todas as empresas consideraram estas questões como de grande importância. A questão do financiamento, também novamente, é considerada de grande importância, respondendo por 83% das empresas. Surpreendentemente, se verifica que um baixo número das empresas entrevistadas considera questões de infra-estrutura (aduanas, portos,

aeroportos, e transporte doméstico) como de grande importância, apesar de serem constantes problemas relativos a greves de portos, baixa qualidade da malha rodoviária (que eleva os custos de frete), além da grande debilidade do setor aéreo atualmente no Brasil.

Neste contexto, a avaliação do resultado dos questionários aplicados a cerca da apreciação das empresas exportadoras da indústria têxtil/confecção de Santa Catarina, sobre as principais facilidades e entraves da atuação no mercado internacional, conclui-se que questões operacionais e de financiamentos são as que mais impactam na competitividade das empresas entrevistadas. Diante disso, as empresas deram grande importância às medidas governamentais no sentido de proporcionar uma melhoria de condições para a atuação das MPE's catarinenses do segmento de confecções frente ao mercado externo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou os determinantes da atuação das micro e pequenas empresas do segmento de confecções frente ao mercado externo. Para tanto, há de considerar a importância das empresas de pequeno porte dentro da dinâmica econômica atual.

A 2ª Revolução Industrial ocorrida no Século XVIII era baseada na produção em grande escala, com o surgimento de grandes indústrias empregando grande número de mão-de-obra. Esse padrão produtivo foi reforçado na era fordista, implantada no início de século XX, onde novos processos foram inseridos na linha de produção, de forma a aumentar cada vez mais a produtividade. Com isso, criou-se uma linha de produção em série, que resultava em intensa padronização dos produtos, necessária para chegar aos níveis de produtividade desejados. Este padrão produtivo entrou em crise nos anos 70, diante de uma intensa reorganização em sua estrutura, motivada principalmente pela inserção de novas e importantes inovações tecnológicas nas linhas de produção. Com efeito, instalou-se a chamada 3ª Revolução Industrial, com intensa mudança no modo de produção, e criando um novo padrão produtivo tecnológico.

Processos terceirizados e desverticalizados trouxeram nova dinâmica a produção, e o resultado foi uma intensa flexibilização da produção. As grandes indústrias da época não tinham a flexibilidade exigida no novo paradigma produtivo, e, com isso, a nova dinâmica econômica revelou um importante papel para as micro e pequenas empresas. Diante do novo padrão produtivo, as pequenas empresas dão condições de haver agilidade e flexibilidade na produção, de forma a atender os novos padrões de consumo da sociedade. Além disso, as pequenas empresas atuam não apenas no aspecto produtivo, mas também social, pois são grandes responsáveis pela alocação da mão-de-obra, tirando muitos trabalhadores da informalidade, desconcentrando a distribuição de renda, e, com isso, gerando estabilidade social.

No Brasil, as micro e pequenas empresas têm papel de extrema importância, somando em 2005 mais de seis milhões de estabelecimentos. Aproximadamente metade do número de empresas está localizada na região sudeste, devido à alta concentração populacional e desenvolvimento econômico da região. Em Santa Catarina, este número chega a quase trezentos mil, representando mais de 98% do total de estabelecimentos no estado. As MPE's se concentram basicamente no comércio, apesar de terem grande importância também na indústria e serviços. Referente à indústria, as micro e pequenas empresas catarinenses se

concentram basicamente nas microrregiões de Blumenau e Joinville devido ao grande parque industrial existente nestas regiões. As cidades de Blumenau, Joinville, Criciúma e Florianópolis têm grande destaque no número de pequenos estabelecimentos na indústria, representando mais de $\frac{1}{5}$ do total do estado. Destacam-se diversas atividades na indústria catarinense, mas principalmente a confecção de peças do vestuário, com mais de 15% do total de estabelecimentos. Diante desta importância do segmento vestuarista para o estado de Santa Catarina, é que se optou pelo estudo deste setor.

A indústria têxtil é considerada como uma das indústrias mais importantes da indústria de transformação nacional. Esta indústria foi “protegida” pelo governo até os anos 90, quando no momento da abertura comercial teve que se adaptar rapidamente as diversas mudanças em sua estrutura produtiva a nível internacional. A indústria onde predominava a exploração intensa da mão-de-obra como fator de competitividade, após o processo de reestruturação, foca em seus elos especiais da cadeia, como produção de tecnologia, marca, design, e comercialização. A produção mundial da indústria é liderada pelos chineses, pois, ainda que hoje o uso da mão-de-obra não seja o principal fator de competitividade desta indústria, a China tem uma grande mão-de-obra produzindo à custos mínimos, além de ter melhorado muito sua posição na indústria através da comercialização e produção de tecnologia. O Brasil é o sétimo maior produtor mundial, entretanto quando analisados os exportadores, o país não se encontra na lista dos principais, devido fundamentalmente ao fato de produzir produtos de baixo valor agregado.

No caso de Santa Catarina, o início desta indústria se deu devido a colonização européia, que trouxe grande competitividade a indústria catarinense, devido a seus fundadores possuírem grande conhecimento empresarial e perfil empreendedor. Hoje, é dos principais segmentos industriais, correspondendo ao terceiro estado mais importante do país no número de estabelecimentos e emprego da mão-de-obra. Esta indústria está situada principalmente nas microrregiões de Blumenau e Joinville, e possui cerca mais de 80% dos estabelecimentos concentrados na produção de confecções. Ainda diante da forte concorrência internacional, o estado possui certa concorrência internacional, tendo, no entanto, algumas dificuldades referentes a exportação.

Diante deste panorama, foi aplicado questionário de pesquisa de campo com vistas a identificar quais são os principais entraves das micro e pequenas empresas do segmento de confecções de Santa Catarina para se inserirem no mercado internacional. Para tanto, foi selecionada uma amostra aleatória de empresas, que se mostra bastante distribuída pelo estado, de forma a não concentrar os resultados em determinada região.

Uma característica importante das empresas entrevistadas é que as mesmas exportam regularmente, mas para mercados já estabelecidos, não conseguindo aumentar sua participação nestes mercados, tão pouco sua capacidade de entrada em vários mercados. Além disso, os produtos comercializados pelas empresas também são apontados como pouco reconhecidos ou competitivos no mercado internacional, além de não terem valorização alguma em função da marca. Referente aos resultados sobre os principais entraves, a pesquisa mostra que as empresas exportadoras ainda são bastante afetadas por entraves específicos do país, sendo que as dificuldades se referem, sobretudo, à questão do acesso ao financiamento e ao alto custo imposto pelo sistema tributário.

O sistema tributário brasileiro se apresenta como um entrave considerável para as exportações do País. Contrariando o ocorrido nos países desenvolvidos, o sistema tributário brasileiro se baseia consideravelmente em tributos cumulativos, resultando em repasse dos tributos para a exportação e, com isso, aumento do preço de venda e perda de competitividade. Ainda que alguns tributos apresentem mecanismos de ressarcimento, a falta de conhecimento e a burocracia inibem as micro e pequenas empresas. Referente às linhas oficiais de financiamento à exportação, estas ainda se encontram distantes da maior parte das empresas entrevistadas. Em correspondente estudo do CNI (2002) constata-se que apenas 1/5 das empresas exportadoras se utiliza de tais linhas. Muitas empresas apontam que não fazem o uso por falta de conhecimento, mas a maioria é devido a altas exigências de garantias reais para a sua realidade. Estes problemas, aliados as dificuldades encontradas nas negociações bancárias e na documentação requerida pela empresa, impactam de grande forma o desempenho exportador das empresas entrevistas, sobretudo por serem empresas de menor porte.

Como proposição de políticas de desenvolvimento, as empresas entrevistadas apontam que a desoneração tributária e a questão do acesso aos financiamentos são as principais medidas a serem adotadas pelo governo para auxiliar a promoção das exportações destas empresas.

Pode-se considerar diante da pesquisa realizada que a expansão das exportações das micro e pequenas empresas do segmento ainda é fortemente atrelada a atuação do governo, principalmente em pontos como a desoneração tributária e a melhoria das condições de financiamento à exportação. Esta situação, no entanto, também é devido a forma de organização da indústria têxtil/confecção mundial, com a produção distribuída de acordo com o valor agregado pelo produto entre as diversas regiões do mundo, ficando os países de menor competitividade com a produção dos elos fracos da cadeia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Guilherme de Araújo. **Dinâmica competitiva das micro e pequenas empresas no cluster industrial têxtil-vestuário do Vale do Itajaí – SC**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Economia, Florianópolis, 2002.

ANTERO, Samuel A. **Articulação de políticas públicas a partir dos fóruns de competitividade setoriais: a experiência recente da cadeia produtiva têxtil e de confecções**. Rio de Janeiro, 2005.

ARIENTI, Wagner Leal. **Fordismo e Pós- Fordismo: uma abordagem regulacionista**. Anais do II Encontro Nacional de Economia Política. PUC/SP, 1997.

_____. **Do Estado Keynesiano ao Estado Schumpeteriano**. Revista de Economia Política, vol. 23, nº 4, 2003.

As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

FERNANDES, Ricardo Lopes. **Capacitação e estratégias tecnológicas das empresas líderes da indústria têxtil-confecções no estado de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Economia, Florianópolis, 2008.

FILHA, Dulce Corrêa Monteiro; CORRÊA, Abidack. **O Complexo Têxtil**. Brasília: BNDES, 2000.

FILHA, Dulce Corrêa Monteiro; SANTOS, Angela Maria Medeiros M. **Cadeia Têxtil - Estruturas e Estratégias no Comércio Exterior**. Brasília: BNDES, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GORINI, Ana Paula Fontenelle. **Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, 2000.

IEMI – Instituto de Estudos do Marketing Industrial. **Brasil Têxtil 2005: Relatório Setorial da Cadeia Têxtil Brasileira**. Free Press Editorial, São Paulo, v. 5 n. 5 Agosto de 2005, p. 180.

LUPATINI, Márcio. **Relatório Setorial Preliminar: Têxtil e Vestuário**. Janeiro de 2004.

HENSCHER, Ricardo. **A reestruturação do setor têxtil-vestuarista de Brusque diante das mudanças econômicas dos anos 1990: uma abordagem à luz da noção de eficiência coletiva**. Florianópolis, 2002. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia: tratado introdutório**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 2v. (Os Economistas)

Marx, Karl. **O Capital** - Livro I. Trad. Barbosa, R. e Kothe, F. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. **ALICEWEB**.

Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais – Rais, 2005**.

MIRANDA, Cecília Ferreira de; Silva, Claude André Jensen Araripe Monteiro da; Benício, Luciano Felipe de Carvalho. **A importância dos micro e pequenos empreendimentos na estrutura produtiva**. Rio de Janeiro, 1998

MONTEIRO, Dulce Corrêa, SANTOS, Angela M. Medeiros. **Cadeia Têxtil: Estruturas e Estratégias no Comércio Exterior**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 113-136, mar. 2002

Onde estão as Micro e Pequenas Empresas em São Paulo. São Paulo: SEBRAE, 2006.

Os Problemas da Empresa Exportadora Brasileira. Brasília: CNI, 2002.

PROCHNIK, Vitor. **Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impacto de zonas de livre comércio – Cadeia Têxtil e Confecções**. Nota Técnica Final, MDCI/FINEP/NEIT-IE-UNICAMP, Campinas, Dezembro de 2002.

SANTOS, Brunna Melo. **Avaliação da capacidade inovativa das micro e pequenas empresas do arranjo produtivo vestuarista do município de Brusque – SC.** Florianópolis, 2007. 176 p. (Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina).

SOUZA, Maria Carolina de Azevedo F. de. **Pequenas e médias empresas na reestruturação industrial.** Brasília: Ed. SEBRAE, 1995.

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

1. A ORGANIZAÇÃO

- () **micro** – até 9 funcionários
 () **pequena** – de 10 a 49 funcionários
 () **média** – de 50 a 99 funcionários
 () **grande** – acima de 100 funcionários

1.1 Razão Social: _____

1.2 Endereço: _____

1.3 Fone: (____) _____ e-mail: _____

1.4 Origem do capital (%): () Nacional () Multinacional

1.5 Composição Acionária (%): () Familiar () Limitada () S.A.

1.6 Data de Fundação: ____ / ____ / ____

1.7 Possui Filiais: () Não () Sim Quantidade: _____

1.8 Faturamento anual:

- | | |
|--|--|
| () até R\$ 100.000,00 | () de R\$ 101.000,00 até R\$ 200.000,00 |
| () de R\$ 201.000,00 até R\$ 300.000,00 | () de R\$ 301.000,00 até R\$ 400.000,00 |
| () de R\$ 401.000,00 até R\$ 500.000,00 | () acima de R\$ 501.000,00 |

1.9 Responsável pelas informações: _____

1.10 Cargo Funcional: _____

2. PROCESSO PRODUTIVO

2.1 Eficácia da produção

Identifique o grau de importância sobre a eficácia da produção, das seguintes medidas adotadas na empresa:

OBS: Atribua 1 para muito importante, 2 para importante, 3 para pouco importante, 4 para nenhuma importância e 5 para não se aplica.

Critérios	1	2	3	4	5
Diminuição dos custos dos insumos					
Modernização de instalações, processos, e tecnologias					
Treinamento de pessoal					
Terceirização, otimizando a produção					
Flexibilização da produção para novos produtos					
Melhoramento do lay-out da fábrica					
Otimização do uso das máquinas / mix de produção					
Racionalização de tarefas, aumentando a produtividade					
Outras (especificar):					

2.2 Terceirização

Aponte quais das atividades indiretas mencionadas abaixo são terceirizadas pela empresa:

	Sim	Não
Produção		
Manutenção		
Lay-out		
Informática		
Design		
Serviços administrativos		
Outras (especificar):		

3. PRODUTOS

3.1 Atributos dos produtos produzidos

Identifique a importância dos principais atributos dos produtos de sua empresa:

OBS: Atribua 1 para muito importante, 2 para importante, 3 para pouco importante e 4 para nenhuma importância e 5 para não se aplica.

	1	2	3	4	5
Baixo preço					
Prazo de entrega					
Diferenciação dos produtos em relação ao mercado					
Design					
Qualidade					
Outros (especificar):					

3.2 Formas de diferenciação de produto

Aponte quais são as formas mais importantes de diferenciação de produto, utilizadas pela empresa:

OBS: Atribua 1 para muito importante, 2 para importante, 3 para pouco importante e 4 para nenhuma importância e 5 para não se aplica.

	1	2	3	4	5
Inovação do produto					
Forma de apresentação					
Qualidade do produto					
Publicidade					
Rapidez na entrega					
Outras (especificar):					

3.3 Sistemas de controle de qualidade

a) A empresa utiliza sistemas e testes de controle de qualidade da produção?

() Sim () Não

b) As inspeções e os testes são realizados:

Em todo o processo produtivo ()

Em algumas etapas do processo produtivo ()

Somente no produto final ()

Outros (especificar): _____

3.4 Principais produtos da empresa

Identifique quais são os principais produtos de sua empresa, dividindo-os de acordo com a sua porcentagem (%) de participação no volume total de produção:

Produtos	% de participação no volume total de produção
Cama	%
Mesa	%
Banho	%
Vestuário	%
Malhas	%
Rendas	%
Jeans	%
Decoração	%
Outros (especificar):	%

3.5 Capacidade competitiva da empresa em relação ao seu principal produto

Aponte a importância dos fatores determinantes para manter a capacidade competitiva na principal linha de produto da empresa:

OBS: Atribua 1 para muito importante, 2 para importante, 3 para pouco importante e 4 para nenhuma importância e 5 para não se aplica.

	1	2	3	4	5
Qualidade da matéria-prima					
Custo de matéria-prima					
Qualidade de mão-de-obra					
Custo de mão-de-obra					
Qualidade do produto					
Nível tecnológico dos equipamentos					
Design do produto					
Publicidade					
Novas estratégias de comercialização					
Capacidade de atendimento (volume e prazo)					
Preço					
Outros (especificar):					

4. RECURSOS HUMANOS

Número de empregos diretos gerados pela empresa: _____

Número de empregos indiretos gerados pela empresa: _____

4.1 Grau de qualificação da mão-de-obra

Aponte o número de funcionários segundo o grau de escolaridade:

Níveis de formação	Número de empregados	% do total de empregados
Primeiro grau incompleto		
Primeiro grau completo		
Segundo grau incompleto		
Segundo grau completo		
Superior incompleto		
Superior completo		
Pós-graduação		
Total		100%

4.2 Capacitação e treinamento da mão-de-obra

Avalie a qualificação da mão-de-obra da empresa:

() Bem Adequada

- () Adequada
- () Parcialmente adequada
- () Não é adequada

4.3 Qualificação da mão-de-obra regional

Aponte as principais vantagens relacionadas ao perfil de qualificação da mão-de-obra existente na região:

OBS: Atribua 1 para muito importante, 2 para importante, 3 para pouco importante e 4 para nenhuma importância e 5 para não se aplica.

	1	2	3	4	5
Escolaridade formal de primeiro e segundo graus					
Escolaridade de nível superior e técnico					
Conhecimento prático e/ou técnico na produção					
Disciplina					
Capacidade para aprender novas qualificações					
Outras (especificar):					

4.4 Desempenho da mão-de-obra

Classifique o desempenho da mão-de-obra de sua empresa quanto:

OBS: Atribua 1 para excelente, 2 para muito bom, 3 para bom, 4 para regular, e 5 para ruim.

	1	2	3	4	5
Produtividade					
Qualidade					
Assiduidade					
Inovatividade					

5. FORNECEDORES

5.1 Escolha do fornecedor

Identifique os principais critérios adotados por sua empresa na escolha do fornecedor de insumos/matéria-prima:

OBS: Atribua 1 para muito importante, 2 para importante, 3 para pouco importante e 4 para nenhuma importância e 5 para não se aplica.

	1	2	3	4	5
Baixo preço					
Facilidade nas negociações para pagamento					
Prazo de entrega					
Diferenciação					
Atendimento					
Qualidade					
Busca de relações de longo prazo / parceria					

6. COMERCIALIZAÇÃO / MERCADO

6.1 Destino da produção da empresa

Aponte o percentual das vendas, segundo seu destino:

Destino	% de participação no volume total de vendas
Mercado interno (Brasil)	%
América do Sul (MERCOSUL)	%
América do Sul (demais países)	%
América do Norte	%
Europa	%
Ásia	%
Outros (especificar)	%
	100%

7. PREÇO

7.1 Formação de preço

Quais as bases utilizadas para a fixação de preços?

OBS: Atribua 1 para muito importante, 2 para importante, 3 para pouco importante e 4 para nenhuma importância e 5 para não se aplica.

	1	2	3	4	5
Custo total, mais uma “margem” percentual?					
Em função do mercado (oferta x demanda)					
Retorno mínimo de capital investido					
Evitar a entrada de novas empresas no setor (concorrência)					
Outras (especificar):					

7.2 Fatores que influenciam na composição do preço do produto

Identifique a importância dos seguintes fatores na composição do preço do produto

OBS: Atribua pesos percentuais de acordo com a importância dos mesmos na composição do preço final.

	Peso (%)
Custo fixo	
Mão-de-obra	
Custo administrativo	
Custo de vendas (logística)	
Publicidade	
Fornecedores	
Outros (especificar):	
	100%

8. EXPORTAÇÃO

8.1 Caracterização da atividade exportadora

A empresa exportou alguma vez?

() NÃO

() SIM

No caso de a empresa já ter exportado, assinale a participação das exportações no total da receita operacional bruta:

() até 20%

() de 61% a 80%

() de 21% a 40%

() acima de 81%

() de 41% a 60%

a) Características da atuação no mercado externo

	Sim	Não
A empresa exporta regularmente para alguns mercados já estabelecidos no exterior.		
A empresa busca constantemente novos mercados e canais para exportação		
A empresa tem capacidade de entrada em vários mercados		
A empresa consegue sustentar e aumentar progressivamente sua participação nos mercados estabelecidos		
A empresa atua de forma conjunta, através de consórcios ou associações, em alguns mercados		
A empresa participa em todas as feiras importantes do setor nos principais mercados onde atua		

b) Características dos produtos exportados

	Sim	Não
A estratégia competitiva utilizada no mercado internacional é o preço do produto		
A empresa exporta produtos diferenciados e/ou especialidades com valor agregado		
A empresa desenvolve produtos específicos para os mercados alvo no exterior		
Os produtos exportados pela empresa são reconhecidos e competitivos no mercado internacional		
Os produtos exportados são valorizados no mercado em função da marca ou nome da empresa		
Todos os tipos de produtos comercializados pela empresa no mercado interno são também exportados		

c) Estrutura da equipe de comércio exterior

	Sim	Não
A empresa possui pessoal específico com a responsabilidade pela atuação no mercado externo		
O responsável pela área de exportação possui formação específica e dedica-se exclusivamente a esta atividade		
A empresa investe constantemente em treinamento e qualificação da equipe de comércio exterior		
A empresa possui pessoal próprio ou representante exclusivo nos principais mercados do exterior		

d) Transporte nacional

Assinale a modalidade mais usual para o transporte de seus produtos em território nacional (transporte interno):

OBS: marque 1 para a modalidade mais usada, 2 para a segunda mais usada, e 3 para a terceira modalidade mais usada.

- ☐ Empresa não tem conhecimento / importadores retiram produto na empresa
- ☐ Rodoviário
- ☐ Ferroviário
- ☐ Hidroviário
- ☐ Aéreo
- ☐ Outras (especificar): _____

e) Transporte Internacional

Assinale de que forma os produtos de sua empresa saíram do Brasil nas suas exportações:

OBS: marque 1 para a modalidade mais usada, 2 para a segunda mais usada, e 3 para a terceira modalidade mais usada.

- ☐ Empresa não tem conhecimento / importadores retiram produto na empresa
- ☐ Porto marítimo
- ☐ Aeroporto
- ☐ Fronteira terrestre rodoviária
- ☐ Fronteira terrestre ferroviária
- ☐ Outras (especificar): _____

8.2 Obstáculos para exportar

Assinale, dentre os fatores abaixo, os três (3) principais entraves à expansão das exportações da sua empresa:

OBS: marque de 1 a 3 para os classificar do primeiro ao terceiro principal fator.

- ☐ Não identifica dificuldades
- ☐ Acesso e/ou qualidade dos serviços de apoio à promoção das exportações
- ☐ Adequação de produtos e processos para atender às demandas de compradores
- ☐ Barreiras tarifárias ao produto no mercado de destino
- ☐ Barreiras técnicas ao produto no mercado de destino
- ☐ Burocracia alfandegária/aduaneira
- ☐ Burocracia tributária
- ☐ Custo do transporte interno
- ☐ Custos portuários e aeroportuários
- ☐ Custo do frete internacional
- ☐ Custos tributários e dificuldade no ressarcimento de créditos tributários
- ☐ Dificuldade de acesso ao financiamento das exportações

() Taxa de câmbio

() Outros (especificar): _____

8.3 Aspectos operacionais

No fluxo de exportação abaixo, indicar as três (3) principais etapas onde a empresa enfrenta maiores dificuldades:

OBS: marque de 1 a 3 para os classificar da primeira a terceira principal etapa.

() Embalagem para transporte

() “Ovação” do contêiner na fábrica

() Transporte/frete interno

() Armazenagem no porto seco/aeroporto/porto marítimo

() Atividades portuárias (capatazia/THC), aeroportuárias, transbordo na fronteira

() Despacho aduaneiro

() Contrato de câmbio

() Negociações bancárias

Emissão de documentos:

() Registros, declarações e comprovantes de exportação

() Certificados (Form A ou Origem)

() Legalização consular

() Certificado de inspeção de qualidade e quantidade

() Certificados diversos (fitossanitários, etc.)

() Transporte/frete internacional

() Seguro internacional

8.4 Burocracia alfandegária/aduaneira

Assinale os três (3) processos cuja burocracia alfandegária/aduaneira mais impacta negativamente as operações de exportação de sua empresa:

OBS: marque de 1 a 3 para os classificar do primeiro ao terceiro principal processo.

() Nenhum processo alfandegário/aduaneiro impacta as operações de exportação

() Tempo de obtenção de anuência pelos órgãos competentes

() Inspeção aduaneira de mercadorias

() Processamento de documentos e parametrização

- ☐ Inspeção física de mercadorias
- ☐ Obtenção de certificados fitossanitários
- ☐ Pagamento de honorários e taxas aduaneiras
- ☐ Tempo para liberação de cargas/desembarço aduaneiro
- ☐ Outros (especificar): _____

8.5 Entraves portuários

Assinale as três (3) principais dificuldades que afetaram as exportações de sua empresa nas operações portuárias:

OBS: marque de 1 a 3 para os classificar da primeira a terceira principal dificuldade.

- ☐ A empresa não utiliza portos para escoar sua produção
- ☐ A empresa não encontra problemas significativos nos portos
- ☐ A empresa não tem conhecimento
- ☐ Burocracia de órgãos públicos intervenientes na liberação da carga
- ☐ Acesso ao complexo portuário
- ☐ Estadia do navio/operação portuária
- ☐ Capatazia/ THC
- ☐ Mão-de-obra avulsa
- ☐ Roubo/furto de carga no porto
- ☐ Armazenagem de cargas no porto
- ☐ Tempo de movimentação da carga no porto
- ☐ Outros (especificar): _____

8.6 Financiamento

a) Dentre os fatores abaixo, assinale os que representam real dificuldade para a sua empresa na contratação de crédito:

OBS: marque de 1 a 3 para os classificar do primeiro ao terceiro principal fator.

- ☐ Acesso à informação sobre as linhas
- ☐ Baixa escala de exportações
- ☐ Elevado custo
- ☐ Prazo inadequado
- ☐ Recursos insuficientes
- ☐ Exigências de garantias reais
- ☐ Documentação requerida da empresa

() Exigência de reciprocidade do agente financeiro

() Outros (especificar): _____

b) Assinale de que forma a existência de créditos fiscais acumulados e não ressarcidos afeta a decisão de exportação da sua empresa:

() Não afeta a decisão de exportar

() Inviabiliza totalmente as exportações

() Reduz parcialmente as exportações

() Impõe limite à participação das exportações nas vendas da empresa (planejamento tributário)

() Outros (especificar): _____

8.7 Ações governamentais

Assinale as três (3) principais medidas governamentais entre as relacionadas abaixo que, se implementadas, contribuiriam para aumentar a competitividade de sua empresa:

OBS: marque de 1 a 3 para os classificar da primeira a terceira principal medida.

() Melhoria da sistemática para compensação de Créditos Tributários para compensação de ICMS e IPI

() Simplificação adicional dos regimes aduaneiros especiais (drawback, entreposto aduaneiro, etc.)

() Operação contínua e ininterrupta das aduanas, nos principais pontos de saída do país

() Simplificação dos procedimentos aduaneiros na exportação

() Outras (especificar): _____

Assinale as três (3) principais áreas que o governo deveria priorizar em seu esforço para estimular as exportações:

() Condições de financiamento à exportação

() Sistema de garantias aos financiamentos

() Desoneração tributária

() Infra-estrutura dos portos e aeroportos

() Infra-estrutura de transporte doméstico

() Sistema de promoção comercial e de informações comerciais

() Negociação de acordos comerciais

() Desburocratização dos procedimentos aduaneiros

8.9 Informações complementares

Nº de diferentes países para os quais a empresa já exportou : _____

A empresa considera válida uma assessoria a fim de auxiliar com os tramites burocráticos e práticos do processo de exportação?

() SIM

() NÃO

Ao contratar uma empresa de assessoria em comércio exterior, o que considera relevante?

OBS: Atribua 1 para muito importante, 2 para importante, 3 para pouco importante e 4 para nenhuma importância e 5 para não se aplica.

	1	2	3	4	5
Conhecimentos técnicos em exportação (burocracia, logística, entre outros)					
Conhecimentos da realidade do gênero industrial no qual a empresa está inserida					
Conhecimento de importadores					
Indicação de terceiros					

Comentários:

Obrigado pela sua participação!

Data do preenchimento: ____ / ____ / ____